

Avaliação Ambiental Estratégica



PDM de Cascais

RELATÓRIO AMBIENTAL

18 DE FEVEREIRO DE 2013



Ficha Técnica

Coordenação

Maria do Rosário Partidário

Equipa Técnica

André Vale

Bernardo Augusto

Joana Lima

Rita Bruno Soares

Rute Martins

Sofia Frade

1 Índice

1	Índice	3
2	Índice de Quadros	5
3	Índice de Figuras	7
4	Índice de Acrónimos	8
1.	Introdução	10
2.	Objetivo e metodologia da AA	11
2.1.	Abordagem metodológica específica	12
3.	Objeto de Avaliação	13
4.	Fatores Críticos para a Decisão (FCD)	14
5.	Análise e Avaliação de Opções Estratégicas	21
6.	Análise e Avaliação do Modelo por FCD	25
6.1.	FCD#1 – Requalificação Territorial e Mobilidade	25
6.1.1.	Questões e tendências críticas	25
6.1.2.	Análise SWOT	25
6.1.3.	Avaliação do Modelo Territorial	26
6.1.4.	Diretrizes de Planeamento e Gestão	32
6.1.5.	Quadro de Governança	33
6.2.	FCD#2 – Coesão e Inclusão	34
6.2.1.	Questões e tendências críticas	34
6.2.2.	Análise SWOT	34
6.2.3.	Avaliação do Modelo Territorial	34
6.2.4.	Diretrizes de Planeamento e Gestão	38
6.2.5.	Quadro de Governança	39
6.3.	FCD#3 – Riscos e Alterações Climáticas	40
6.3.1.	Questões e tendências críticas	40
6.3.2.	Análise SWOT	40
6.3.3.	Avaliação do Modelo Territorial	41
6.3.4.	Diretrizes de Planeamento e Gestão	44
6.3.5.	Quadro de Governança	45
6.4.	FCD#4 – Marca Cascais	47
6.4.1.	Questões e tendências críticas	47
6.4.2.	Análise SWOT	47
6.4.3.	Avaliação do Modelo Territorial	48
6.4.4.	Diretrizes de Planeamento e Gestão	53
6.4.5.	Quadro de Governança	53
7	Conclusões	55

<i>ANEXO I – Análise Tendencial</i>	1
AI.1 - FCD#1 – Requalificação Territorial e Mobilidade	1
AI.2 - FCD#2 – Coesão e Inclusão	12
AI.3 - FCD#3 – Riscos e Alterações Climáticas	22
AI.4 - FCD#4 – Marca Cascais	29
<i>ANEXO II - Entidades Relevantes para Consulta</i>	42
<i>ANEXO III – Orientações e metas relevantes do QRE</i>	44

2 Índice de Quadros

Quadro 1 – Relação entre os Eixos Estratégicos de Desenvolvimento Territorial e os FCD.	14
Quadro 2 – Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS) relevantes por FCD.....	15
Quadro 3 – Relevância do QRE por FCD.....	16
Quadro 4 – Objetivos e critérios de avaliação dos FCD.	17
Quadro 5 – Indicadores por FCD.	19
Quadro 6 – Opções Estratégicas do PDM de Cascais.....	22
Quadro 14 – Análise SWOT – FCD REQUALIFICAÇÃO TERRITORIAL E MOBILIDADE.....	25
Quadro 8 – Diretrizes de Planeamento e Gestão – FCD Requalificação territorial e mobilidade	32
Quadro 9 – Quadro de Governança – FCD Requalificação territorial e mobilidade.....	33
Quadro 23 – Análise SWOT – FCD Coesão e Inclusão	34
Quadro 24 - Diretrizes de Planeamento e Gestão – FCD Coesão e Inclusão	38
Quadro 25 – Quadro de Governança – FCD Coesão e Inclusão	39
Quadro 12 – Análise SWOT – FCD Riscos e Alterações Climáticas.....	40
Quadro 13 - Problemas ambientais no Ecoparque de Trajouce e respetivas origens.	43
Quadro 14 - Diretrizes de Planeamento e Gestão – FCD Riscos e alterações climáticas.....	44
Quadro 15 – Quadro de Governança – FCD Riscos e alterações climáticas.....	45
Quadro 36 – Análise SWOT – FCD Marca Cascais.	47
Quadro 36 - Diretrizes de Planeamento e Gestão – FCD Marca Cascais	53
Quadro 37 – Quadro de Governança – FCD Marca Cascais	53
Quadro 31 – Ocupação do Solo de Cascais - Tecido Urbano.	2
Quadro 32 – Densidades populacionais em tecido urbano.	2
Quadro 33 – Ocupação fora dos perímetros urbanos.	3
Quadro 34 – Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas (2001, 2007, 2009).	4
Quadro 35 – Variação do peso do número de alojamentos vagos no total de alojamentos (2001 - 2011).	5
Quadro 36 – Síntese dos principais ecossistemas e seus principais serviços no concelho de Cascais.	7
Quadro 37 – Capitação de Espaços Verdes.....	8
Quadro 33 – Indicadores de equidade e Sustentabilidade dos sistemas de Segurança Social. .	13
Quadro 34 – População residente segundo o principal meio de subsistência.	15
Quadro 35 – Eixos e Ações Prioritárias dos CLDS.....	17
Quadro 36 – Indicadores de execução do programa CLDS.	17
Quadro 32 – Respostas sociais existentes no concelho de Cascais.	18
Quadro 37 - Previsão de novas vagas necessárias para atingir as metas da Carta Social	20
Quadro 37 – Iniciativas de promoção da eficiência energética em Cascais.	28
Quadro 34 – Património cultural imóvel classificado e em vias de classificação no Município de Cascais.....	29
Quadro 35 – Emprego em serviços intensivos em conhecimento no setor dos serviços no período 2002-2005.....	37

Quadro 36 – Emprego total em atividades TIC no período 2002-2005.	37
Quadro 37 - Emprego da indústria transformadora em indústrias de média e alta tecnologia no período 2002-2005.....	37

3 Índice de Figuras

Figura 21 – Evolução da ocupação do solo 1990-2006	1
Figura 22 – Zonas de elevada densidade populacional – Esboço.	3
Figura 23 – Densidade de Ocupação fora dos Perímetros Urbanos.	4
Figura 24 – Bairro do Outeiro – “Novo Clandestino” edificado nos últimos 2 anos no PNSC.	5
Figura 25 – Estrutura ecológica municipal.	9
Figura 26 – Distribuição modal nas deslocações inter-concelhias – Cascais, Lisboa, Oeiras e AML - 1991, 2001 e 2008.....	10
Figura 27 – Frequência de serviço da oferta da <i>Scotturb</i> , por períodos horários.	11
Figura 28 – Intensidade carbónica da economia.	11
Figura 29 – Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/hab).	11
Figura 30 – Peso dos setores de atividade no consumo energético, em 2008.....	12
Figura 28 – Cenário da evolução da população residente no concelho de Cascais entre 2006 e 2021.....	13
Figura 29 – Gráficos de indicadores de variação da população.....	14
Figura 30 – Evolução da taxa de desemprego de Cascais.	16
Figura 24 – Evolução da área edificada em zona de cheia com período de retorno de 100 anos.	24
Figura 25 – Densidade de ocupação no litoral do concelho de Cascais.....	24
Figura 26 – Evolução da produção de resíduos urbanos entre 2006 e 2009 em Cascais.	25
Figura 27 – Destino final dos RU provenientes de recolha indiferenciada (2010).....	26
Figura 28 – Disfunções ambientais no concelho de Cascais.	27
Figura 29 – Áreas degradadas – Zona industrial abandonada na Adroana, AUGI não infraestruturada e deposição de resíduos em terrenos expectantes.....	27
Figura 30 – Peso das emissões de GEE por setor, no concelho de Cascais, em 2008.....	28
Figura 21 – Estudo da qualidade de água superficial na Estação Agronómica Nacional.	29
Figura 21 – Despesas em cultura e desporto (€) dos municípios por Localização geográfica.	31
Figura 22 – Número de embarcações licenciadas com motor por porto de pesca.	32
Figura 23 – Valor médio da pesca descarregada (€/kg) por porto de descarga.	32
Figura 24 – Potência instalada por cada 1000 habitantes.	33
Figura 25 – Poder de compra <i>per capita</i> por Localização geográfica.	34
Figura 26 – Comércio internacional declarado por concelho de Sede dos Operadores.....	36
Figura 27 – Duração em meses dos processos judiciais cíveis entre 2001 e 2010, na Comarca de Cascais.	38
Figura 28 – Evolução da População Empregada do concelho de Cascais de 1991 a 2001 por Setor de Atividade (%).....	39
Figura 29 – Evolução da população empregada entre 1991 e 2001, por Grupos Profissionais.	40
Figura 30 – Evolução do grau de escolaridade da população residente no concelho de Case Cascais.....	41

4 Índice de Acrónimos

AA	Avaliação Ambiental
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AC	Alterações Climáticas
AML	Área Metropolitana de Lisboa
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
AUGI	Áreas Urbanas de Génese Ilegal
BIC	Banco de Ideias de Cascais
CD	Corpo do Dia
CLAS	Conselho Local de Ação Social
CMC	Câmara Municipal de Cascais
COPM	Co-Geração Piscinas de Cascais
db	Decibel
DGOTDU	Direção Geral do Ordenamento do Território E Desenvolvimento Urbano
DOC	Denominação de Origem Controlada
DPGU-DPDM	Direção Municipal de Planeamento do Território E de Gestão Urbanística – Divisão do Plano Diretor Municipal
E.M.	Empresa Municipal
EDP	Energias de Portugal, S.A.
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
EN	Estrada Nacional
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação de Natureza E Biodiversidade
ENE2020	Estratégia Nacional Para Energia 2020
ENF	Estratégia Nacional Para as Florestas
ENGIZC	Estratégia Nacional Para Gestão Integrada de Zona Costeira de Portugal
ENPSIS	Estratégia Nacional Para Proteção Social E Inclusão Social
ERAE	Entidades Com Responsabilidade Ambiental Específica
ERL2020	Estratégia Regional de Lisboa 2020
ESC	Estratégia de Sustentabilidade de Cascais
ETAC	Estudo de Trânsito de Âmbito Concelhio Pra Cascais
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FCD	Fator Crítico de decisão
GEE	Gases Com Efeito de Estufa
I.P.	Instituto Público
IEECYBER	Projeto <i>Cyber Display</i>
IEEPROEE	Projeto <i>Public Procurement Bosts Energy Efficiency</i>
IEFP	Instituto do Emprego E Formação Profissional
IES	Instituto de Empreendedorismo Social
INE	Instituto Nacional de Estatística
INRB	Instituto Nacional de Recursos Biológicos
MORECEEM	Monitorização Remota de Consumos Energéticos de Edifícios Municipais
PBHRO	Plano de Bacia Hidrográfica Das Ribeiras do Oeste
PBHT	Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo
PDM	Plano Diretor Municipal
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PDS	Plano de Desenvolvimento Social de Cascais 2008-2011
PEAASAR	Plano Estratégico de Abastecimento E Saneamento de Água Residuais 2007-2013
PECAC	Plano Estratégico de Cascais Face Às Alterações Climáticas
PECAC	Plano Estratégico de Cascais Face Às Alterações Climáticas

PEH	Plano Para Integração Dos Imigrantes 2011-2013 (PII)	Plano Estratégico de Habitação 2008-2013
PENP	Plano Estratégico Nacional Para as Pescas	
PENT	Plano Estratégico Nacional Para O Turismo	
PER	Programa Especial de Realojamento	
PERSU II	Plano Estratégico Dos Resíduos Sólidos Urbanos II 2006-2016	
PET	Plano Estratégico Dos Transportes	
PETL	Plano Estratégico Para O Turismo de Lisboa 2011-2014	
PIB	Produto Interno Bruto	
PMDFI	Plano Municipal de Defesa de Floresta Contra Incêndios 2008-2012	
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território	
PMQARLVT	Plano de Melhoria de Qualidade do Ar de Lisboa E Vale do Tejo	
PNAAS	Plano Nacional de Ação Ambiente E Saúde 2008-2013	
PNAC	Programa Nacional Para as Alterações Climáticas	
PNACE	Programa Nacional Para O Crescimento E Emprego 2005-2008	
PNAEE	Plano Nacional de Ação Para Eficiência Energética	
PNPOT	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	
PNS	Plano Nacional de Saúde 2011-2016	
PNSC	Parque Natural Sintra Cascai	
PNUEA	Programa Nacional Para O Uso Eficiente de Água	
POEM	Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo	
POOC	Plano de Ordenamento de Orla Costeira	
POPNSC	Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais	
PPM	Período de Ponta de Manhã	
PPT	Período de Ponta de Tarde	
PROCOFAPEM	Projeto de Correção do Fator de Potência Em Edifícios Municipais	
PROF-AML	Plano Regional de Ordenamento Florestal de Área Metropolitana de Lisboa	
PROMAR	Programa Operacional Pescas	
PROT-AML	Plano Regional de Ordenamento do Território de Área Metropolitana de Lisboa	
PSRN2000	Plano Sectorial Rede Natura 2000	
QAS	<i>Questões Ambientais E de Sustentabilidade</i>	
QE	<i>Questões Estratégicas</i>	
QRE	<i>Quadro de Referência Estratégico</i>	
RAN	Rede Agrícola Nacional	
REN	Rede Ecológica Nacional	
RFCD	Relatório de Fatores Críticos de Decisão	
RMG	Rendimento Mínimo Garantido	
RSI	Rendimento Social de Inserção	
RU	Resíduos Urbanos	
S.A.	Sociedade Anónima	
SaeR	Sociedade de Avaliação de Empresas E Risco	
SWOT	<i>Strenghts, Opportunities And Threats</i>	
TC	Transporte Coletivo	
TCO	Trabalhadores Por Conta de Outrem	
TI	Transporte Individua	
TIC	Tecnologias de Informação E Comunicação	
TP	Transporte Público	
TPSP	Transporte Público em Sítio Próprio	
VAB	Valor Atualizado Bruto	
VALECIAPS	Valorização Energética No Centro Ambiental de Pedra do Sal	
VMR	Valor Máximo Recomendável	

1. Introdução

O presente documento consiste no Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) relativa à revisão do **Plano Diretor Municipal de Cascais** (PDM Cascais), incidindo sobre a avaliação das opções estratégicas e sua concretização no modelo territorial proposto pelo plano. Este relatório destina-se a informar a equipa de planeamento do PDM Cascais, à luz das questões relevantes expressas no Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD) de Fevereiro de 2012, sobre oportunidades e riscos de índole estratégica resultantes da proposta de plano, e também indicar diretrizes com vista à integração de questões ambientais e de sustentabilidade nas fases subsequentes de planeamento, nomeadamente na finalização da proposta e sua implementação.

O PDM Cascais encontra-se sujeita a um processo de Avaliação Ambiental (AA) de acordo com o decreto-lei nº 316/2007 de 19 de setembro – com as alterações introduzidas pelo decreto-lei nº 46/2009 de 20 de Fevereiro, e subsidiariamente com o decreto-lei nº 232/2007 de 15 de junho alterado pelo decreto-lei n.º 58/2001 de 4 de maio. Este enquadramento define como responsável pela AA o proponente do plano a avaliar, neste caso a Câmara Municipal de Cascais (CMC). Essa responsabilidade estende-se à decisão de elaborar a AA, determinação do seu âmbito e alcance, consulta de entidades e do público sobre esse âmbito e alcance, preparação do Relatório Ambiental e respetivas consultas públicas e institucionais, e, por fim, apresentação da Declaração Ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente.

O Relatório Ambiental estrutura-se do seguinte modo: objetivo e metodologia da AAE (Capítulo 2), apresentação do objeto de avaliação (Capítulo 3) e do quadro de avaliação (Capítulo 4), análise e avaliação de opções estratégicas (Capítulo 5), tendências críticas, avaliação do modelo territorial e diretrizes por FCD (Capítulo 6) e conclusões (Capítulo 7). Optou-se por colocar em Anexo o desenvolvimento da análise de tendências, organizada por FCD, para melhorar a leitura da avaliação estratégica. O Anexo inclui também o Quadro de Referência Estratégico (QRE).

2. Objetivo e metodologia da AA

A presente AA do PDM Cascais baseia-se na metodologia de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), desenvolvida por Partidário (2012)¹, segundo a qual a avaliação deve ser conduzida em simultâneo com a elaboração do plano, considerar opções estratégicas para avaliação, considerar um contexto de sustentabilidade e apontar a atenção para aspetos essenciais relevantes que, cumprindo a legislação, evitem descrições demasiado detalhadas em relação à escala do plano. A metodologia proposta assegura o cumprimento do estipulado no decreto – lei nº 232/2007, de 15 de junho alterado pelo decreto-lei nº 58/2001 de 4 de maio e no decreto-lei nº 46/2009, de 20 de fevereiro, desenvolvendo-se em quatro fases metodológicas fundamentais:

- I. Identificação e análise de FCD;
- II. Análise de tendências;
- III. Avaliação de oportunidades e riscos das opções estratégicas e da sua concretização no modelo territorial;
- IV. Bases para um programa de seguimento da implementação do Plano.

Esta abordagem estratégica pressupõe ainda que a AAE seja complementar à conceção do PDM Cascais, utilizando, sempre que possível, os elementos de trabalho do plano, quer no que respeita ao diagnóstico, quer no que respeita às opções de desenvolvimento preconizadas. A AAE tem ainda em conta os resultados obtidos no âmbito dos processos de consulta de entidades e do público.

O objetivo da AAE é o de apoiar o processo de decisão subjacente à elaboração do PDM Cascais, constituindo um contributo para o desenvolvimento sustentável do território do município de Cascais, atendendo às suas características intrínsecas que lhe conferem valor e atratividade e à relação que pode estabelecer com o território envolvente.

Para assegurar estes objetivos, a metodologia a seguir na AAE concretiza-se nas atividades fundamentais adiante descritas, que se irão articular com o processo de planeamento.

Os documentos a preparar no âmbito da AAE incluem:

- a. Relatório de Fatores Críticos para a Decisão que reporta sobre o âmbito e alcance da AA – entregue a 8 de fevereiro de 2012;
- b. Relatório Ambiental onde se inclui a análise de tendências e a avaliação de oportunidades e riscos das opções estratégicas e sua concretização no modelo territorial proposto, bem como as bases de um programa de seguimento da implementação do Plano – presente documento;
- c. Declaração Ambiental para apresentar à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) no seguimento da aprovação do Plano.

¹ Partidário, M.R. (2012). “Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE”. Agência Portuguesa do Ambiente e Redes Energéticas Nacionais. Lisboa.

2.1. Abordagem metodológica específica

Relativamente à abordagem metodológica seguida para a avaliação do PDM Cascais, foram seguidos os seguintes passos:

1. **Focalização.** Corresponde à identificação, justificação e apresentação dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD) relevantes que permitem a focalização estratégica da avaliação em temas estruturantes.

Os FCD refletem os temas que estruturam a avaliação e que correspondem aos aspetos ambientais e de sustentabilidade fundamentais a serem considerados no processo de decisão, em particular na conceção das opções estratégicas do plano, no estabelecimento do modelo territorial e das ações que o implementam. A identificação dos FCD resulta da análise integrada de um conjunto diverso de elementos:

- *Quadro de Referência Estratégico (QRE)*, que estabelece o referencial de avaliação face ao que se pretende para o desenvolvimento futuro, bem como o enquadramento com outros planos e programas relevantes, incluindo políticas europeias e nacionais;
- *Questões Estratégicas (QE)* do PDM Cascais, que configuram a conjuntura estratégica, objetivos e linhas de força que orientam o PDM Cascais;
- *Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS)*, nomeadamente as questões ambientais legalmente definidas no Decreto-Lei n.º /2007 de 15 de Junho e que neste caso sejam relevantes.

Estes FCD são objeto de consulta institucional uma vez que, de acordo com o n.º1 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2001 de 4 de maio, compete à entidade responsável pelo plano "determinar o âmbito da avaliação ambiental a realizar e o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental" e, de acordo com o nº 3 do citado artigo, "a entidade responsável pela elaboração do plano solicita parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental". Apesar de a legislação só exigir a consulta de entidades com responsabilidade ambiental específica (ERAE), recomenda-se igualmente, como boa prática, a consulta de outras entidades não mencionadas na legislação, e do público em geral.

2. **Análise de tendências.** Corresponde a um diagnóstico estratégico fortemente articulado com o diagnóstico desenvolvido pela equipa do PDM Cascais.

Esta análise de tendências é desenvolvida com base nos critérios e indicadores identificados para cada um dos FCD, considerados relevantes no estabelecimento do âmbito e alcance da AAE. Pretende-se designadamente identificar e analisar o que mudou e porquê, o que se pretende que continue e o que se pretende alterar. Os estudos de caracterização e diagnóstico, desenvolvidos pela equipa do PDM Cascais são cruciais para a análise de tendências na AAE.

3. **Avaliação estratégica.** Esta resulta da análise de tendências realizada e pretende avaliar as oportunidades e riscos das opções de desenvolvimento preconizadas no plano e discutidas no

contexto da AAE, à luz das questões relevantes que são expressas nos FCD, incidindo sobre oportunidades e riscos das orientações estratégicas do plano. A avaliação das opções estratégicas foi feita por interação com a equipa do PDM e o resultado dessa discussão foi internalizado no PDM. A avaliação estratégica que se apresenta corresponde à forma como as opções estratégicas se materializam no modelo territorial proposto.

4. Definição de Diretrizes para planeamento, gestão e monitorização. Estas constituem as bases para um programa de seguimento do PDM Cascais, incluindo um quadro de governança institucional, indicativo de envolvimento, e níveis de responsabilidade institucional no seguimento do plano.

3. Objeto de Avaliação

Como já referido, a estratégia do PDM Cascais, consubstanciada em opções estratégicas e no modelo territorial que as concretiza, constitui o objeto de avaliação da AAE.

As opções estratégicas são apresentadas no capítulo 5 (Quadro 6)

A avaliação abaixo descrita baseia-se nas seguintes peças do plano:

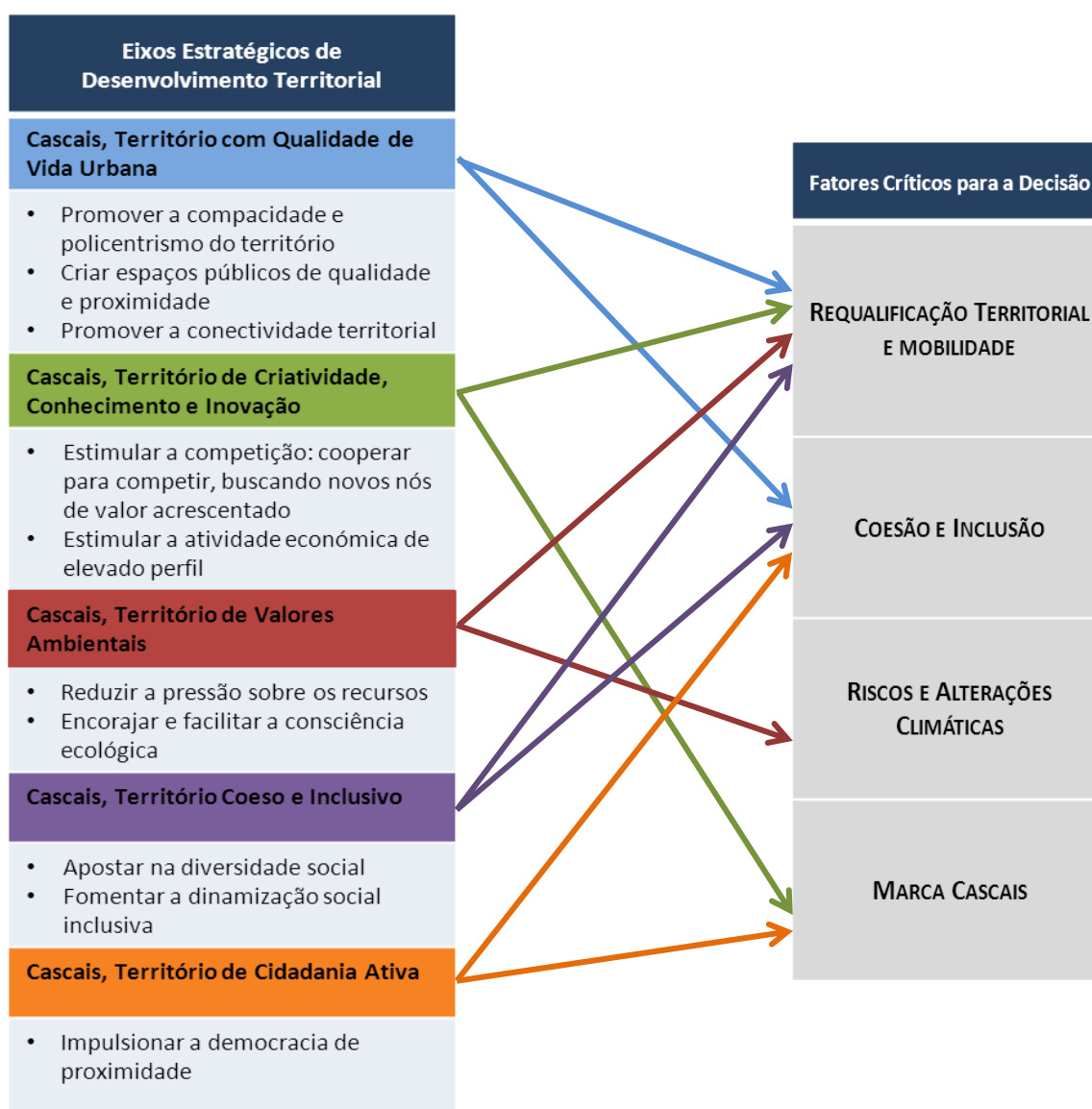
- Regulamento – versão de 1 de fevereiro de 2013;
- Relatório da Proposta – Versão de 25 de fevereiro de 2013;
- Carta de Qualificação do Solo – Versão de 31 de janeiro de 2013;
- Carta de Condicionantes – Versão de 10 de dezembro de 2012.

4. Fatores Críticos para a Decisão (FCD)

Conforme descrito na metodologia, a identificação dos FCD resultou de uma análise integrada dos elementos de base estratégica que incluem as Questões Estratégicas (QE) para PDM Cascais (Quadro 1), as Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS) (Quadro 2) relevantes e o Quadro de Referência Estratégico (QRE) (Quadro 3). A identificação e análise dos FCD foram objeto de um primeiro relatório apresentado em Fevereiro de 2012², estabelecendo a estrutura fundamental da AAE do PDM Cascais que se encontra desenvolvida no presente documento.

Quadro 1 – Relação entre os Eixos Estratégicos de Desenvolvimento Territorial e os FCD.

Fonte: Adaptado a partir dos Estudos de Caracterização | Revisão do PDM de Cascais.



² Tendo sido objeto de consulta às entidades que, “em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano”, conforme estipulado no artigo 3º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2001 de 4 de Maio.

Quadro 2 – Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS) relevantes por FCD.

Fatores Críticos para a Decisão	QAS relevantes para o PDM Cascais	QA definidas legalmente
Requalificação territorial e mobilidade	Alterações climáticas Estrutura e Funcionalidade Ecológica Mobilidade	Bens materiais Solo Paisagem Biodiversidade Fauna Flora Água
Coesão e Inclusão	Assimetrias sociais Saúde e bem-estar	População Saúde humana Atmosfera Água
Riscos e Alterações Climáticas	Alterações climáticas Qualidade ambiental Vulnerabilidade territorial	Água População Saúde humana Solo Bens materiais Fatores climáticos Atmosfera
Marca Cascais	Gestão de recursos ambientais Energia Património Competitividade e economia verde	Fauna Flora Água Bens materiais Património cultural População

Quadro 3 – Relevância do QRE por FCD.

QRE	Documentos Estratégicos relevantes															
	AC	E	OT	QA	S	SE	M	SS	TU	T	FC	Requalificação Territorial e Mobilidade	Coesão e Inclusão	Riscos e Alterações Climáticas	Marca Cascais	
	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)															
	Estratégia Europa 2020															
	Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)															
	Agenda Digital 2015 (Plano Tecnológico)															
	Estratégia de Sustentabilidade de Cascais – Agenda XXI															
	Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)															
	Plano Estratégico de Cascais face às Alterações Climáticas (PECAC)															
	Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE2020)															
	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE)															
	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)															
	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML)															
	Estratégia Regional de Lisboa 2020															
	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos II 2006-2016 (PERSU II)															
	Plano Estratégico de Abastecimento e Saneamento de Água Residuais 2007-2013 (PEASAR)															
	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUJEA)															
	Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo (PBHT)															
	Plano da Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste (PBRO)															
	Plano de Melhoria da Qualidade do Ar de Lisboa e Vale do Tejo (PMOARLV)															
	Plano Nacional de Saúde 2011-2016 (PNS)															
	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2008-2013 (PNAAS)															
	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)															
	Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)															
	Plano Sectorial Rede Natura 2000 (PSRN2000)															
	Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa (PROF-AML)															
	Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais (POPNSC)															
	Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios 2008-2012 (PMDFI)															
	PROGRAMA Operacional Pescas (PROMAR)															
	Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira de Portugal (ENGIZC)															
	Plano Estratégico Nacional para as Pescas (PENP)															
	Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC – Sintra-Sado e Cidadela-São Julião da Barra)															
	Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM)															
	Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social (ENPIS)															
	Plano para a Integração dos Imigrantes 2011-2013 (PII)															
	Plano Estratégico da Habitação 2008-2013 (PEH)															
	Programa Nacional para o Crescimento e Emprego 2005-2008 (PNACE)															
	Plano de Desenvolvimento Social de Cascais 2008-2011 (PDS)															
	Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT)															
	Plano Estratégico para o Turismo de Lisboa 2011-2014 (PETL)															
	Plano Estratégico dos Transportes (PET)															

Legenda: AC – Alterações Climáticas; E – Energia; OT – Ordenamento do Território; QA – Qualidade Ambiental; S – Saúde; SE – Sistemas Ecológicos; M – Mar; SS – Sistemas Sociais; TU – Turismo; T – Transportes.

Para cada FCD foram definidos critérios de avaliação e indicadores respetivos. Os critérios especificam o âmbito considerado nos FCD e os indicadores definem um instrumento de medida através de uma dimensão analítica, tendo sido revistos à luz dos contributos das entidades no âmbito da consulta realizada ao RFCD. O Quadro 4 apresenta os FCD identificados e a respetiva descrição sumária, bem como os respetivos critérios de avaliação. O Quadro 5 apresenta os indicadores por cada critério de avaliação.

Note-se que, com o decorrer dos trabalhos da AAE, optou-se por alterar o quadro de avaliação. Assim o critério de avaliação “Equidade no acesso a equipamentos e serviços” do FCD Coesão e Inclusão foi sub-dividido e integrado em parte no critério “Eliminação de Assimetrias Sociais e Redução da Pobreza” do mesmo FCD e outra parte no critério “Revitalização e Qualificação do Espaço Público” do FCD Requalificação Territorial e Mobilidade, por ser entender que as problemáticas consideradas são abrangidas por estes dois últimos critérios.

Quadro 4 – Objetivos e critérios de avaliação dos FCD.

FCD #1 Requalificação Territorial e mobilidade	
Objetivo: Avalia o modo com o PDM aborda a dispersão territorial e a qualificação do espaço público em território compacto, a renovação de territórios degradados, como estrutura a mobilidade ligada às funções territoriais, como promove a construção sustentável e a eficiência energética.	
Critérios	
Consolidação Urbana	Avaliação do reforço da centralidade e do equilíbrio da rede urbana concelhia, e resolução da ocupação dispersa do território.
Renovação de territórios degradados	Avaliação das estratégias de recuperação de áreas degradadas e de valorização e revitalização dos tecidos urbanos antigos.
Revitalização e qualificação do espaço público	Avaliação da qualidade e funcionalidade do espaço público, tendo em conta a multifuncionalidade do espaço urbano e dando especial atenção ao desempenho da rede urbana face às necessidades de equipamentos e serviços.
Paisagem e Recursos naturais	Avaliação da proteção, diversificação funcional, fatores de atratividade e salvaguarda da conectividade ecológica dos sistemas naturais.
Mobilidade sustentável	Avaliação do modelo de mobilidade do Concelho no que se refere à adequação do sistema viário à procura rede de transportes coletivos e rede de modos suaves, face à repartição modal e padrões de mobilidade atuais.
Construção sustentável e eficiência energética	Avaliação das preocupações com a sustentabilidade do ambiente construído, ao nível dos edifícios, espaço urbano e empreendimentos, incluindo questões relacionados com os comportamentos sociais, tecnologias de eficiência energética e geração local de energia.
FCD #2 Coesão e Inclusão	
Objetivo: Avalia o esforço do PDM na redução da pobreza e eliminação de assimetrias sociais, estímulo a novos estilos de vida saudáveis, promoção do empreendedorismo social, equidade no acesso ao espaço público, equipamentos e serviços municipais.	
Critérios	
Eliminação de assimetrias sociais e redução de pobreza	Avaliação da segregação urbana e da capacidade de inclusão social, nomeadamente ao nível das assimetrias sociais, da pobreza, da promoção de equidade social e da imigração.
Empreendedorismo	Avaliação da capacidade de assistência e inserção na vida ativa, tendo em

social	conta as competências profissionais, formações e integração no mercado de trabalho.
Estilos de vida saudáveis	Avaliação das aptidões territoriais e sociais favoráveis à saúde humana, nomeadamente ao nível da qualidade territorial do espaço público, da promoção da saúde e do lazer.

FCD #3 Riscos e Alterações Climáticas

Objetivo: Avalia o modo como o PDM adota medidas de adaptação face às ameaças geradas pelas alterações climáticas, designadamente riscos de cheia e subida do nível do mar, bem como outros riscos naturais e tecnológicos.

Critérios

Adaptação às alterações climáticas	Avaliação dos padrões de evolução da vulnerabilidade territorial a fenómenos climáticos extremos tendo em conta os mecanismos de adaptação às AC.
Vulnerabilidade aos riscos naturais	Avaliação da adoção de medidas de adaptação a riscos naturais suscetíveis de afetar negativamente populações e bens.
Riscos de poluição (água, ar, solo, resíduos)	Avaliação das questões ambientais relevantes para a manutenção da integridade física do ambiente urbano, ao nível do saneamento, gestão de resíduos, fontes de poluição e riscos tecnológicos.

FCD #4 Marca Cascais

Objetivo: Avalia o esforço do PDM em reforçar a identidade municipal, o valor dos recursos naturais como um ativo para gerar valor acrescentado, a atração de empresas de elevado perfil e população jovem qualificada, a competitividade municipal face a outros municípios da AML.

Critérios

Reforço da identidade municipal	Avaliação do potencial de dinamização de atividades económicas que suportem a identidade municipal do concelho.
Recursos naturais como ativo para gerar valor	Avaliação da estratégia concelhia para a valorização económica dos recursos naturais de suporte ao desenvolvimento, incluindo a economia do mar, energia e turismo.
Competitividade na AML	Avaliação do grau de adequação da estratégia concelhia face às potencialidades e fragilidades económicas e territoriais do concelho no contexto regional.
Atração de empresas de elevado perfil	Avaliação da estratégia concelhia relativamente à criação de condições de promoção da atratividade empresarial, inovação e criatividade empreendedora.
Atração de população jovem qualificada	Avaliação dos fatores de atratividade concelhia relativamente à captação e fixação de capital humano de elevado perfil de qualificações.

Quadro 5 – Indicadores por FCD.

FCD	Critérios de Avaliação	Indicadores
Regualificação territorial e mobilidade	Consolidação Urbana	Densidade urbana (hab/ha) Evolução dos territórios artificializados Densidade de ocupação fora dos perímetros urbanos Territórios artificializados por habitante Área com alteração e em vias de alteração de uso do solo e compatibilidade da ocupação nas novas localizações Dimensão dos aglomerados e contiguidade dos perímetros urbanos
	Renovação de territórios degradados	Despesas municipais/ medidas / ações para a renovação urbana Proporção de reconstruções por cada 100 construções novas Espaços desqualificados em solo urbano Medidas para a renovação urbana Processo de reconversão e loteamentos e construções ilegais surgidas mais recentemente: os “novos clandestinos” Despesas municipais para a renovação urbana
	Revitalização e qualificação do espaço público	Área de espaço público qualificado Multifuncionalidade do espaço Medidas públicas para a requalificação Despesas municipais/ medidas / ações para a revitalização do espaço público
	Paisagem e Recursos naturais	Evolução do uso do solo em particular das áreas com valor ecológico e seu enquadramento supramunicipal Iniciativas para proteção e valorização dos recursos naturais Capacidade de oferta de serviços dos ecossistemas e seu aproveitamento Captação de espaços verdes públicos urbanos para recreio e lazer Qualidade cénica da Paisagem
	Mobilidade sustentável	Percentagem de população que utiliza o transporte privado e coletivos nos movimentos pendulares Duração média dos movimentos pendulares Conectividade modal Viagens em função das distâncias percorridas versus modos de transporte utilizados Mobilidade suave
	Construção sustentável e eficiência energética	Produção e consumo de materiais Proporção de certificados energéticos emitidos com classe B ou superior Intensidade energética da economia Número de automóveis novos vendidos e registados por 1000 habitantes Iniciativas de promoção da eficiência energética
Coesão e Inclusão	Eliminação de assimetrias sociais e redução de pobreza	Valor médio mensal de arrendamento (€/m ²) Bairros Habitação Social Contratos de arrendamento social Ações municipais para a inclusão social Meios de subsistência da população Taxa de desemprego Cobertura dos equipamentos escolares Cobertura dos equipamentos sociais Cobertura dos equipamentos de saúde Acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais/mobilidade reduzida

FCD	Critérios de Avaliação	Indicadores
	Empreendedorismo social	Iniciativas de combate ao desemprego Número de pessoas inseridas profissionalmente Número de pessoas atendidas no gabinete de empregabilidade Número de pessoas que adquiriram competências Ações de Formação em TIC
	Estilos de vida saudáveis	Área desportiva útil por habitante Iniciativas desportivas de lazer e de saúde Taxa de doenças crónicas Acesso a zonas tranquilas
Riscos e Alterações Climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Volume de água captado versus capitação doméstica de água (l/hab*dia). Programas para a conservação e gestão da procura de água. Variação da ocupação do solo (áreas permeáveis), com atenção a zonas de recarga de aquíferos subterrâneos. Iniciativas e mecanismos de planeamento e gestão municipais de adaptação às alterações climáticas
	Vulnerabilidade aos riscos naturais	Evolução da área edificada em zona sujeita a risco de inundação (edificação, atividades e população). Vulnerabilidade ao risco sísmico, de inundação por tsunamis e de movimentos de massa. Vulnerabilidade ao perigo de incêndio.
	Riscos de poluição (água, ar, solo, resíduos)	População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais. Recolha seletiva, destino final e medidas de prevenção da produção de resíduos urbanos. Fontes de poluição por tipo de poluição e localização. Variação das emissões de GEE por fonte de poluição. Qualidade dos recursos hídricos superficiais.
Marca Cascais	Reforço a identidade municipal	Incentivos municipais à preservação do património material e imaterial Variação das despesas municipais em atividades culturais Património cultural imóvel classificado e em vias de classificação no Município de Cascais (Nº e tipologia)
	Recursos naturais como ativo para gerar valor	Produtos e serviços baseados em recursos naturais Embarcações de pesca licenciadas com motor (nº) Evolução da procura das atividades de recreio e lazer, e.g. surf Contribuição das atividades económicas marítimas para a economia concelhia Valor médio da pesca descarregada (€/kg) por porto de descarga. Potência instalada por cada 1000 habitantes.(solar e eólica)
	Competitividade na AML	Poder de compra per capita e disparidade no ganho mensal médio por sector de atividade Variação do número de empresas existentes Incentivos à fixação de empresas
	Atração de empresas de elevado perfil	Distribuição percentual do nº de empresas por sector de atividade Peso dos setores e serviços internacionalizáveis no total da economia concelhia Comércio internacional declarado por concelho de Sede dos Operadores Intensidade tecnológica expressa em Proporção de emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento; proporção de emprego total em atividades TIC e proporção de emprego da indústria transformadora em indústrias de média e alta tecnologia Custos de Contexto

FCD	Critérios de Avaliação	Indicadores
	Atração de população jovem qualificada	Habilitações por nível de ensino Variação do nº de Trabalhadores por conta de outrem (TCO) Incentivos à fixação de população qualificada Perfil de qualificações por sector de atividade segundo a dimensão da empresa

5. Análise e Avaliação de Opções Estratégicas

A avaliação das opções estratégicas do PDM Cascais, como já referido, iniciou-se com uma discussão preliminar de explicitação das opções estratégicas do Plano – opções essas que constituem caminhos possíveis para a prossecução dos objetivos do Plano e cuja combinação consistente constrói a estratégia de desenvolvimento concelhio proposta – que envolveu a equipa do Plano e a equipa da AAE.

Para essa discussão identificaram-se as principais linhas de política e áreas de estratégia a que o PDM tem de dar resposta e daí discutiram-se as opções estratégicas que o Plano considerou no como relevantes para o processo de planeamento.

A primeira proposta de opções estratégicas foi produzida pela AAE com base na análise SWOT constante da apresentação da primeira reunião da comissão de acompanhamento (19 de setembro de 2011) e também nos eixos e objetivos estratégicos e linhas de atuação da Estratégia de Sustentabilidade de Cascais – linhas estas que são assumidamente comuns ao PDM.

No dia 5 de março de 2012, a equipa da AAE enviou à CMC uma primeira proposta de linhas de política e de opções estratégicas, proposta esta que foi trabalhada mais tarde numa sessão conjunta onde foram ajustadas as linhas de política propostas. Em função desta adequação, as opções estratégicas foram também revistas em conformidade pela AAE.

Após esta primeira interação, em nova sessão conjunta, as opções estratégicas foram afinadas e adequadas às prioridades do PDM, tendo sido produzida nova versão datada de 16 de julho de 2012.

Esta nova proposta de opções estratégicas foi então alvo de análise, seleção e adaptação por parte da equipa de planeamento, tendo daí resultado o quadro de opções estratégicas apresentado de seguida (Quadro 6).

Este processo desenvolveu-se de forma iterativa, não deu lugar a um relatório formal mas resultou de um trabalho conjunto entre as equipas da AAE e de planeamento e foi tido em conta no desenvolvimento do modelo territorial e das propostas do PDM.

Quadro 6 – Opções Estratégicas do PDM de Cascais

POLÍTICAS		OPÇÕES ESTRATÉGICAS		
		CÓD.	NOME	DESCRIÇÃO
COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL	PERÍMETROS URBANOS E CONSTRUÇÃO DE GÉNESE ILEGAL	OEPU1	Consolidação urbana	Consolidação dos perímetros urbanos , contenção da expansão urbana, reestruturação interna dos aglomerados urbanos e combate à construção dispersa .
		OEPU2	Colmatação de perímetros urbanos decorrente da aplicação da legislação e reconversão das Áreas Urbanas de Géneze Ilegal (AUGI)	Aplicar a legislação referente às AUGI e continuar as operações de regeneração e legalização destas áreas bem como de loteamentos clandestinos.
	MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE	OEMob	Requalificar a rede de Transporte Público existente, e promover a transferência modal, e a coesão territorial.	Reforçar a utilização e qualificar o transporte público existente , promover a transferência modal no intuito de aumentar a coesão territorial. O TPSP será um dos instrumentos principais para melhorar o transporte público na ligação Norte-Sul, e contribuir para aumentar a transferência modal através da reconversão das infraestruturas.
	CENTRALIDADES E MIX GERACIONAL NA ZONA NORTE	OECG1	Revitalizar os centros históricos criando centralidades de uso misto.	Dinamizar e revitalizar os centros históricos do concelho, requalificar as centralidades existentes e definir novas centralidades na zona norte do concelho. Promover usos mistos, através da criação de habitação, equipamentos e serviços de proximidade e evitar o conflito geracional, criando oportunidades para inserção na vida ativa de jovens e séniores.
	GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	OEGEP	Espaço público	Garantir a acessibilidade generalizada ao espaço público, equipamentos e serviços nos novos núcleos urbanos e nos centros históricos – com circulação pedonal com o máximo de conforto e segurança incluindo a livre circulação de pessoas com mobilidade condicionada. Gestão dos espaços públicos partilhada entre a CMC, o setor privado e os utilizadores.
IDENTIDADE E COMPETITIVIDADE MUNICIPAIS	GRANDES INFRAESTRUTURAS	OEGI1	Requalificar o aeródromo e promover a fixação de atividades complementares.	Manter o uso da infraestrutura aeroportuária elevando sucessivamente a sua escala empresarial, e requalificá-lo bem como à sua envolvente, promovendo a fixação de atividades complementares.
		OEGI2	Requalificar o Circuito do Estoril afirmando um pólo temático.	Manter a função do Circuito do Estoril e requalificar a sua envolvente fomentando a instalação de atividades complementares e afirmando um pólo temático de escala internacional.
		OEGI3	Requalificar e dinamizar a Marina de Cascais através do turismo, do desporto e do lazer.	Requalificar a Marina de Cascais criando um espaço qualificado de lazer, cultura e turismo , apostando no turismo residencial e no apoio aos desportos náuticos , bem como nas suas atividades complementares .
		OEGI4	Ecoparque de Trajouce	Reestruturar infraestrutura existente para atribuir melhor capacidade de tratamento e enquadramento ambiental

CLUSTER MAR	OEMAR1	Desenvolver a Pesca tradicional e atividades associadas.	Desenvolver o setor da pesca criando condições para a instalação da cadeia logística, da indústria transformadora e da componente lúdica, explorando também a cultura gastronómica associada à pesca tradicional.
	OEMAR2	Afirmar Cascais como centro internacional de educação, investigação e desenvolvimento tecnológico ligado ao Mar	Afirmar Cascais como um centro internacional de educação, investigação e desenvolvimento tecnológico ligado ao Mar , criando condições para a atração de recursos humanos e de novos centros de investigação, explorando as unidades de I&D existentes, e promovendo o empreendedorismo associado.
	OEMAR3	Afirmar Cascais como centro integrado de Turismo de Lazer e Saúde ligados ao Mar	Projetar Cascais como um centro integrado de Turismo de Lazer e Saúde ligados ao Mar , criando, recuperando ou dinamizando infraestruturas e equipamentos de apoio aos desportos náuticos nas suas vertentes de aprendizagem, lúdica e de competição, na área da saúde e bem-estar, valorizando o património histórico costeiro e a Investigação e Ensino na área do Turismo e do Desporto.
FIXAÇÃO DE EMPRESAS	OEFE1	Requalificar espaços industriais devolutos e em meio urbano para a fixação de empresas	Requalificar espaços industriais degradados e devolutos através de ações de urbanismo ativo coordenados pela Câmara Municipal de Cascais. Alguns destes espaços irão proporcionar a fixação de profissionais qualificados e de indústrias criativas.
	OEFE2	Áreas empresariais e tecnológicas	Definir áreas para a fixação de grandes empresas e centros de investigação internacionais, universidades, através da criação de pólos tecnológicos, criando novas centralidades.
VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO NATURAL	OEEN1	Preservar os espaços naturais como espaços de lazer e aprendizagem	Preservar os ecossistemas e promover a biodiversidade e os sistemas naturais.
	OEEN2	Recuperar a agricultura e promover produtos regionais qualificados	Travar a expansão urbana promovendo a atividade agrícola dentro e fora dos aglomerados urbanos valorizando o potencial dos produtos regionais cascalenses.
	OECE	Certificar edificado novo e existente	Bonificar os projetos de requalificação e novas edificações que incluam tecnologias de desenvolvimento sustentável, sendo a bonificação proporcional ao número e ao nível das tecnologias implementadas.
RESPOSTA ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	OEAC1	Impedir a nova construção em zonas críticas e aumentar a permeabilidade do território	Impedir a nova construção em leitos de cheia e zonas de infiltração máxima e aumentar a permeabilidade do território , nomeadamente em meio urbano.
	OEAC2	Reforçar a adaptação estrutural a montante.	Criar bacias de retenção e aumentar a infraestrutura verde superficial e sub-superficial para canalização de caudais extremos.
	OEAC3	Melhorar o consumo eficiente da água e da energia	Promover a redução dos consumos através de uma gestão e consumo eficientes dos recursos naturais e da energia nos equipamentos, serviços e espaços públicos e no setor privado.

CIDADANIA ATIVA	CIDADANIA ATIVA	OECA1	Aumentar oportunidades de decisão e de participação da sociedade civil e entidades privadas	Aumentar e incentivar as oportunidades de decisão e de participação ao nível da intervenção social e no tecido urbano assumindo a CMC uma papel de promotor.
		OECA2	Fomentar a criação de comunidades ativamente envolvidas nas gestão do concelho.	Promover a criação grupos comunitários que assumam a responsabilidade de diversos tipos de função social, cultural e de gestão do espaço público.

6. Análise e Avaliação do Modelo por FCD

6.1. FCD#1 – Requalificação Territorial e Mobilidade

6.1.1. Questões e tendências críticas³

A situação no concelho de Cascais apresenta as seguintes tendências principais no que respeita à sua Requalificação Territorial e Mobilidade:

- Monofuncionalidade habitacional e aumento do número de alojamentos vagos;
- Crescente utilização do transporte individual (TI) e redução da utilização do transporte público (TP) agravada pela fraca frequência;
- Crescimento urbano desqualificado e com baixas densidades nas periferias agravada nas encostas dos vales e no interior do Parque Natural Sintra Cascais (PNSC);
- Degradação do espaço público provocada pela excessiva afetação de espaço ao automóvel e reduzida capitação de espaços verdes e de recreio;
- Pressão antrópica em zonas com elevado valor Natural com emergência de “novos clandestinos” no PNSC;
- Forte estratégia para a valorização dos espaços naturais nomeadamente para o PNSC;
- Aumento dos consumos domésticos de energia elétrica;

6.1.2. Análise SWOT

A análise tendencial (Anexo I) permitiu sistematizar pontos fortes e fracos, tal como oportunidades e ameaças relativamente à Requalificação Territorial e Mobilidade.

Quadro 7 – Análise SWOT – FCD REQUALIFICAÇÃO TERRITORIAL E MOBILIDADE.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Tendência de consolidação dos núcleos tradicionais.	69% do tecido urbano classificado como “descontínuo e descontínuo esparso”.
Estrutura urbana compacta e consolidada nas sedes de freguesia.	Densidades populacionais em meio urbano baixas.
Fragmentação do espaço consolidado pela rede viária estruturante.	Carência de espaços comerciais de proximidade.
Tendência crescente do número de reconstruções concluídas por cada 100 construções novas concluídas.	Insuficiente aproveitamento dos recursos paisagísticos e ambientais para atração turística, em particular para uma “vivência” turística ao ar livre.
Áreas de especial valor ecológico e de elevada qualidade paisagística e ambiental.	Forte pressão para alteração do uso do uso nas zonas costeiras e no parque natural com a consequente perda, fragmentação e degradação de áreas com importância para a conservação da natureza.
Existência e adesão ao biCas.	Perda do potencial endógeno e da atratividade agrícola.
Existência de modos de transporte coletivo (TC) (Autocarro e Comboio) e boa cobertura das paragens.	Insuficiente aproveitamento dos serviços dos
Proporção de certificados energéticos com classe	

³ Análise detalhada para todos os FCD no Anexo I.

<p>B ou superior (34%) maior que a média de Portugal (24%)</p> <p>Intensidade carbónica da economia abaixo do valor nacional.</p> <p>814 kW de energia produzida localmente por fontes renováveis (1/5 do distrito de Lisboa).</p> <p>Existência e planificação de projetos municipais de promoção da eficiência energética.</p>	<p>ecossistemas.</p> <p>Vias degradadas e com acessibilidade deficiente para o peão e excessiva afetação de espaço público ao automóvel.</p> <p>Inversão na repartição modal, com a crescente utilização do TI em detrimento do TC.</p> <p>Fraca frequência e intermodalidade do TC da <i>Scotturb</i> resultam em tempos médios de deslocação pendular elevados.</p> <p>Consumo de energia elétrica ao nível doméstico superior ao nível regional e nacional.</p> <p>Setor dos transportes maior responsável pelo consumo energético do concelho.</p> <p>Incapacidade para gerir limites de expansão urbana do solo e a tendência para a invasão da “urbanidade” nos espaços naturais.</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>Intervenções públicas no sentido de qualificação do espaço público em zonas de maior fixação populacional (S. D. Rana).</p> <p>Capacidade construtiva disponível nos perímetros urbanos atuais.</p> <p>Existência de percursos pedestres e condições para a mobilidade suave. Adesão ao serviço biCas pelos cascalenses.</p> <p>Expansão do biCas.</p>	<p>Tendência de aumento da monofuncionalidade habitacional e de aumento dos consumos energéticos domésticos.</p> <p>Ocupação com tendência de densificação fora dos perímetros urbanos e, em particular, nas encostas dos vales e no interior do PNSC.</p> <p>Fraca acessibilidade pedonal ao Hospital de Cascais.</p> <p>Crescente utilização do TI e queda do TC.</p> <p>Aumento do número de veículos vendidos por cada 1000 habitantes, superior à média nacional.</p>

6.1.3. Avaliação do Modelo Territorial

Consolidação urbana

As estratégias de requalificação de espaços centrais existentes, como a Marina (OEMRN1), as áreas costeiras de turismo de lazer e saúde (OEMAR3), as áreas industriais e empresariais (OEFE1 e OEFE2) e o aeródromo, integram medidas que contribuem para o reforço e dinamização das centralidades existentes, através de propostas de implementação de novas atividades e serviços - destacando-se a proposta para a Praia de Carcavelos ou a criação de novas centralidades, como a empresarial multifuncional, a logística e terciária e a industrial multifuncional proposta para a zona da Abóboda salvaguardando conflitos de uso residencial. As medidas mencionadas constituem, assim, uma oportunidade para a criação e reforço de centralidades e de redução da assimetria territorial norte-sul, promovendo um território mais consolidado e coeso.

As medidas e os programas propostos no âmbito da opção estratégica da mobilidade (OEMob) também apresentam uma oportunidade para a redução da assimetria espacial norte-sul, uma vez que incluem medidas que favorecem o reforço da rede de mobilidade em transportes

públicos pelo território do município, melhorando não só a mobilidade, como também a acessibilidade mais equilibrada no município.

A estratégia proposta para os espaços naturais (OEEN1), por incluir medidas que promovem a disposição mais equilibrada das funções de lazer e recreio, apresenta também uma oportunidade para o equilíbrio da rede urbana e da coesão norte-sul.

No entanto, a requalificação do aeródromo e do autódromo e a sua afirmação como pólos, como indicado no regulamento e no programa de execução (OEGI1 e OEGI2), podem constituir um risco para o equilíbrio da rede urbana, caso as atividades a instalar resultem em aumento dos níveis de ruído ou agravem a segurança da envolvente, criando conflitos com o uso residencial. Este conflito de uso do solo pode ser mitigado com a redução do ruído.

A concretização das medidas referentes às opções OEPU1 e OEPU2 também se constituem como uma oportunidade para a resolução da ocupação dispersa do território, uma vez que promovem não só a consolidação dos perímetros urbanos existentes, como a qualificação ambiental das áreas consolidadas e a inibição à edificação dispersa.

Renovação de territórios degradados

Estão presentes em regulamento medidas que promovem a reabilitação de áreas degradadas e a sua regeneração, o que constitui uma oportunidade para a recuperação de territórios degradados. Estas medidas, que promovem a recuperação destes territórios, estão explicitadas no âmbito da requalificação do edificado envolvente e valorização do legado histórico-cultural na integração com o conjunto da Cidadela (OEMRN1), nos parques industriais obsoletos (OEFE1), na priorização do reforço da estrutura ecológica urbana, em zonas desocupadas ou devolutas (OEN1), e na continuação do processo de reconversão das AUGI (OEPU2).

As obras de demolição previstas no regulamento também contribuem para esta oportunidade de recuperação de áreas degradadas, no entanto, o âmbito territorial é limitado aos espaços centrais históricos, não contemplando edificações ilegais presentes noutras classes de espaço, ameaçando, por isso, a potencialidade desta oportunidade.

A oportunidade de valorização e revitalização dos tecidos urbanos antigos é consubstanciada através das medidas e programas de dinamização, revitalização e requalificação dos centros históricos degradados (OECG), da valorização dos elementos patrimoniais e históricos e do conjunto arquitetónico (OEGEP), assim como, o desenvolvimento de polos temáticos, como o autódromo (OEGI2), que promove medidas indutoras de processos de reestruturação e regeneração urbanística, e, finalmente, a aplicação de medidas de acalmia de tráfego e incentivo à mobilidade suave (OEMob).

O investimento em ações de promoção da participação cívica e formação na área ambiental, através de programas de envolvimento público e participação, bem como os processos participados de reconversão das AUGI (OECA1 e OECA2), também são oportunidades para a recuperação de áreas degradadas e revitalização dos tecidos urbanos antigos.

Revitalização e qualificação do espaço público

A oportunidade de promoção da multifuncionalidade do espaço público é consubstanciada em medidas de criação de serviços e qualificação nas áreas a intervir (OEGEP e OECG).

Destaca-se, ainda, a dinamização de centros urbanos comerciais (UOPG3-OEFE2), a promoção de comércio de proximidade e turismo nos centros históricos e a criação de espaços de lazer (OEMRN1) ou de espaços destinados à satisfação de agricultura em meio urbano (OEEN1).

As medidas relativas às opções estratégicas OEG1 e OEG2 também promovem a oportunidade de qualificação e multifuncionalidade do espaço público, visto que integram a qualificação da envolvente aquando das intervenções nos polos aeródromo e autódromo. No entanto, destaca-se o potencial risco de conflito na utilização do espaço público por motivos de proximidade do Aeródromo, devido ao agravamento da sensação de insegurança e também do Autódromo por agravamento do ruído, potenciando um risco.

A realização de processos de reconversão AUGI (OEP2) integra intervenções no espaço público, constituindo, assim, uma oportunidade de qualificação deste espaço. É, por isso, importante garantir que estas operações tenham um âmbito mais alargado que intervenções limitadas aos arruamentos e estacionamento, criando, por exemplo, espaços de lazer que potenciem dinâmicas sociais e fomentem a apropriação do espaço público.

A oportunidade de revitalização e qualificação do espaço público também é promovida através da aplicação de medidas de reforço das condições de mobilidade suave (OEMob e OEGEP), de acalmia de tráfego (zonas 30) e de incentivo à racionalização do acesso automóvel em espaços centrais ou residenciais históricos (delimitação de áreas públicas afetas ao automóvel, destinando-as a modos suaves ou por transporte público e a remoção de obstáculos apenas em solo urbanizável), coordenado com a oferta de estacionamento, desta forma, é conferido aos utilizadores do espaço público maior segurança, incentivando a dinamização e revitalização de um espaço mais inclusivo.

O investimento em ações de promoção da participação cívica, através de programas de envolvimento público (Programa CEVAR) e participação (OECA1 e OECA2), também são oportunidades para a requalificação e revitalização do espaço público e para fomentarem a apropriação do espaço público e de valores culturais.

Paisagem e recursos Naturais

No que diz respeito à proteção e salvaguarda da conectividade ecológica dos sistemas naturais, o PDM apresenta diversas oportunidades resultantes de medidas que contribuem para a salvaguarda e incremento da oferta de espaços verdes (OEEN1), e para a contenção da expansão urbana e combate à construção dispersa (OEP2) que atualmente se verifica no território. Destaca-se a criação da classe de espaço Espaços Naturais de Nível 2, que ocupa 3% do território concelhio, o que vai além do legalmente exigido (RAN e REN), e que – pela sua espacialização - promove a conectividade dos espaços naturais.

Ao nível da estratégia para a reconversão urbanística das AUGI (OEP2), apesar de esta concorrer para a preservação dos recursos não tem em conta, como já referido, a edificação ilegal já existente em espaços de alto valor ecológico que contribuem para a degradação dos mesmos o que pode constituir um risco.

As medidas referidas carecem de uma fiscalização que garanta a eficácia das políticas que visam a contenção da edificação sob pena de se continuar a assistir ao aumento da dispersão

desregada, situação que ocorre atualmente no PNSC sob alçada do Instituto Conservação da Natureza e Florestas (ICNF).

O plano potencia igualmente a diversificação funcional dos sistemas naturais, através do reconhecimento dos serviços dos ecossistemas nomeadamente valorizando o turismo de natureza e náutico, dinamizando infraestruturas para a promoção dos desporto e lazer (OEGI3 e OEMAR1), criando espaços verdes de produção destinados à agricultura em meio urbano (OEGEP) e promovendo produtos identitários como o vinho de Carcavelos associado ao vale agrícola da Ribeira de Caparide (UOPG 3) e o turismo cultural nas quintas históricas (OENN1).

No âmbito deste critério constitui uma oportunidade a qualificação da paisagem urbana através da promoção de percursos pedonais e cicláveis que assegurem a respetiva continuidade numa lógica de integração dos espaços verdes no espaço público e conectividade entre eles (OECG e OEGEP) bem como a requalificação dos espaços públicos e de imóveis degradados nos processos de reconversão das AUGI (OEPU2).

Constituem ainda medidas para melhoria da qualidade e dos fatores de atratividade da paisagem a valorização dos recursos costeiros através da rede de ciclovias (OEMob), a integração paisagística de grandes infraestruturas como o aeródromo (OEGI1) e a requalificação industrial do Ecoparque de Trajouce (OEGI4).

O investimento em ações de proteção dos recursos naturais através de programas de envolvimento público (Natura Observa, Maré Viva, CEVAR) (OECA1 e OECA2) são oportunidades que fomentam a apropriação de valores naturais por parte da sociedade e promovem a sua preservação.

Mobilidade sustentável

A estratégia de consolidação urbana e requalificação das AUGI (OEPU1 e OEPU2) promove as deslocações em modos suaves, potenciadas pelo aumento da coesão territorial e da compacidade urbana, o que permite que as deslocações se tornem mais curtas no acesso a equipamentos e serviços. Ainda neste contexto, a integração das AUGI nos perímetros urbanos, permite uma gestão mais eficiente da mobilidade concelhia. Salientam-se os projetos Marginal Ciclável (365dias/ano) a criação da Rede estruturante concelhia em modos suaves e a criação de bolsas de estacionamento para veículos de duas rodas, constantes no programa de execução.

Por sua vez, a opção estratégica OEMob, relativa à requalificação da rede de transporte público assente na melhoria da rede viária e na melhor gestão do TP promove a transferência modal, potenciando a diminuição da utilização do TI e melhorando potencialmente os problemas identificados em análise tendencial (Anexo I) relacionados com a fraca frequência e duração das viagens do TP rodoviário.

Salienta-se a este nível que, de acordo com o Plano Estratégico dos Transportes (ponto 4.3.2.3 e "eixo" 9 - Governança), não compete à CMC concertar com as empresas operadoras de TP pelo que é essencial envolver a entidade competente (Instituto da Mobilidade e dos Transportes) no processo de planeamento por forma a concretizar a estratégia de mobilidade concelhia.

A proposta de criação de interfaces modais é também estruturante pois facilita o processo de transferência modal, permitindo de forma mais eficiente a transferência entre TI e TP, entre diferentes tipos de TP ou mesmo entre modos suaves e TP/TI.

Estas medidas são importantes para a melhoria das situações de conflito de tráfego identificadas e referidas em análise tendencial (Anexo I), bem como para a contrariação da tendência de aumento do TI na repartição modal. Salientam-se os projetos de requalificação da rede viária, o plano de acessibilidades e a implementação de tecnologias de informação e comunicação nos transportes públicos constantes no programa de execução.

Em particular, a proposta de Transporte Público em Sítio Próprio (TPSP), apesar do seu horizonte de concretização ser bastante longo, consubstancia uma oportunidade significativa para a melhoria da rede de TP e a sua cobertura em termos geográficos, uma vez que este não só abrange as principais centralidades existentes e propostas na zona norte do concelho como áreas que se encontravam excluídas da rede de TP. Por este motivo, considera-se este um projeto estruturante que deverá ser concretizado no horizonte temporal mais curto possível.

A opção por restringir o acesso e circulação de TI nos núcleos urbanos antigos (OECG) através da redução de lugares de estacionamento e da introdução de diversas medidas de acalmia de tráfego promove também os modos suaves e a segurança na utilização dos mesmos. Contribuem para esta oportunidade a delimitação de áreas públicas afetadas ao automóvel e a remoção de obstáculos no espaço público que permitem uma melhoria significativa na mobilidade de pessoas com mobilidade reduzida.

A criação de pólos geradores de tráfego resultante da requalificação de áreas como o circuito do Estoril e a Marina (OEG12 e 3), de espaços industriais devolutos ou da criação de áreas empresariais e tecnológicas (OEFE1 e 2) poderá resultar num potencial aumento do congestionamento nas respetivas envolventes. No entanto, o reforço e a revitalização do TP, a concretização da transferência modal assente na melhoria da rede viária e na melhor gestão do TP, bem como a criação do TPSP servindo o autódromo e algumas centralidades propostas, mostram-se como medidas que poderão mitigar esta situação. Enfatiza-se, portanto, a importância de promover o acesso a estes locais por TP e modos suaves, de modo a contrariar e prevenir um eventual aumento do TI promovido pela melhoria dos acessos viários.

Por fim, importa referir que a formação e sensibilização ambiental (OECA1 e 2) têm sempre um âmbito extremamente relevante no que toca a alterar mentalidades e a tornar os consumos e estilos de vida mais sustentáveis, mostrando-se assim estas medidas como muito positivas. Recomenda-se uma clara inclusão do tema da mobilidade nestes mesmos programas.

Uma nota deve ser dada ao facto de, para a avaliação acima descrita, não ter sido considerada a carta de mobilidade do PDM por esta não estar disponível à data.

Construção sustentável e eficiência energética

O aumento da coesão territorial e a integração das AUGI nos perímetros urbanos (OEPU1 e 2), promovem, por um lado, melhorias significativas ao nível da mobilidade sustentável como já referido, o que consequentemente possibilita um aumento da eficiência energética ligado à

redução da necessidade de deslocação em TI e, por outro, poderá incentivar a eficiência energética do espaço público.

A estratégia de transferência modal e reforço do TP proposta (OEMob), pelas alterações ao nível da mobilidade no concelho que poderá promover, consubstancia também uma oportunidade para o aumento da eficiência energética por redução da dependência do TI, contribuindo também para a redução dos significativos consumos energéticos associados ao sector dos transportes identificados em análise tendencial (Anexo I).

O aproveitamento programado do biogás no Ecoparque de Trajouce e o aproveitamento da biomassa gerada no concelho ao nível dos espaços naturais (OEGI4 e OEEN1 respetivamente) mostram-se como medidas que poderão promover o aumento da eficiência energética nos processos locais, e também a redução de consumos energéticos mais custosos e poluentes.

A preservação de espaços naturais e reforço dos espaços verdes em meio urbano, (OEEN1), é extremamente relevante para a eficiência energética, uma vez que ameniza a ilha de calor urbano, fazendo com que haja menor necessidade de regular artificialmente as temperaturas ao nível da habitação, equipamentos e serviços.

As medidas propostas ao nível da redução de consumos de água e energia quer ao nível pessoal, quer ao nível do espaço público (OEAC3), mostram-se também como positivas e com potencial para melhorar os níveis de consumo energético.

Mais uma vez, importa referir a intenção de envolver ativamente a sociedade no processo de planeamento e de promover ações de cidadania ativa (OECA1 e 2), que, ao nível da construção sustentável e da eficiência energética, se mostram como medidas essenciais para a concretização da estratégia concelhia, nomeadamente por incluírem programas de formação e sensibilização ambiental. A abrangência etária destes programas é uma mais valia para o concelho a longo prazo, dado que a formação e educação são chaves na capacidade de compreender e aplicar comportamentos sustentáveis. Desta forma, recomenda-se fortemente a inclusão da temática da eficiência energética e da construção sustentável nos programas propostos.

As oportunidades identificadas são bastante importantes para a alteração da tendência de elevados consumos energéticos ao nível dos consumos domésticos, pelo que urge garantir a sua concretização. Salientam-se também o papel que poderão ter os programas Caça-Watts, a elaboração do cadastro das redes pluviais e de reabilitação das mesmas, o subprograma “EMAC Educa, uma aposta no futuro”, o subprograma o Clube do Mac, o plano Municipal para o uso eficiente da água e o subprograma Mérito Ambiental na prossecução dos objetivos de eficiência energética municipal.

De uma forma transversal, importa referir o incentivo específico proposto em sede de regulamento para a certificação energética de operações urbanísticas que poderá ser particularmente relevante como medida complementar às estratégias de requalificação das AUGI e de consolidação urbana (OEPU1 e 2), de revitalização e reabilitação dos centros históricos e do espaço público (OECG), de requalificação de espaços industriais devolutos e do Ecoparque de Trajouce, e de promoção da fixação de áreas empresariais e tecnológicas (OEFE1 e 2). No entanto, recomenda-se que seja também promovida e incentivada a eficiência

energética das atividades económicas, sob o risco de não se atingir os objetivos de eficiência energética do concelho estabelecidos na Estratégia de Sustentabilidade de Cascais.

6.1.4 Diretrizes de Planeamento e Gestão

Quadro 8 – Diretrizes de Planeamento e Gestão – FCD Requalificação territorial e mobilidade

Diretrizes de Planeamento e Gestão
Garantir a introdução de mecanismos de redução de ruído junto ao aeródromo e ao autódromo de modo a compatibilizar o uso das infraestruturas face à ocupação residencial da envolvente e/ou realojamento da população em risco em núcleos urbanos a consolidar.
Garantir a concretização das operações de requalificação dos territórios degradados e revitalização do espaço público.
Assegurar a demolição de aglomerados que permanecem na ilegalidade realojando populações afetadas nos núcleos urbanos a consolidar.
No âmbito da requalificação do espaço público nas áreas degradadas, nomeadamente nos processos de reconversão de AUGI, garantir a qualificação para além dos arruamentos.
Garantir a salvaguarda e incremento dos espaços com valor ecológico e a sua conectividade através do reforço da fiscalização nestes espaços.
Garantir a remoção de edificação ilegal existente em espaços de alto valor ecológico, apenas previstas nos espaços centrais históricos, não contemplando os clandestinos presentes em Espaço Natural.
Assegurar a valoração dos serviços dos ecossistemas e consequentemente o aumento da diversificação de atividades sustentáveis.
Salvaguardar em sede de PMOT hierarquicamente inferior ou projeto que os riscos que advém das áreas desafetadas da REN.
Promover a integração paisagística das grandes infraestruturas e a requalificação das áreas industriais.
Garantir a implementação de ações de envolvimento da população na preservação e proteção dos recursos naturais.
Tornar o TPSP uma realidade no mais curto prazo possível.
Integrar medidas que previnam o aumento da utilização do TI com a reabilitação da rede viária (parqueamento pago, vias exclusivas ao TP, etc).
Promover a implementação de certificação energética nos projetos de reabilitação de áreas degradadas.
Promover a fixação de atividades económicas e serviços que sigam boas práticas nos seus processos; bem como promover as boas práticas nas atividades já existentes.
Promover da eficiência energética ao nível do espaço público.
Fomentar a construção sustentável e eficiência energética nas novas edificações e intervenções de reabilitação das edificações existentes, quer em áreas residenciais como em espaços de intervenção específicos, nomeadamente a marina, espaços industriais e empresariais.
No âmbito da requalificação do Circuito do Estoril e a sua afirmação como um pólo temático, enfatiza-se a importância da adoção de medidas de construção sustentável (isolamento acústico) nas novas habitações do espaço residencial.
Promover que a certificação do edificado novo e existente e que a reabilitação do Ecoparque segue medidas de construção sustentável, como a utilização de materiais considerados sustentáveis, a poupança de água e energia ao nível da construção e da utilização, construir de acordo com uma utilização futura sustentável como o aproveitamento do solar passivo ou a colocação de painéis solares em edifícios administrativos, etc., promovendo a eficiência energética local e global do Concelho.

6.1.5 Quadro de Governança

Quadro 9 – Quadro de Governança – FCD Requalificação territorial e mobilidade

Entidade	Diretrizes de Governança
CCDR-LVT	<p>Dinamizar o diálogo e a cooperação institucional para promover a coesão territorial intra e intermunicipal.</p> <p>Organismos setoriais da Administração Pública Garantir a articulação institucional, coordenação de esforços entre os seus organismos sectoriais e as autoridades locais, e colaboração na monitorização das componentes relacionadas com as suas áreas de competência.</p>
ICNF	<p>Participar ativamente na elaboração do PDM e na concretização da estratégia concelhia, contribuindo para a resolução de situações críticas que se verifiquem no interior do PNSC, como os bairros ilegais.</p> <p>Assegurar a eficácia das políticas municipais, nomeadamente a fiscalização da contenção do edificado existente</p>
IMT e IniR	<p>Criar incentivos ao planeamento integrado dos transportes e promover a sua utilização, em colaboração com os operadores de transportes e com a CMC.</p> <p>Verificação das condições de acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida nas áreas alvo do PDM.</p>
CMC	<p>Estabelecer orientações e metas municipais de valorização, salvaguarda e incremento dos recursos naturais e assegurar a sua monitorização (em colaboração com a CCDR-LVT, ARH, APA, DGOTDU, etc.).</p> <p>Promover o diálogo entre entidades competentes e operadoras de serviços de transporte público com vista a melhorar o funcionamento e gestão dos mesmos.</p>
Operadores de Transportes	<p>Promover e auxiliar no desenvolvimento da produção energética com origem em fontes de energia renovável.</p>
População em geral	<p>Criar incentivos ao planeamento integrado dos transportes e promover a sua utilização, em colaboração com o IMT e CMC.</p> <p>Ajustamento dos níveis de serviço de acordo com as alterações à rede viária.</p>
Privados	<p>Contribuir para a sustentabilidade das estratégias do Concelho de Cascais através do desenvolvimento de projetos promovam a valorização dos serviços dos ecossistemas</p>
Residentes e Proprietários em AUGI	<p>Participar nos processos de reconversão e renovação dos espaços degradados ou ilegais</p>
Residentes e Proprietários das AUGI	<p>Participar nos processos de reconversão das AUGI</p>
ONG e População em geral	<p>Participar ativamente nos programas de ação no âmbito da recuperação de áreas degradadas e revitalização dos tecidos urbanos antigos, nos programas de ação no âmbito da requalificação e revitalização do espaço público, da proteção dos recursos naturais, em processos de consulta pública associados à mobilidade sustentável, bem como à eficiência energética no âmbito do PDM Cascais e nas atividades de sensibilização para a sustentabilidade. Adotar hábitos sustentáveis, promotores da utilização de meios de mobilidade suaves, abandono do TI em prol do TP e eficiência na utilização doméstica de recursos.</p>

6.2 FCD#2 – Coesão e Inclusão

6.2.1 Questões e tendências críticas

A situação no concelho de Cascais apresenta as seguintes tendências principais no que respeita à sua Coesão e Inclusão:

- Crescimento demográfico superior ao dos municípios da Grande Lisboa;
- Aumento da taxa de desemprego e de pensionistas e reformados;
- Manutenção de situações de vulnerabilidade e exclusão social;
- Dinamismo e criação de instrumentos de apoio social;
- Existência de estruturas habilitadas para a promoção do empreendedorismo social;
- Necessidade de reforçar equipamentos escolares e de saúde, e de iniciativas promotoras de hábitos saudáveis.

6.2.2 Análise SWOT

A análise tendencial (Anexo I) permitiu sistematizar pontos fortes e fracos, tal como oportunidades e ameaças relativamente à Coesão e Inclusão.

Quadro 10 – Análise SWOT – FCD Coesão e Inclusão .

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Elevada qualificação da população concelhia. Taxas de natalidade superiores à média nacional. Crescimento populacional superior à média nacional, saldo migratório positivo e taxa de natalidade superior à média nacional, fatores que contribuem para que o índice de envelhecimento populacional seja inferior à média nacional. Rede de equipamentos e serviços com carácter inovador e diverso (culturais, sociais, desportivos).	Necessidade de reforçar equipamentos escolares e de saúde. Percentagem diminuta de formação profissionalizante e de índole tecnológica no ensino secundário, dando origem a dificuldades de empregabilidade para os alunos que não prosseguem estudos no ensino superior. Défice de equipamentos desportivos.
Oportunidades	Ameaças
Elevado custo do metro quadrado de solo (em termos relativos em todo o concelho, face à AML) e em particular nos centros históricos. Aumento da oferta do ensino pré-escolar e melhoria dos equipamentos escolares.	Fragilidade do tecido empresarial local no financiamento e no investimento em projetos estruturantes e em parcerias público privadas.

6.2.3 Avaliação do Modelo Territorial

Eliminação de assimetrias sociais e redução de pobreza

A estratégia de consolidação urbana que materializa as opções estratégicas OEPU1 e OEPU2, tem como potenciais oportunidades a redução de assimetrias territoriais, e consequentemente sociais. Contam para isso as medidas de qualificação dos centros históricos e de áreas degradadas e também a prioridade dada à qualificação e reforço de equipamentos

na zona norte, assente não só na criação de novas unidades como também na requalificação de equipamentos existentes, promovendo a sua multifuncionalidade.

No entanto, o PDM não possui qualquer estratégia em relação a bairros ilegais, no interior do PNSC. Assim, para além de se manterem assimetrias territoriais e sociais, pode daqui resultar um conflito de governança institucional, bem como a manutenção de situações de assimetria social o que é considerado um risco relevante para a sustentabilidade global do município.

A estratégia proposta para a mobilidade concelhia (OEMob) vem também atenuar as assimetrias sociais existentes, nomeadamente pela criação do TPSP cujo percurso proposto pretende – uma vez concretizado – atenuar a dicotomia interior-litoral e promover o acesso a equipamentos, serviços e áreas de lazer pelos residentes da zona norte. Para esta oportunidade contribui também a intenção de promover a transferência modal, designadamente pela criação de interfaces modais e estacionamento para bicicletas, a remoção de obstáculos à circulação pedonal – particularmente relevante para a inserção social de populações com mobilidade reduzida e idosos, e a criação das redes cicláveis e pedonais bem como, transversalmente, a intenção de otimização da oferta de transporte público existente.

A intervenção no centros históricos (OECG1) materializada, designadamente, pela promoção de usos mistos em zonas residenciais e centrais, criação de habitação dirigida a jovens e séniores, criação e reabilitação de equipamentos e serviços de proximidade na zona norte e criação de oportunidades para inserção na vida ativa de jovens e séniores (espaços de lazer e recreio para uso intergeracional e programas de inserção na vida ativa) contribui também para a redução da segregação urbana destes centros, das assimetrias norte-sul e da exclusão social, designadamente de situações de isolamento de grupos vulneráveis.

As estratégias propostas para o Aeródromo de Tires (OEGI1) e para o Autódromo do Estoril (OEGI2), podem constituir uma oportunidade para a promoção da equidade social caso inclua a revitalização multifuncional da sua envolvente pela potencial criação de emprego e de atividades económicas (como se verá adiante no FCD Marca Cascais). No entanto pode determinar uma ameaça à atratividade dos bairros envolventes por agravamento do ruído na envolvente residencial, podendo condicionar a revitalização de zonas de intervenção prioritária como o Bairro da Cruz Vermelha. No caso do aeródromo de Tires pode ainda colocar-se um problema de segurança, admitindo que se mantêm os objetivos referidos na ficha do projeto “Aeródromo de Tires” segundo os quais se deverá criar condições para a atração de operadoras *low cost* (que recorrem a aeronaves de dimensão significativamente maior do que as que atualmente constituem o tráfego aéreo desta infraestrutura).

Afirmar Cascais como um centro integrado de turismo de lazer e saúde (OEMAR3) constitui uma oportunidade significativa pela criação e reabilitação de equipamentos de saúde. Há no entanto que garantir o acesso generalizado a estes equipamentos e serviços sob o risco de se manterem carências mantendo a atual assimetria social no acesso à saúde.

Diversas outras estratégias do PDM contribuem para o reforço da equidade social constituindo oportunidades na ótica deste FCD:

- A estratégia proposta para os espaços naturais (OEEN1), por incluir a criação e reforço dos espaços verdes e de lazer em meio urbano e rural, tanto na zona norte como na zona sul;
- A intenção de recuperar a agricultura (OEEN2), designadamente pela promoção de hortas urbanas, contribuindo para o reforço da segurança alimentar;
- Os vários programas e projetos propostos na área da cidadania ativa constituem uma oportunidade para a adequação da estratégia de desenvolvimento concelhio à realidade social, pela promoção de oportunidades de participação da sociedade civil e entidades privadas na tomada de decisão pública (OECA1 e OECA2, concretizadas, designadamente pelos programas Promoção da Participação Cívica, Cidadania e Território e pelo Orçamento Participativo) e pela valorização e manutenção dos equipamentos de uso coletivo pelos utilizadores e capacidade de intervenção dos vários agentes. No entanto, esta oportunidade significativa é ameaçada caso não seja prosseguida uma estratégia de envolvimento eficaz;
- As medidas imateriais como os programas Promoção da qualidade de vida da População Sénior e Mediação intercultural e integração de imigrantes, o Plano Gerontológico de Cascais, o Plano Municipal de Cascais contra a violência Doméstica, a Estratégia Municipal para a Igualdade de Género e o Plano concelhio para a integração de pessoas Sem Abrigo;
- No âmbito da habitação, cabe referir os Programas de Gestão e Manutenção do Parque Habitacional Municipal, de Gestão e Acesso à Habitação Social, Mercado Social de Arrendamento, pelos projetos Oficina Social e Habitação Sénior que poderão contribuir para a resolução de situações de carência social graves identificadas na análise tendencial (Anexo I).

Empreendedorismo social

Do ponto de vista da promoção da inserção na vida ativa, as principais oportunidades geradas pela proposta de plano resultam na criação de emprego e de oportunidades de formação associadas à promoção da multifuncionalidade em geral e de atividades económicas específicas, e também de programas de empreendedorismo social concretos.

Particularmente, o estímulo à fixação de atividades económicas e serviços nos centros históricos (OECG), a requalificação do autódromo e do aeródromo com instalação de atividades complementares (OEGI 1 e 2), a requalificação da Marina através do turismo e das atividades complementares (OEGI3), a promoção da pesca artesanal (OEMAR1), a afirmação de Cascais como centro de investigação e desenvolvimento tecnológico ligado ao Mar e também como centro de turismo, lazer e saúde (OEMAR 2 e 3), a requalificação de espaços industriais para a fixação de empresas (OEFE1) e a criação de áreas empresariais e tecnológicas (OEFE1) materializam esta oportunidade, promovendo a fixação de atividades económicas com diferentes graus de especialização exigindo portanto diferentes níveis de formação e qualificação o que, de *per si*, poderá criar procura local para formação profissionalizante e estimular a sua oferta pelo setor privado.

A intenção de recuperar a agricultura promovendo produtos regionais (OEEN2) contribui, não só para a criação de emprego com base em recursos naturais específicos do concelho, mas também para a inserção na vida ativa de pessoas que se encontrem sem ocupação.

Analogamente, os programas propostos para a inserção na vida ativa de jovens e séniores e de promoção do empreendedorismo social (de que são exemplo os projetos CERCICA – Gráfica e Lavandaria Social, o Fórum Sócio Ocupacional, o Gabinete de Orientação Vocacional e Profissional ou o Cascais Voluntário), contribuem para a sustentabilidade global do concelho do ponto de vista deste FCD por constituírem potenciais oportunidades de formação e de emprego geradas pela comunidade local o que aliás vem prosseguir a estratégia atualmente seguida pela CMC.

Estilos de Vida Saudáveis

Tendo em conta o défice de equipamentos desportivos existente, e em particular a sua parca distribuição pelas freguesias no norte do concelho, verifica-se que o PDM propõe um reforço desta rede de equipamentos que dá resposta à situação existente o que constitui uma oportunidade do ponto de vista da promoção dos estilos de vida saudáveis, não só pela criação de espaços físicos mas também pela promoção do desporto ao nível local e também internacional (programa “Eventos Desportivos de Prestígio”).

A estratégia para a promoção de Cascais como centro de turismo e lazer ligado ao Mar (OEMAR3 e o projeto Cascais Centro de Mar), designadamente pela dinamização da Marina (OEGI3), constitui uma oportunidade do ponto de vista deste FCD na medida em que promove o desporto e o lazer – designadamente ao ar livre - e também poderá reforçar a sua valorização identitária pelos munícipes por incluir a promoção de eventos desportivos de escala internacional.

Para além destas ações específicas, verifica-se que a estratégia proposta ao nível dos transportes públicos e mobilidade (OEMob) vem criar condições para a deslocação em modos suaves – designadamente o pedonal e ciclável - e reforçar a relação com espaços verdes e naturais do concelho constituindo por isso uma oportunidade para a promoção da saúde humana e de quotidianos dinâmicos. A própria orientação geral dada à revitalização de espaços históricos e centrais (OECG) e qualificação do espaço público (OEGEP) promove a criação de espaços verdes e de lazer em meio urbano o que incrementa as oportunidades para a promoção generalizada da saúde e do lazer de jovens e séniores. Em particular, a promoção da multifuncionalidade dos centros urbanos, em particular dos centros históricos e a promoção do comércio de proximidade, promovem a vida ativa dos séniores cascalenses mitigando, potencialmente, o seu isolamento.

A promoção da pesca tradicional (OEMAR1) e da agricultura, particularmente em meio urbano (OEEN2), contribuem também para a promoção das atividades lúdicas e do lazer ao ar livre, particularmente atrativas para a população reformada, reduzindo assim o seu isolamento e promovendo o envelhecimento ativo. Aliás, a estratégia proposta pelo PDM (OEEN1), para a promoção e valorização de espaços naturais e de espaços verdes urbanos e a dinamização de atividades lúdicas ligadas à sensibilização ambiental, constituem também uma oportunidade nesta perspetiva.

A intenção de promover o consumo eficiente da água e da energia (OEAC3), designadamente através da certificação da construção do Programa Caça Watts) consubstancia também uma oportunidade para a qualificação da habitação (isolamento térmico) com potenciais reflexos positivos para a saúde pública.

O principal risco identificado na ótica deste critério de avaliação resulta da intenção de requalificar o aeródromo e incrementar a sua escala económica (OEGI1), promovendo a sua utilização por companhias *lowcost*, que poderá, como já referido, incrementar a exposição ao ruído e a exposição a potenciais acidentes por parte da população residente na envolvente desta infraestrutura. Desta forma, recomenda-se a compatibilização da infraestrutura face à ocupação residencial da envolvente, ou o realojamento da população em risco o que poderá exigir uma análise mais detalhada para a qual se recomenda o envolvimento das entidades aeronáuticas competentes. Também, a aposta na dinamização do autódromo, caso resulte na realização de atividades regulares que venham a afetar significativamente os níveis de ruído, poderá afetar a saúde humana nas zonas residenciais envolventes, como já referido.

Também a promoção da cidadania ativa e do envolvimento dos vários agentes e municípios nos processos de decisão pública (OECA1 e 2, Programas Maré Viva, Jovens Ativos, Natura Observa, Campos de Trabalho Internacional entre outros) pode constituir uma oportunidade para a adequação da estratégia de desenvolvimento concelhio às necessidades do ponto de vista da saúde humana, mas também aqui tal depende da concretização efetiva de medidas de envolvimento e participação ativa da comunidade e agentes privados, medidas essas que são muitas vezes imateriais e não vinculativas.

6.2.4 Diretrizes de Planeamento e Gestão

No quadro seguinte apresentam-se as diretrizes da AAE associadas às medidas do PDM Cascais referentes às oportunidades e riscos apresentadas na secção anterior relativamente a este FCD.

Quadro 11 - Diretrizes de Planeamento e Gestão – FCD Coesão e Inclusão

Diretrizes de Planeamento e Gestão
Promover a criação de espaços públicos de lazer nas AUGI e em áreas urbanas degradadas.
Tornar o TPSP uma realidade no mais curto prazo possível e que é acessível por todos os grupos sociais.
Garantir o acesso generalizado a equipamentos e serviços sob o risco de se manter carências e de se promover a assimetria social no acesso - particularmente à saúde.
Concretizar uma estratégia de envolvimento ativa e eficaz.
Incentivar a certificação de edificação existente.
Eliminação dos bairros ilegais e realojamento das populações em causa nos centros urbanos. Mobilização das entidades competentes para a gestão do PNSC.
Compatibilização da infraestrutura aeronáutica face à ocupação residencial da envolvente e/ou realojamento da população em risco. Determinação das zonas de maior risco em estudo específico.
Clarificar o tipo de atividades a fixar no autódromo do Estoril e o seu impacte ao nível do ruído.
Envolver ativamente a autoridade aeronáutica competente nos processos de planeamento e urbanização em áreas que possam ser afetadas pela atividade aeroportuária.
Monitorizar a aplicação do PDM e, em particular, a evolução dos indicadores sociais.

6.2.5 Quadro de Governança

Quadro 12 – Quadro de Governança – FCD Coesão e Inclusão

Entidade	Diretrizes de Governança
CCDR-LVT	Dinamizar o diálogo e a cooperação institucional para promover a coesão social intra e intermunicipal.
Organismos setoriais da Administração Pública	Garantir a articulação institucional, coordenação de esforços entre os seus organismos setoriais e as autoridades locais, e colaboração na monitorização das componentes relacionadas com as suas áreas de competência.
IMT	Adequar a política de transportes públicos de Cascais a necessidades sociais concelhias, contribuindo para a implementação do PDM e concretização da estratégia concelhia de coesão territorial e social.
ICNF	Participar ativamente na elaboração do PDM e na concretização da estratégia concelhia, contribuindo para a resolução de situações críticas que se verifiquem no interior do PNSC, como os bairros ilegais.
CMC	Promover o envolvimento das várias entidades com competências e responsabilidade sobre a gestão do território concelhio, articulando as várias intervenções Continuar e reforçar a estratégia municipal de envolvimento público e de cidadania ativa.
Setor empresarial e suas associações	Participar ativamente nos processos de consulta pública no decurso dos processos de planeamento. Contribuir para a implementação da estratégia municipal, designadamente as oportunidades de empreendedorismo social, criação de emprego e formação.
Associações da Sociedade Civil, ONG	Participar ativamente no processo de planeamento e na implementação da estratégia municipal, dinamizando programas, projetos e ações de cariz social e de cidadania, designadamente associados ao empreendedorismo social. Promover o diálogo e concertação entre a CMC e os cidadãos sobre atividades municipais de natureza social
População em geral	Participar ativamente nos processos de consulta pública no decurso dos processos de planeamento. Participar ativamente nos processos e programas de integração social e formação profissional.

6.3 FCD#3 – Riscos e Alterações Climáticas

6.3.1 Questões e tendências críticas

A situação no concelho de Cascais apresenta as seguintes tendências principais no que respeita aos Riscos e Alterações Climáticas:

- Aumento da área edificada (artificialização) em leito de cheia e consequente diminuição das áreas permeáveis;
- Existência de disfunções ambientais resultantes de aterro sanitário de Trajouce, de depósitos ilegais de resíduos e do crescimento de bairros clandestinos;
- Qualidade dos recursos hídricos superficiais ameaçada por descargas de resíduos e águas residuais não tratadas provenientes de bairros clandestinos emergentes.

6.3.2 Análise SWOT

A análise tendencial (Anexo I) permitiu sistematizar pontos fortes e fracos, tal como oportunidades e ameaças relativamente aos Riscos e Alterações Climáticas.

Quadro 13 – Análise SWOT – FCD Riscos e Alterações Climáticas.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Elevados níveis de atendimento das populações no que se refere ao abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais.	Desordenamento urbanístico e territorial, existência de zonas desqualificadas e de áreas urbanas de génese ilegal, e progressiva desertificação dos centros históricos. Poluição das águas de superfície e subterrâneas.
Oportunidades	Ameaças
Potencial em energias renováveis elevado: incluindo energia hídrica, energia eólica, energia das marés, das ondas e das correntes, bioenergia e energias solares; Áreas industriais em declínio que podem ser requalificadas e direcionadas para novas utilizações	Vulnerabilidade, a longo prazo, da extensa orla costeira, devido à ocupação desordenada e a intervenções desadequadas que têm provocado elevados níveis de erosão e de instabilidade das formações costeiras. Forte pressão para alteração do uso de zonas ambientalmente preservadas. Aproveitamento ineficiente das reservas de água, nomeadamente quando as perspetivas associadas às alterações climáticas apontam para maior frequência de situações de seca e escassez de recursos hídricos.

6.3.3 Avaliação do Modelo Territorial

No âmbito deste FCD, e de forma transversal aos seus critérios de avaliação, o PDM propõe, em matéria de promoção da participação da sociedade civil (OECA1) e de criação de comunidades ativas na gestão do concelho (OECA2), medidas de formação na área ambiental que consubstanciam potenciais oportunidades transversais, nomeadamente a promoção da capacidade de adaptação aos eventos extremos e a promoção da prevenção de produção de resíduos, diminuindo riscos de poluição associados.

Adaptação às alterações climáticas

As estratégias de conservação da permeabilidade do território (OEPU1, OEPU2, OEGEP, OEEN1, OEEN2, OECE e OEAC1) consubstanciam oportunidades para o aumento das áreas permeáveis, na medida em que promovem a gestão da ocupação humana no território, a reabilitação urbana, a criação de espaços naturais além do legalmente exigido, a implementação da EEM, a valorização da RAN em meio urbano, o estabelecimento de índices de impermeabilização máximos em espaços verdes de recreio e produção relativamente baixos (5%) e a interdição de construção de novas edificações em zonas inundáveis em solo urbano e rural. Adicionalmente, a estratégia proposta promove a diminuição do efeito da ilha de calor através da implantação de árvores de arruamentos e de estruturas verdes em meio urbano.

As estratégias associadas à conservação e gestão da procura de água (OEGEP, OEAC1, OEAC2, OEAC3) concretizadas pela promoção do armazenamento e reutilização de água, da instalação de vegetação, da criação de espaços verdes que requeiram disponibilidades hídricas reduzidas, contribuem para responder adaptativamente a fenómenos climáticos extremos, em termos de disponibilidade de água e sua utilização.

Vulnerabilidade aos riscos naturais

A tendência de aumento da área edificada em leito de cheia poderá ser contrariada pelas estratégias propostas para a consolidação urbana (OEPU1) e para a requalificação das AUGI (OEPU2), por se materializarem na consolidação e remate de perímetros urbanos reduzindo a ocupação dispersa e também na proibição da construção nova em zona inundável (Artº 17º do regulamento). Também neste sentido, as estratégias de promoção e requalificação do espaço público (OEGEP) e de reforço da adaptação estrutural a montante (OEAC2, OEAC1) concretizadas no modelo territorial pelo aumento da oferta de espaços verdes, pela salvaguarda de zonas inundáveis em solo urbano e rural, pela regularização de ribeiras e construção de bacias de retenção na Ribeira de Vinhas, contribuem para a diminuição da vulnerabilidade ao risco de cheia.

A concretização destas estratégias é particularmente crítica nas zonas que atualmente têm um elevado risco de cheia e para as quais se pretende reforçar ou criar centralidades (OECG e OEGI3), como por exemplo no centro histórico de Cascais, na Abóboda ou em Carcavelos (UOPG 10) e noutras áreas de litoral onde haja um aumento de carga urbanística associada à dinamização do *cluster* Mar (OEMAR 2 e 3).

É por isto essencial que se concretizem as bacias de retenção e outras obras de regularização hidráulica propostas em programa de execução e que se considerem iniciativas de mitigação do risco de inundação na implementação do PDM (em sede de projeto ou de PMOT hierarquicamente inferior).

O reforço da carga urbanística no litoral proposto agrava também a vulnerabilidade ao risco de tsunami, sendo que para mitigar este risco, recomenda-se a concretização das medidas propostas no Plano Estratégico de Cascais face às Alterações Climáticas, nomeadamente a implementação de faixas de salvaguarda em zonas de litoral arenoso e arribas, o desenvolvimento de um programa de monitorização costeira e o impedimento da adoção de soluções de ocupação permanente da praia.

Após análise cartográfica da proposta para a desafetação da REN, verifica-se que existem zonas propostas para desafetação que já se encontram significativamente impermeabilizadas enquanto outras se encontram apenas parcialmente impermeabilizadas. Verificou-se igualmente que o uso do solo proposto poderá aumentar este nível de impermeabilização. Por este motivo, para as zonas parcialmente impermeabilizadas, recomenda-se que qualquer intervenção seja precedida de uma análise a fim de garantir que os critérios que inicialmente assistiram à classificação da REN fiquem salvaguardados.

A estratégia relativa ao Ecoparque de Trajouce (OEGI4, analisada em detalhe adiante), depende da efetiva concretização do plano de reabilitação. A preservação dos espaços naturais (OEEN1) através do aproveitamento do biogás e do estímulo à criação, manutenção e utilização de material vegetal, criam condições de diminuição do risco de incêndio.

A intenção de preservar os espaços naturais (OEEN1) e de recuperar a agricultura (OEEN2), concretizadas por medidas de preservação do solo rural tendo em vista a produção agrícola e florestal e pela valorização da RAN em meio urbano, promovem a diminuição da vulnerabilidade ao risco de movimentos de massa.

Riscos de poluição (água, solo, ar, resíduos)

No que concerne às disfunções ambientais identificadas em sede de análise tendencial (Anexo I), as medidas propostas no PDM consubstanciam algumas oportunidades para a sua mitigação ou resolução.

A estratégia de reabilitação de parques industriais obsoletos e sua requalificação para outros usos (OEFE1) contribui para diminuir fontes de poluição associadas a passivos ambientais. No entanto, a promoção da criação de novas unidades industriais (nomeadamente na Abóboda) poderá concretizar um risco pela ausência de incentivos a boas práticas ambientais além da certificação da operação urbanística em si.

Destacam-se as oportunidades de redução das fontes de poluição através da infraestruturização e reconversão urbanística das AUGI (OEPU2), gestão da carga física sobre o território e da qualificação ambiental das áreas consolidadas (OEPU1), no entanto, permanece o risco associado à manutenção das fontes de poluição provenientes dos aglomerados que se mantêm ilegais, fora dos centros históricos (OEPU2).

Relativamente à poluição sonora destaca-se a oportunidade de diminuição do ruído através dos incentivos à utilização de modos suaves de deslocação (OEMob) e da criação de zonas 30. Estas medidas são igualmente importantes para a redução da emissão de CO₂, potenciando a qualidade do ar (OEGEP). Não obstante, salienta-se o potencial aumento dos níveis de ruído associados ao aumento de tráfego aéreo no aeródromo (OEGI1) e à revitalização do Circuito do Estoril (OEGI2), apesar da implementação de barreiras acústicas proposta. Nestes casos evidentemente tudo depende da futura utilização que seja dada a estas infra-estruturas.

As estratégias de preservação dos espaços naturais (OEEN1 e OEAC1), por incluir a implementação da Estrutura Ecológica Municipal, a valorização e recuperação de linhas de água e a criação de espaços verdes como fator de requalificação de áreas urbanas degradadas, contribui para o aumento da qualidade dos recursos hídricos, ar e solo.

Ecoparque de Trajouce

O Ecoparque de Trajouce, localizado na freguesia de São Domingos de Rana e gerido pela empresa TratoLixo, destina-se a processar a fração orgânica dos resíduos urbanos (RU), com uma capacidade diária de tratamento de cerca de 500 ton de RU. Para além da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS), encontram-se no perímetro das instalações uma lixeira e um aterro, ambos selados, diversas áreas funcionais e uma estação de tratamento de águas residuais (ETAR).

Após selagem da lixeira, em 1998, os resíduos provenientes dos concelhos de Cascais, Oeiras, Sintra e Mafra foram encaminhados para o aterro e, em 2005/2006, este foi selado. A partir deste período, apenas uma parte dos RU provenientes destes concelhos são depositados nestas instalações (a produção total excede a capacidade de tratamento da CITRS), sendo os restantes resíduos encaminhados para as unidades de tratamento e valorização de resíduos da Abrunheira e Ericeira (município de Mafra)⁴.

No seguimento da visita ao local das instalações, com a equipa da CMC, e através da análise do Plano de Reabilitação Ambiental do Ecoparque⁵, foi possível identificar alguns problemas ambientais (Quadro 14) provenientes desta infra-estrutura. Esta unidade é atualmente dos principais focos de poluição do concelho, incluindo a emissão de odores decorrente da atividade desenvolvida nas instalações, a contaminação de recursos hídricos superficiais e subterrâneos e a contaminação do solo devido à presença de lixiviados sobre os terrenos e em águas pluviais, provenientes do aterro e lixeira. Também os movimentos de massa, associados à instabilidade dos taludes do aterro e lixeira, são suscetíveis de afetar negativamente população e bens.

Quadro 14 - Problemas ambientais no Ecoparque de Trajouce e respetivas origens.

Fonte: Adaptado de Plano de Reabilitação Ambiental das Instalações da TratoLixo, em Trajouce, Maio 2009

Problema	Origem
Efluentes da ETAR com alguns	ETAR subdimensionada face às concentrações do afluente

⁴ Plano Estratégico de Resíduos para as áreas dos municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, Novembro 2007 e <http://www.tratolixo.pt/Actividade/Paginas/Default.aspx>

⁵ Plano de Reabilitação Ambiental das Instalações da TratoLixo, em Trajouce, Maio 2009

parâmetros acima dos VMR	
Contaminação de águas pluviais	Rede de drenagem superficial do aterro e lixeira com falhas preconizando a contaminação das águas pluviais com lixiviados Pilhas de composto (depósito de resíduos) <i>Overflow</i> da ETAR
Contaminação de águas superficiais e subterrâneas	Escorrências de lixiviados do aterro e lixeira (2 amostras de solo em 30 apresentaram contaminação para os parâmetros de despiste – hidrocarbonetos totais, cianetos livres, fenóis, policlorobifenilos, metais pesados e arsénio; 3 em 8 recolhas de águas subterrâneas em piezómetros apresentaram teores superiores aos VMR para os parâmetros cloretos, condutividade e sulfatos) Depósito de resíduos
Contaminação do solo	
Elevado risco de movimentos de massa	Instabilidade de taludes da lixeira e do aterro devido a fendas e deficiência na camada de selagem e ausência de vegetação, respetivamente
Emissão de GEE	Sistema de extração de biogás inoperacional

Na ótica deste FCD, e tal como identificado na análise tendencial (Anexo I), os problemas ambientais identificados são focos de poluição críticos, de elevado risco para o meio ambiente e saúde humana. O PDM incentiva à resolução destes problemas ambientais, através da alteração da classificação do uso do solo de Equipamento para Espaço de Infraestruturas, o que viabiliza formalmente a implementação do Plano de Reabilitação acima referido. A resolução dos problemas ambientais referidos cria condições de uso do solo para melhoria da qualidade do ar, água e solo. Contudo, é premente garantir a concretização deste Plano de Reabilitação ou de outro que venha solucionar os riscos referidos, sendo para isso necessário envolver e mobilizar os agentes relevantes, numa ótica de sustentabilidade financeira.

6.3.4 Diretrizes de Planeamento e Gestão

Quadro 15 - Diretrizes de Planeamento e Gestão – FCD Riscos e alterações climáticas

Diretrizes de Planeamento e Gestão
Promover a definição e implementação de uma estratégia para a utilização de água residual tratada para fins secundários (não o consumo humano).
Reforçar a importância estratégica de estabilizar o potencial de sequestro de carbono e relevância bioclimática dos espaços naturais.
Assegurar a utilização sistemática, ou a adaptação, de soluções permeáveis para qualquer ocupação, prevista ou existente, em zonas de infiltração, tendo em conta o equilíbrio da estrutura hidrológica do concelho.
Desenvolver critérios e assegurar a implementação efetiva de medidas de realocação de edifícios em zonas de risco de inundação/efeitos de maré numa lógica de adaptação às alterações climáticas, aumentando a capacidade de escoamento superficial e sub-superficial.
Desenvolver soluções para o edificado existente nos espaços ribeirinhos, que se encontra particularmente vulnerável aos efeitos das alterações climáticas e ao risco de <i>tsunami</i> .
Criar os devidos mecanismos de fiscalização efetiva nos processos de obras novas e de reabilitação do edificado, no âmbito da prevenção ao risco sísmico.

Estabelecer um sistema de alerta prévio contra inundações nas zonas de elevada vulnerabilidade a este risco.
Concretizar o Plano Estratégico de Cascais face às Alterações Climáticas (PECAC).
Assegurar a correta implementação das bacias de retenção, a interdição da ocupação do subsolo em zonas de muito elevada vulnerabilidade à inundação bem como promover a utilização da água armazenada nas bacias de retenção para usos diversos (e.g. combate a incêndios).
Assegurar a correta implementação dos sistemas de recolha seletiva de RSU, qualificar as infraestruturas de gestão de forma a desviar matéria orgânica de aterro, incrementar a valorização multimaterial e valorizar energeticamente os resíduos não recicláveis.
Assegurar a salvaguarda que novos usos junto ao litoral não adicionem pressões significativas ao sistema marítimo.
Assegurar a adequada implementação de infraestruturas de saneamento e reconversão urbanística das AUGI.
Assegurar o desenvolvimento do estudo da carga física sobre o território, incorporando os seus resultados na gestão do mesmo.
Assegurar um programa de realojamento da população a viver em bairros ilegais por forma a permitir a demolição destes aglomerados, realojando as populações afetadas nos núcleos urbanos a consolidar.
Adotar boas práticas ambientais através da certificação ambiental de atividades turísticas.
Manter ou mesmo expandir as “zonas tranquilas” em termos de ruído.
Promover a recolha e tratamento de águas residuais e pluviais provenientes do aeródromo, do autódromo e da marina.
Assegurar a reabilitação de parques industriais obsoletos utilizando boas práticas ambientais de preservação da qualidade do solo e dos recursos hídricos e, também, aquando do estabelecimento de novas unidades industriais.
Monitorizar as emissões de gases com efeitos de estufa (GEE), produção de resíduos e a contaminação do solo nas indústrias existentes e novas.
Salvaguardar a implementação e manutenção da EEM, nomeadamente nos espaços verdes a consolidar, bem como a sua eficácia na salvaguarda e recuperação das linhas de água.
Salvaguardar a qualidade do solo e recursos hídricos através do estabelecimento de regras de utilização de fertilizantes e pesticidas na agricultura associada à vinha.
Assegurar a formação ambiental da sociedade civil e agentes económicos.
Concretização do Plano de Reabilitação do Ecoparque de Trajouce – garantir que os riscos inerentes à situação atual desta infraestrutura são eliminados ou mitigados, envolvendo a entidade responsável no processo de planeamento.

6.3.5 Quadro de Governança

Quadro 16 – Quadro de Governança – FCD Riscos e alterações climáticas

Quadro de Governança	
CCDR-LVT	Promover e articular projetos regionais e intermunicipais de mitigação e adaptação às alterações climáticas. Desenvolver e manter atualizadas as estimativas regionais de emissões de GEE.
APA	Colaborar com o município na implementação de estratégias e medidas de combate às AC em linha com as metas estabelecidas pelo PNAC. Contribuir para a sustentabilidade das estratégias municipais com vista à

	valorização dos recursos ribeirinhos e gestão da qualidade ambiental.
ANPC	<p>Manter atualizadas as orientações estratégicas para o OT (a diferentes escalas) no âmbito da prevenção e adaptação a situações de emergência decorrentes da ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos.</p> <p>Manter atualizadas as informações sobre o risco de cheia e planos de emergência e promover ações de sensibilização à população.</p>
CMC	<p>Assegurar estrategicamente que as emissões de GEE no Concelho mantêm uma tendência decrescente em sintonia com a política nacional nesta matéria (PNAC) em colaboração com a APA.</p> <p>Acompanhar e controlar a vulnerabilidade territorial da população face aos efeitos previsíveis das alterações climáticas e controlar a expansão urbana em função dessa vulnerabilidade através do estabelecimento de mecanismos de gestão adaptativa.</p> <p>Assegurar medidas de mitigação e adaptação às AC.</p> <p>Estabelecer orientações e metas municipais de proteção e requalificação ambiental e assegurar a sua monitorização (em colaboração com a CCDR-LVT, ARH, APA, DGOTDU, etc.).</p>
Tratolixo	Colaborar ativamente com os agentes que garantam a sustentabilidade financeira para a execução do Plano de Reabilitação do Ecoparque de Trajouce.
Sociedade civil	<p>Adotar práticas de prevenção e adaptação aos riscos naturais e a fenómenos meteorológicos extremos.</p> <p>Participar nos processos de consulta pública dos processos de planeamento e avaliação ambiental e gestão da cidade.</p> <p>Colaborar nos processos de reciclagem e valorização dos resíduos e gestão eficiente da água.</p>

6.4 FCD#4 – Marca Cascais

6.4.1 Questões e tendências críticas

A situação no concelho de Cascais apresenta as seguintes tendências principais no que respeita à Marca Cascais:

- Identidade municipal forte e bem definida com proteção legal de imóveis relevantes, na sua componente patrimonial e arqueológica;
- Conjunto vasto de recursos naturais como ativo para gerar valor (turismo, as atividades relacionadas com a economia do mar e aproveitamento de energias renováveis - estas duas últimas de exploração ainda incipiente);
- Tecido empresarial dominado por empresas de pequena dimensão, com dominância crescente do setor terciário;
- Perda de capacidade produtiva dos setores e serviços internacionalizáveis no concelho com tendência de diminuição das exportações;
- Existência de incentivos à fixação de empresas e de um ambiente propiciador de dinamismo e de empreendedorismo;
- Reduzida intensidade tecnológica da economia concelhia com elevado peso do emprego em indústrias de média e alta tecnologia;
- Custos de contexto reduzidos com aspetos menos positivos ao nível do sistema judicial;
- Reduzida atratividade de população qualificada;
- Tendência crescente de reforço da qualificação da população, excetuando o ensino superior.

6.4.2 Análise SWOT

A análise tendencial (Anexo I) permitiu sistematizar pontos fortes e fracos, tal como oportunidades e ameaças relativamente à Marca Cascais.

Quadro 17 – Análise SWOT – FCD Marca Cascais.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Existência de estruturas habilitadas para a promoção do empreendedorismo e apoio à dinâmica empresarial.</p> <p>Destino turístico consolidado e internacionalmente reconhecido (“marcas” Lisboa e Estoril, eixo Estoril/Cascais e Sintra), cuja riqueza e diversidade de recursos e atributos (património natural, histórico, cultural, arquitetónico), satisfazem os mais diversos segmentos e nichos de procura turística, com capacidade de alojamento em unidades hoteleiras de 4 e 5 estrelas e presença dos principais grupos hoteleiros internacionais.</p> <p>Existência de infraestruturas de nível regional,</p>	<p>Modelo de mobilidade assente sobretudo no modo rodoviário, especialmente em formas de utilização individual, com reflexos negativos na competitividade territorial do concelho.</p> <p>Uma estrutura empresarial com persistência de um modelo dominante de desenvolvimento assente em atividades de baixo valor acrescentado e fraca incorporação de inovação e de conhecimento.</p> <p>Fracos níveis de colaboração empresas/universidades e escassa percentagem de empresas com financiamento para inovação.</p> <p>Percentagem diminuta de formação profissionalizante e de índole tecnológica no</p>

<p>nacional e internacional, e experiência na organização de eventos de dimensão Internacional, designadamente na prática de desportos náuticos, hipismo, golf, e automobilismo.</p> <p>Elevada qualificação da população concelhia.</p>	<p>ensino secundário, dando origem a dificuldades de empregabilidade para os alunos que não prosseguem estudos no ensino superior.</p> <p>Escassez e debilidade da informação sobre a oferta turística da região, numa lógica integrada.</p> <p>Aumento da concorrência de outros destinos turísticos de idêntico perfil, falta de capacidade de resposta para melhorar a competitividade.</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>Atratividade residencial para ativos altamente qualificados.</p> <p>Projeção de imagem positiva do concelho de Cascais com reconhecimento internacional.</p> <p>Dimensão marítima com potencial para o desenvolvimento de atividades económicas portadoras de valor.</p> <p>Existência de um quadro de instrumentos de ordenamento e gestão do território que permite introduzir fatores de racionalidade e competitividade nas decisões de ocupação de espaço.</p> <p>Potencial em energias renováveis elevado: incluindo energia hídrica, energia eólica, energia das marés, das ondas e das correntes, bioenergia e energias solares.</p> <p>Áreas industriais em declínio que podem ser requalificadas e direcionadas para novas utilizações.</p>	<p>Fragilidade do tecido empresarial local no financiamento e no investimento em projetos estruturantes e em parcerias público-privadas.</p> <p>Dificuldades de articulação de políticas sectoriais nacionais com implicações espaciais no concelho e insuficiente flexibilidade de gestão na administração pública.</p> <p>Deslocalização de investimentos públicos para outras sub-regiões (Península de Setúbal).</p>

6.4.3 Avaliação do Modelo Territorial

Reforço da identidade municipal e Recursos naturais como ativo para gerar valor

A estratégia proposta para os centros urbanos (OECG e OEGEP), pela qualificação e revitalização do espaço público, valorização de elementos patrimoniais e arquitectónicos em meio urbano e também pela revitalização social e económica dos centros históricos que promove – designadamente pelo estímulo à fixação de atividades económicas nestes núcleos - constitui uma oportunidade para a valorização e reforço do carácter identitário do tecido urbano. No entanto, a manutenção de bairros ilegais, descaracterizados, no interior do PNSC e também de outras edificações ilegais (mesmo que pontuais) noutras zonas naturais do concelho, constitui um fator de degradação da paisagem e, conseqüentemente, da imagem e identidade municipal.

A elevação da escala empresarial do Aeródromo de Tires tal como proposta no PDM, na perspetiva deste critério de avaliação, poderá constituir uma oportunidade para a promoção do turismo – atividade que se propõe que continue baseada na valorização dos recursos identitários e naturais do concelho. No entanto, há que garantir que a elevação da escala,

designadamente a fixação de empresas *lowcost* de maior dimensão, é compatível com o funcionamento das escolas de aeronáutica – atividade identitária amplamente associada a Cascais.

Da mesma forma, a requalificação e dinamização do circuito do Estoril constitui uma oportunidade para a recuperação de uma atividade associada à identidade de Cascais. No entanto, é essencial promover de forma eficaz esta revitalização sob o risco de se manter um equipamento degradado e expectante que poderá ter outros usos mais rentáveis e com menores riscos ambientais.

A estratégia proposta para o *cluster* do Mar, assente na revitalização da Marina (OEG13), na promoção da pesca tradicional (OEMAR1), na componente tecnológica e de investigação e também no desporto (criação do Centro de Surf de Carcavelos e da rede integrada de Pontos de Acesso ao Mar), turismo, lazer e saúde (recuperação das Termas do Estoril) constitui uma oportunidade por contribuir para a renovação e reforço da identidade concelhia e para a valorização económica de um recurso natural identitário de Cascais: o Mar.

O incentivo à criação de unidades de alojamento turístico, apesar de *per si* poder constituir um suporte para atividades direta e indiretamente valorizadoras dos recursos naturais identitários de Cascais, poderá ameaçar a qualificação das unidades existentes por aumento da oferta sem correspondente aumento de procura que o justifique (independentemente de se promover a fixação de unidades de 4 e 5 estrelas). Desta forma, é necessário garantir uma monitorização sistemática e controlada deste sector para que a aplicação destes incentivos não tenha um efeito oposto ao desejado.

A estratégia proposta para a preservação e valorização dos espaços naturais (OEER1) por integrar medidas concretas de valorização produtiva do solo rural e dos espaços naturais em contexto urbano, de promoção de atividades económicas associadas aos saberes tradicionais e de atividades de desporto natureza nas vertentes de aprendizagem, lúdica e de competição e, genericamente, por contribuir para a preservação de recursos naturais base para atividades económicas identitárias de Cascais (turismo), constitui também uma oportunidade do ponto de vista deste FCD. No entanto, é essencial promover a articulação institucional entre a entidade gestora do PNSC e a CMC para concretização das oportunidades e criação de sinergias que possam reforçar a valorização económica dos recursos naturais do concelho.

Em particular, a promoção do aproveitamento da biomassa em solo rural poderá contribuir para a competitividade das atividades económicas e também constituir por si só um produto a associar à Marca Cascais. Considera-se que o potencial eólico e solar do concelho está subaproveitado mas que a concretização desta oportunidade poderá advir de uma articulação estratégica entre as duas entidades referidas por forma a garantir a salvaguarda da paisagem e dos espaços naturais ao mesmo tempo que se reforça o recursos às fontes de energia renovável, e se aumenta a eficiência energética do concelho.

A estratégia para a recuperação da agricultura e dos produtos tradicionais de Cascais (Vinho de Carcavelos) (OEEN2) constitui também uma oportunidade para a valorização económica de recursos naturais cascalenses e para a fixação de atividades económicas diretamente relacionadas com produtos locais exclusivos do concelho, promovendo assim a recuperação

de uma identidade tradicional que se tem vindo a perder. Esta oportunidade, uma vez concretizada, poderá também ser um fator de atratividade turística, não apenas na perspectiva de visitação mas também na perspectiva de atividade lúdica experimental. Considera-se que as medidas propostas, não ignorando o cariz principalmente urbano do concelho, poderão promover a criação de bolsas agrícolas com potencial produtivo significativo mesmo que a uma escala sub-industrial, sendo para tal essencial o envolvimento e/ou dinamização das associações e cooperativas agrícolas bem como mobilização dos municípios para a adoção desta atividade.

A estratégia de envolvimento da sociedade civil nos processos de decisão e de promoção da cidadania ativa propostas (OECA1 e 2) constituem uma oportunidade de mobilização dos vários agentes para a renovação e reforço da identidade cascalense.

Competitividade na AML

Do ponto de vista da competitividade de Cascais dentro da AML, considera-se que a estratégia de qualificação e revitalização do tecido urbano (OECG, OEGEP), de uma forma transversal, contribui para a o reforço da atratividade residencial e económica do concelho e que tal poderá reforçar a sua posição competitiva na AML. Em particular a concretização da reabilitação do Ecoparque de Trajouce (OEGI4) é um fator crítico para este reforço da atratividade territorial, pelo que é essencial promover a sua concretização.

Mais concretamente, as principais oportunidades consubstanciadas no modelo territorial do ponto de vista da competitividade metropolitana de Cascais são:

- A requalificação do Aeródromo de Tires (OEGI1), que poderá resultar na atração do transporte aéreo do segmento de luxo, atualmente com pouco destaque na AML, podendo também complementar o Aeroporto da Portela como base para voos de menor dimensão . Cabe no entanto enfatizar que o aumento do tráfego aéreo poderá ameaçar a qualidade residencial da envolvente, como já referido, podendo inibir a qualificação territorial acima referida.
- A revitalização e requalificação do autódromo do Estoril (OEGI2) que, a nível nacional, apenas poderá ser comparado ao Autódromo de Portimão no Algarve, constituindo portanto um equipamento único na AML capaz de fixar atividades que não encontram contexto territorial noutros concelhos metropolitanos. Esta oportunidade é reforçada pelas medidas propostas de criação do pólo automóvel através da promoção da fixação de atividades complementares
- Similarmente, a requalificação da Marina (OEGI3) e sua envolvente, apostando na componente de apoio aos desportos náuticos (OEMAR3), que aliás contam com um programa específico de dinamização em sede de programa de execução, que poderá constituir uma oportunidade de recuperar e fixar eventos desportivos náuticos que atualmente se realizam noutros concelhos.
- A promoção do desenvolvimento tecnológico e da investigação científica ligadas ao Mar (OEMAR2), reforçando também a oferta de ensino superior, que consubstancia a oportunidade de afirmar Cascais como pólo tecnológico metropolitano ligado a um recurso natural identitário do concelho.

- A promoção do envolvimento dos vários agentes da sociedade na tomada de decisão pública e da cidadania ativa (OECA1 e 2) contribui para a criação de um contexto político, cívico e participativo que poderá ser também um elemento diferenciador e fator de atratividade, particularmente residencial e económico.

Considera-se que a aposta na pesca e na agricultura, têm sobretudo um valor complementar e identitário, mas não são diferenciadores de competitividade no contexto regional pois a sua dimensão é mais relevante noutros concelhos.

Atração de empresas de elevado perfil

A proposta de qualificação e reforço da oferta de transporte público (OEMob) constitui uma oportunidade que contribui para a redução dos custos de operação no setor privado, em particular no setor terciário, pelo que contribui, potencialmente, para a atração de empresas de elevado perfil. No entanto, há que garantir que esta estratégia se concretiza o que poderá depender do envolvimento e mobilização de entidades externas à CMC, especificamente competentes na área dos transportes (IMT, IRN).

A criação de pólos tecnológicos e de áreas empresariais dedicadas (OEFE1), desde que devidamente infraestruturadas e servidas pela rede de transporte público, é um importante mecanismo para a promoção da fixação de atividades de alto valor acrescentado com elevada dimensão e projeção. Há também que garantir que estas áreas são efetivamente promovidas junto de potenciais investidores, sob o risco de não se concretizarem podendo, neste cenário, vir a constituir espaços expectantes e/ou degradados.

Complementarmente, a promoção da multifuncionalidade dos centros urbanos (OECG e OEPU1) e a requalificação de espaços industriais devolutos constituem oportunidades para a fixação de empresas de elevado perfil de pequena e média dimensão na medida em que criam espaços, potencialmente qualificados e infraestruturados em meio urbano. É igualmente a situação em relação à requalificação do Aeródromo e do Autódromo (OEGI 2 e 3) e à Marina que, como já referido, potenciam a atração e fixação de atividades de elevado perfil direta e indiretamente relacionadas a estes setores (aeronáutica, transporte aéreo, formação, desporto e manutenção automóvel, náutica e desportos náuticos).

A aposta no Mar (OEMAR 2 e 3) nas suas componentes de investigação, ensino, saúde e desporto, e também no turismo através da criação de espaços específicos para a fixação das atividades, de incentivos específicos e também da potenciação de outras atividades e recursos complementares (como seja a classificação como Reserva Natural Marinha Local da Zona de Interesse Biofísico das Avença, o Plano de Gestão do Habitat - Orla Costeira, Criação de Reserva Natural Marinha Local da Costa da Guia, o Laboratório do Mar e as Festas do Mar, Plano Estratégico Municipal de Turismo, promoção do turismo de saúde em Carcavelos, Recuperação da Marina, Recuperação das Termas do Estoril e incentivo à criação de unidades de hoteleiras de 4 e 5 estrelas) constitui uma oportunidade significativa para a atração e fixação de empresas de elevado valor acrescentado.

O incentivo à certificação energética das operações urbanísticas (incluindo edificação) (OECE) vem complementar a atração de empresas de elevado perfil pois promove a eficiência energética das próprias atividades o que reforça, potencialmente, a sua competitividade.

Recomenda-se, no entanto, que este estímulo de estenda a construções existentes e à promoção da eficiência energética das atividades em si, sob o risco de os objetivos municipais de eficiência energética não serem cumpridos.

Acima de tudo é essencial criar oportunidades para o envolvimento do setor privado (OECA1) no processo de decisão pública, e em particular de agentes relevantes para a fixação destas atividades que interessa fixar no concelho, o que potencia a concretização das oportunidades acima referidas.

É também um fator de atratividade a capacidade de oferecer recursos humanos qualificados, componente avaliada no critério seguinte.

Atração de população jovem qualificada

A atração e fixação de população jovem, particularmente população qualificada, prende-se essencialmente com três fatores: Qualidade de vida, oferta de emprego adequado aos níveis de qualificação e de habitação e de condições para a fixação da família.

Neste sentido, considera-se que as principais oportunidades geradas pelo PDM são:

Qualidade de Vida:

- Reforço da vivência urbana e da oferta de atividades lúdicas, consubstanciadas pela estratégia de requalificação do tecido urbano, de promoção da multifuncionalidade e de revitalização dos centros históricos, e também pelo reforço de equipamentos de desporto, lazer e espaços verdes e pela qualificação de espaços de lazer específicos como a Marina, o Centro de Surf de Carcavelos e o autódromo do Estoril;
- Reforço da oferta de transportes públicos e da criação de condições para a deslocação em modos suaves;
- Promoção de um ambiente cívico através da criação de condições e oportunidades para a participação ativa nos processos de planeamento e decisão públicos, bem como de cidadania ativa.

Oferta de Emprego Qualificado e de Oportunidades de Formação:

- Através da promoção da multifuncionalidade do espaço urbano, da criação de centralidades económicas como seja o pólo automóvel em torno do autódromo, das áreas empresariais e tecnológicas, do incentivo à fixação de unidades de investigação e da promoção do turismo e da saúde enquanto atividade económica;
- Pelo incentivo e reserva de espaços para a instalação de unidades de ensino superior e de investigação criando oportunidade de obtenção de formação superior especializada (nomeadamente ligada ao Mar e à aeronáutica);
- Pela promoção do empreendedorismo, designadamente pela criação de áreas para a fixação de empresa pela requalificação de pólos industriais degradados, pelo estímulo ao empreendedorismo social, pela criação de áreas empresariais e tecnológicas e também pela promoção da agricultura em meio rural e urbano.

Oferta de Habitação e qualidade de vida familiar:

- Através da promoção de um programa de Habitação Jovem e do arrendamento (Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento e programa “Gestão de Habitação-Reabilitar para arrendar”) e do reforço da rede de equipamentos dirigidos às crianças.

6.4.4 Diretrizes de Planeamento e Gestão

No quadro seguinte apresentam-se as diretrizes da AAE associadas às medidas do PDM Cascais referentes às oportunidades e riscos apresentadas na secção anterior relativamente a este FCD.

Quadro 18 - Diretrizes de Planeamento e Gestão – FCD Marca Cascais

Diretrizes de Planeamento e Gestão
Assegurar que a elevação da escala pretendida para o Aerodromo de Tires, designadamente a fixação de empresas <i>lowcost</i> de maior dimensão, é compatível com o funcionamento das escolas de aeronáutica
Promover de forma eficaz a revitalização do circuito do Estoril. Caso tal não se concretize, rever a utilização e estratégia para o equipamento.
Garantir que o incentivo à criação de novas unidades hoteleiras considera a procura e a oferta existente, considerando em particular as taxas de ocupação.
Conciliar estratégias e promover a criação de sinergias (nomeadamente entre o ICNF e a CMC) para concretização das oportunidades e criação de sinergias que possam reforçar a valorização económica dos recursos naturais do concelho, designadamente o potencial das fontes de energia renovável presentes no concelho.
Envolver e/ou dinamizar as associações e cooperativas agrícolas e mobilizar os munícipes para a adoção da atividade agrícola.
Garantir a concretização do projeto de reabilitação do Ecoparque de Trajouce
Garantir que os pólos empresariais e tecnológicos propostos (incluindo o circuito do Estoril) são servidos por transportes públicos e que são ativamente promovidos junto do setor privado.
Promover a eficiência energética, designadamente através da certificação do tecido construído novo e existente, e o consumo eficiente de água das atividades económicas – novas e existentes.
Concretizar a estratégia de envolvimento de agentes públicos e privados na tomada de decisão pública.

6.4.5 Quadro de Governança

Quadro 19 – Quadro de Governança – FCD Marca Cascais

Entidade	Diretrizes de Governança
CCDR-LVT	Dinamizar o diálogo e a cooperação institucional para promover a coesão social intra e intermunicipal.
Organismos setoriais da Administração Pública	Garantir a articulação institucional, coordenação de esforços entre os seus organismos setoriais e as autoridades locais, e colaboração na monitorização das componentes relacionadas com as suas áreas de competência.
IMT	Adequar a política de transportes públicos de Cascais à estratégia económica do concelho, contribuindo para a implementação do PDM e concretização da estratégia concelhia de coesão territorial e social.
ICNF	Participar ativamente na elaboração do PDM e na concretização da estratégia concelhia, contribuindo para a resolução de situações críticas

	que se verifiquem no interior do PNSC, como os bairros ilegais.
CMC	<p>Promover o envolvimento das várias entidades com competências e responsabilidade sobre a gestão do território concelhio, articulando as várias intervenções.</p> <p>Promover os pólos tecnológicos e áreas empresariais propostos.</p> <p>Promover a eficiência energética e o consumo eficiente de água das atividades económicas – novas e existentes.</p> <p>Continuar e reforçar a estratégia municipal de envolvimento público e de cidadania ativa.</p>
Setor privado (agentes económicos) e suas associações	Participar ativamente nos processos de consulta pública no decurso dos processos de planeamento. Contribuir ativamente para a implementação da estratégia municipal.
Associações da Sociedade Civil, ONG	<p>Participar ativamente no processo de planeamento e na implementação da estratégia municipal, dinamizando programas, projetos e ações de cariz social e de cidadania, designadamente associados ao empreendedorismo social.</p> <p>Promover o diálogo e concertação entre a CMC e os cidadãos sobre atividades municipais de natureza social.</p>
População em geral	Participar ativamente nos processos de consulta pública no decurso dos processos de planeamento.

7 Conclusões

O PDM Cascais apresenta estratégias muito relevantes para a resolução de problemas urgentes no município. A forma como estas estratégias estão traduzidas nas propostas do PDM permite à AAE concluir que se reúnem condições para a geração de grandes oportunidades no futuro próximo em Cascais.

Concretamente, referimo-nos à **estratégia para a coesão social e territorial** onde o PDM revela um grande investimento na **redução das assimetrias** territoriais e sociais, através do reforço e multifuncionalidade dos equipamentos, bem como no reforço e dinamização das centralidades existentes. Neste caso destacam-se o esforço de criação de **novas centralidades**, em particular na zona norte do município, a criação de pólos empresariais e tecnológicos, para atração de atividades de alto valor acrescentado, e o reforço da multifuncionalidade do espaço urbano um pouco por todo o município. Estas medidas são conducentes à atração de população, designadamente população jovem, e a uma maior coesão territorial, atenuando a atual dicotomia interior-litoral, e reunindo assim condições para uma maior valorização ambiental do território urbano.

De igual modo a **estratégia da mobilidade**, com a promoção da **multimodalidade** e dos **modos suaves** de deslocação, pretende fomentar a transferência TI – TP. A concretização do TPSP (transporte público em sitio próprio) é um pilar fundamental desta estratégia de mobilidade e estruturante do modelo territorial. Apesar de se esperar alguma geração de tráfego acrescido com a dinamização das novas centralidades, em particular em torno dos pólos empresariais e tecnológicos, a estratégia da mobilidade proposta poderá, se bem conseguida, contrariar o risco de afetação da qualidade do ar e do ruído que esse acréscimo de tráfego poderá gerar. Nesse sentido é fundamental garantir o envolvimento das entidades com competência para assegurar o diálogo com as operadoras de transporte. A estratégia de mobilidade poderá mesmo contribuir para a promoção de estilos de vida mais saudáveis no município, na medida em que poderá reduzir o TI e ao mesmo tempo fomentar uma mobilidade suave promotora de atividade física.

Um dos graves problemas do município de Cascais, consequência de uma evolução urbanística caótica, é a ocupação dispersa do território. Também aqui, o PDM Cascais avança com uma estratégia de **consolidação dos perímetros urbanos existentes**, inibindo a edificação dispersa e requalificando ambientalmente as áreas consolidadas. Destaca-se a **integração das AUGI** nos perímetros urbanos, com a sua infraestruturação e reconversão urbanística, o que permitirá uma redução das fontes de poluição e melhor gestão da carga física sobre o território. Será importante contudo garantir que estas operações tenham um âmbito mais alargado e que as intervenções não fiquem limitadas aos arruamentos e estacionamento, mas que venham a criar, por exemplo, espaços de lazer que potenciem dinâmicas sociais e fomentem a apropriação do espaço público.

Aliás a **revitalização de áreas degradadas e do espaço público**, incluindo os centros históricos e espaços industriais obsoletos e devolutos alterando o seu uso, será uma medida do PDM Cascais promissora de uma melhoria geral da qualidade ambiental, diminuindo fontes de

poluição associadas a passivos ambientais. O **Ecoparque de Trajouce** é um dos casos de passivo ambiental, onde a pretendida requalificação ambiental permitirá melhorar a qualidade dos recursos hídricos, do ar, do solo e da paisagem. Para isso necessita apenas de ser efetivada, com os envolvimento ativo das entidades competentes. A resolução destas situações de passivo ambiental é aliás uma condição essencial se Cascais pretende efetivamente reforçar a atratividade residencial e económica do concelho, através da fixação de população jovem e de empresas de elevado perfil, com o objetivo de reforçar a sua posição competitiva na AML.

Ainda no domínios das suas **políticas sociais** e de **requalificação do espaço público**, destaque-se as medidas previstas para criação de espaços verdes e de lazer em meio urbano, a qualificação da paisagem urbana, com criação e reabilitação de **equipamentos e serviços de proximidade**, designadamente na zona norte, neste momento menos equipada. Importante estratégia é a de **redução do conflito peão – automóvel** com remoção de obstáculos à mobilidade pedonal e valorização de elementos patrimoniais. Aliás um aspeto que particulariza o PDM de Cascais é a atenção dada à inserção social de populações com mobilidade reduzida e idosos, redução da segregação urbana de centros, das assimetrias norte-sul e da exclusão social, designadamente de situações de isolamento de grupos vulneráveis e promoção do empreendedorismo social.

O PDM Cascais apresenta uma importante **estratégia de desenvolvimento económico** com grandes oportunidades ambientais e sociais. A estratégia de afirmar Cascais como um **centro integrado de turismo de lazer, saúde e ligado ao Mar** é particularmente importante e valorizador de recursos naturais associados à identidade de Cascais, incentivando a fixação de atividades económicas diretamente relacionadas com produtos locais exclusivos do concelho. Por outro lado, permite fortalecer Cascais na oferta e reabilitação de equipamentos de saúde, e assim estabelecer uma política de inclusão social no acesso generalizado a estes equipamentos e serviços, para contrariar as atuais carências e assimetrias sociais no acesso à saúde. Igualmente são iniciativas que promovem o desporto e o lazer – designadamente ao ar livre – pela aposta na componente desportiva e lúdica da estratégia para o Mar.

Esta estratégia contém alguns riscos, designadamente **o aumento de carga urbanística no litoral**, zona vulnerável ao risco de tsunamis e, em particular na zona da Ribeira de Vinhas (Requalificação da Marina - Vila de Cascais) onde existe um risco elevado de cheia. Esta aposta contribui para o agravamento do risco de inundação caso não se concretizem as bacias de retenção e outras obras hidráulicas propostas em programa de execução. Recomenda-se também a concretização das medidas propostas no Plano Estratégico de Cascais face às Alterações Climáticas, nomeadamente a implementação de faixas de salvaguarda em zonas de litoral arenoso e arribas, o desenvolvimento de um programa de monitorização costeira e o impedimento da adoção de soluções de ocupação permanente da praia.

Existem **três investimentos estruturantes** no município de Cascais com efeitos relevantes em termos ambientais, e que mereceram a atenção do PDM em termos de requalificação e de competitividade regional. São situações que potenciam a atração e fixação de atividades de elevado perfil direta e indiretamente relacionadas a setores também relevantes para o

desenvolvimento do município (aeronáutica, transporte aéreo, formação, desporto e manutenção automóvel, náutica e desportos náuticos).

1- **Marina de Cascais**, que juntamente com a promoção do desenvolvimento tecnológico e da investigação científica ligadas ao Mar é uma das alavancas da estratégia municipal de promoção das atividades ligadas ao Mar.

2- **Autódromo do Estoril**, que significa a recuperação de uma atividade associada à identidade de Cascais. Pode promover medidas indutoras de processos de reestruturação e regeneração urbanística na sua envolvente e de equidade social caso inclua a revitalização multifuncional da sua envolvente pela potencial criação de emprego e de atividades económicas. É essencial promover de forma eficaz esta revitalização sob o risco de se manter um equipamento degradado e expectante que poderá ter outros usos mais rentáveis e com menores riscos ambientais.

3- **Aeródromo de Tires**, onde existe a intenção de requalificação, incrementando a sua escala económica, promovendo a sua utilização por companhias *lowcost*, de acordo com o seu programa de execução. Tal como no caso anterior, esta intenção permite promover processos de reestruturação e regeneração urbanística na sua envolvente, fixar empresas, promover o turismo. No entanto, a intensificação do seu uso pode vir a afetar significativamente os níveis de ruído, e consequentemente a saúde humana nas zonas residenciais envolventes. Constitui igualmente um risco para o equilíbrio da rede urbana, caso as atividades a instalar além dos níveis de ruído agravem a segurança da envolvente, expondo a população a acidentes, criando conflitos com o uso residencial e podendo condicionar a revitalização de zonas de intervenção prioritária como o Bairro da Cruz Vermelha e agravar.

A evolução da ocupação territorial no concelho de Cascais gerou situações de grande vulnerabilidade às **cheias**. Esta é portanto outra das grandes áreas de preocupação e de investimento do PDM Cascais, para mais num contexto de alterações climáticas. Há uma política clara de **contrariar a tendência de aumento da área edificada em leito de cheia**, e estão aliás programadas bacias de retenção nalgumas ribeiras que virão a alterar os limites dos leitos de cheia no município. Apesar disso, a criação ou reforço de centralidades em zonas de atual risco elevado de cheia (por exemplo na Abóbdá), se não forem acompanhadas por iniciativas de ampliação da capacidade de escoamento urbano, podem contribuir para a permanência do risco de cheia existente nestes locais. Recomenda-se, por isto, que se concretizem as obras de regularização hidráulica propostas e que seja salvaguardado o risco remanescente através de iniciativas de mitigação na implementação do PDM (em sede de projeto ou de PMOT hierarquicamente inferiores).

Um tema ausente do PDM Cascais e de grande premência ambiental é a questão das **edificações ilegais**. A manutenção deste passivo ambiental, por se manterem fontes de poluição, mas também as situações de assimetria social, é um risco muito relevante para a sustentabilidade global do município. A valorização e reforço do carácter identitário do tecido urbano que se pretende vê-se assim ameaçada pela manutenção de bairros e de edificações ilegais. Destaca-se a necessidade de concentrar esforços na resolução do problema dos **novos bairros clandestinos no PNSC**, através da sua demolição. Estas medidas são imprescindíveis

para garantir a coerência do PDM com a sua estratégia de salvaguarda e valorização dos espaços naturais concelhios. É essencial promover a articulação institucional entre a entidade gestora do PNSC e a CMC para concretização das oportunidades e criação de sinergias que possam reforçar a valorização económica dos recursos naturais do concelho. As diretrizes da AAE incluem aliás medidas relativas à resolução do problema de governança que ameaça esta estratégia se a articulação e o diálogo com o PNSC não melhorarem.

Sem dúvida que neste ponto a **estratégia do PDM Cascais para os espaços naturais** é crucial. A **proteção e salvaguarda da conectividade ecológica dos sistemas naturais** é uma medida de incremento da oferta de espaços verdes e de contenção da expansão urbana e combate à construção dispersa, particularmente na Ribeira de Caparide. Isso permite contribuir para a conservação da permeabilidade do território (não só ao nível dos espaços naturais mas também do espaço urbano) e diminuir a vulnerabilidade ao risco de movimentos de massa. Também as medidas para **diversificação funcional dos sistemas naturais** permitirão reconhecer os serviços dos ecossistemas, valorizando o turismo de natureza e náutico, dinamizando infraestruturas para a promoção dos desporto e lazer, criando espaços verdes de produção destinados à agricultura em meio urbano e promovendo produtos identitários como o vinho de Carcavelos e o turismo cultural. As estratégias associadas à **conservação e gestão da procura de água em meio urbano** contribuem para responder adaptativamente a fenómenos climáticos extremos, em termos de disponibilidade de água e sua utilização.

A **estratégia do PDM Cascais para a eficiência energética** determina um incentivo à construção certificada, a continuação de programas de incentivo à eficiência energética residencial bem como a criação de espaços verdes em meio urbano contribuindo para amenizar o efeito da ilha de calor urbana. Constitui uma oportunidade para a qualificação da habitação (isolamento térmico) com potenciais reflexos positivos para a saúde pública. Recomenda-se que seja também promovida e incentivada a eficiência energética das atividades económicas, sob o risco de não se atingir os objetivos de eficiência energética do concelho estabelecidos na Estratégia de Sustentabilidade de Cascais. O aproveitamento de fontes de energia endógenas renováveis (biogás e biomassa) está também previsto, sendo menos ambicioso o investimento no potencial eólico da costa Oeste.

A **estratégia de envolvimento ativo da sociedade** e de promoção de oportunidades de participação da sociedade civil e entidades privadas na tomada de decisão pública é outra das grandes estratégias do PDM. De facto o envolvimento da comunidade é essencial para que o município atinja com sucesso uma série de outras estratégias: eficiência energética, hábitos sustentáveis, valorização do espaço público e dos espaços naturais, promoção da capacidade de adaptação aos eventos extremos e da prevenção da produção de resíduos, diminuindo riscos de poluição associados. A criação de um contexto político, cívico e participativo poderá ser também um elemento diferenciador e um fator de atratividade residencial e económica do município. Mas precisa de ser uma estratégia de envolvimento eficaz.

O PDM apresenta uma **estratégia para a atração de jovens qualificados** que resume de forma interessante muitas das medidas identificadas acima. A atração e fixação de população jovem, particularmente população qualificada, prende-se essencialmente com três fatores: Qualidade de vida, oferta de emprego adequado aos níveis de qualificação e de habitação e de condições

para a fixação da família. Neste sentido, considera-se que as principais oportunidades geradas pelo PDM são:

1- Qualidade de Vida:

- Reforço da vivência urbana e da oferta de atividades lúdicas, consubstanciadas pela estratégia de requalificação do tecido urbano, de promoção da multifuncionalidade e de revitalização dos centros históricos, e também pelo reforço de equipamentos de desporto, lazer e espaços verdes e pela qualificação de espaços de lazer específicos como a Marina, o Centro de Surf de Carcavelos e o autódromo do Estoril;
- Reforço da oferta de transportes públicos e da criação de condições para a deslocação em modos suaves;
- Promoção de um ambiente cívico através da criação de condições e oportunidades para a participação ativa nos processos de planeamento e decisão públicos, bem como de cidadania ativa.

2- Oferta de Emprego Qualificado e de Oportunidades de Formação:

- Através da promoção da multifuncionalidade do espaço urbano, da criação de centralidades económicas como seja o pólo automóvel em torno do autódromo, das áreas empresariais e tecnológicas, do incentivo à fixação de unidades de investigação e da promoção do turismo e da saúde enquanto atividade económica;
- Pelo incentivo e reserva de espaços para a instalação de unidades de ensino superior e de investigação criando oportunidade de obtenção de formação superior especializada (nomeadamente ligada ao Mar e à aeronáutica);
- Pela promoção do empreendedorismo, designadamente pela criação de áreas para a fixação de empresa pela requalificação de pólos industriais degradados, pelo estímulo ao empreendedorismo social, pela criação de áreas empresariais e tecnológicas e também pela promoção da agricultura em meio rural e urbano.

3- Oferta de Habitação e qualidade de vida familiar:

- Através da promoção de um programa de Habitação Jovem e do arrendamento (Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento e programa “Gestão de Habitação-Reabilitar para arrendar”) e do reforço da rede de equipamentos dirigidos às crianças.

A AAE aponta uma série de diretrizes para assegurar maior eficácia na implementação do PDM Cascais. O seguimento desta implementação através da AAE pode ajudar a garantir o cumprimento das metas pretendidas pelo município de Cascais, no sentido de assegurar uma trajetória de sustentabilidade.

ANEXO I – Análise Tendencial

AI.1 - FCD#1 – Requalificação Territorial e Mobilidade

O FCD Requalificação Territorial e Mobilidade pretende avaliar o modo como o PDM aborda a **dispersão territorial** e a **qualificação do espaço público** em território compacto, a **renovação de territórios degradados**, como estrutura a **mobilidade** ligada às funções territoriais, como promove a **construção sustentável** e a **eficiência energética**.

Consolidação urbana

A **evolução dos territórios artificializados** no concelho de Cascais tem-se dado em “mancha de óleo” ao longo dos eixos viários (Figura 1) observando-se uma tendência de consolidação dos núcleos tradicionais (ESC)⁶ e de crescimento das periferias onde o custo da habitação é bastante mais baixo. O edificado sofreu na década de 2000, segundo dados provisórios do INE, um crescimento de 19% (Diagnóstico do PDM e Censos 2011)⁷.

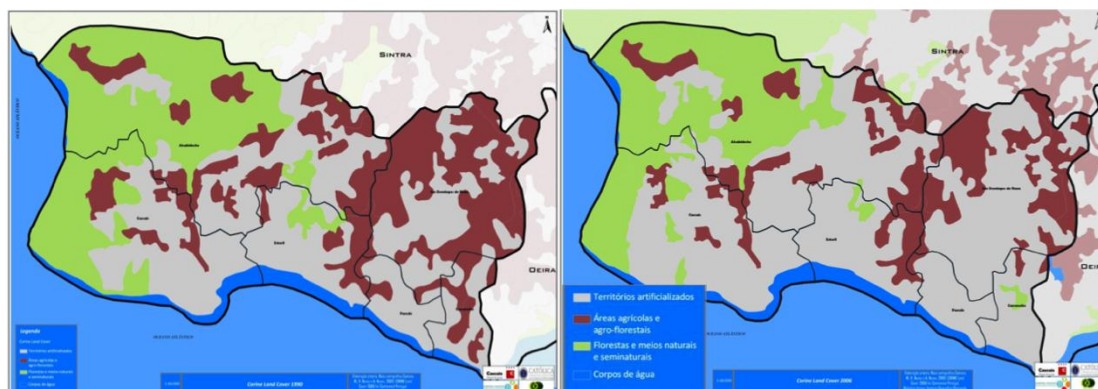


Figura 1 – Evolução da ocupação do solo 1990-2006

Fonte: Corine Land Cover, adaptado em ESC”.

Atualmente, o território artificializado do concelho assume uma estrutura polinuclear. Nos centros tradicionais (sedes de freguesia) a estrutura urbana é compacta e consolidada, tornando-se esparsa nas suas periferias. Cerca de 69% do tecido urbano é classificado como “descontínuo e descontínuo esparso” (Diagnóstico do PDM) (Quadro 20).

⁶ CMC - Estratégia de Sustentabilidade de Cascais – Versão Preliminar (sem data)

⁷ DPGU - DPDM – Diagnóstico (sem data) e INE (2012) – Censos 2011 – Resultados Provisórios

Quadro 20 – Ocupação do Solo de Cascais - Tecido Urbano.

Fonte: Diagnóstico do PDM. Dados de Maio de 2011.

Classe de ocupação do solo ⁸	Peso na área total do concelho (%)	Peso na área classificada como "Tecido urbano" (%)
Tecido urbano contínuo (predominantemente horizontal e vertical)	11%	17%
Tecido urbano descontínuo e descontínuo esperso	24%	69%

As **densidades populacionais** observadas no tecido urbano são consideradas⁹ de média/baixa densidade ou, no caso de Carcavelos, média/alta (Quadro 21). No restante território concelhio, e segundo dados da DPGU-DPDM¹⁰, verificam-se baixas densidades populacionais, na ordem dos 1 a 10 habitantes por hectare. Destacam-se quatro grandes manchas: o conjunto “Carcavelos-Parede-S.Domingos de Rana”, “Estoril-Alapraia”, “Alvide-Amoreira-Alcabideche” e Cascais numa mancha quase isolada (Figura 2).

Quadro 21 – Densidades populacionais em tecido urbano.

Fontes: Diagnóstico do PDM e Censos 2011.

Área geográfica	Densidades populacionais urbanas médias			
	Tecido urbano (ha)	Tecido urbano (% do total)	População residente (nº) (2011)	Densidade populacional urbana (hab/ha) *
Cascais (concelho)	3466,02	36%	206.429	59,6
Alcabideche	822,32	21%	42.160	51,3
Carcavelos	241,72	53%	23.296	96,4
Cascais	873,71	43%	35.409	40,5
Estoril	497,98	56%	26.397	53,0
Parede	276,66	77%	21.660	78,3
São Domingos de Rana	753,62	37%	57.507	76,3

*Valores estimados assumindo que a maior parte da população habita em solo classificado como urbano.

⁸ Classificação constante nos estudos de diagnóstico do PDM e que exclui espaços verdes, equipamentos, indústria e comércio.

⁹ LOBO, M. Costa, CORREIA, Paulo, PARDAL, Sidónio e LOBO, Margarida S. (1995), *Normas Urbanísticas: Volume I – Princípios e Conceitos Fundamentais*, DGOTDU-UTL, 2ª Ed., Lisboa.

¹⁰ DPGU – DPDM - Carta 03.01.01 – “Evolução Demográfica”

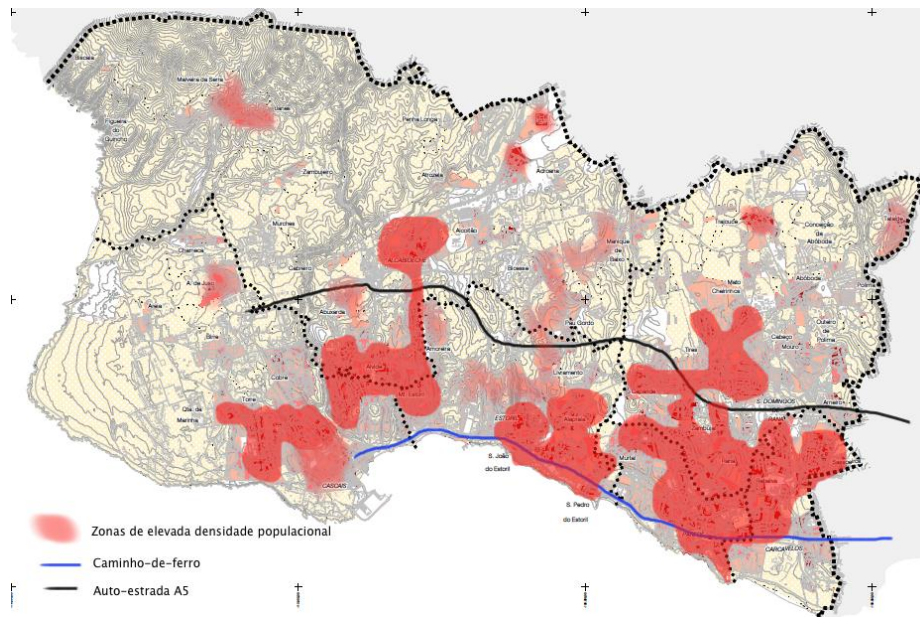


Figura 2 – Zonas de elevada densidade populacional – Esboço.
Fonte: Adaptado de DPGU – DPDM - Carta 03.01.01 – “Evolução Demográfica”.

Verifica-se que 6% dos edifícios do concelho se encontram **fora dos perímetros urbanos** (Quadro 22), em particular junto ao litoral (Figura 3). Observa-se que as encostas das Ribeiras sofrem uma tendência de ocupação de génese ilegal de baixa densidade – a Ribeira das Vinhas com uma densidade de 26 hab/ha e a zona do Livramento e do Sul da Ribeira de Caparide ou Manique (Estoril) com densidades semelhantes. Considera-se também crítica a ocupação no interior do PNSC.

No entanto, segundo o Diagnóstico do PDM, os perímetros urbanos definidos no PDM em vigor¹¹ apresentam-se hoje “preenchidos na sua grande maioria, restando (...) muitos espaços intersticiais por ocupar” existindo ainda capacidade construtiva disponível.

Quadro 22 – Ocupação fora dos perímetros urbanos.

Fonte: Adaptado de INE (2012) e CMC - Gabinete de Estatística, Janeiro de 2012, in "CMC (2012) Densidade de Ocupação Fora dos Perímetros Urbanos".

	Fora dos perímetros	Dentro dos perímetros
Edifícios	6,2%	93,8%
Alojamentos	6,1%	93,9%
Residentes	5,0%	95,0%

¹¹ RCM nº 96/97 de 19 de Junho

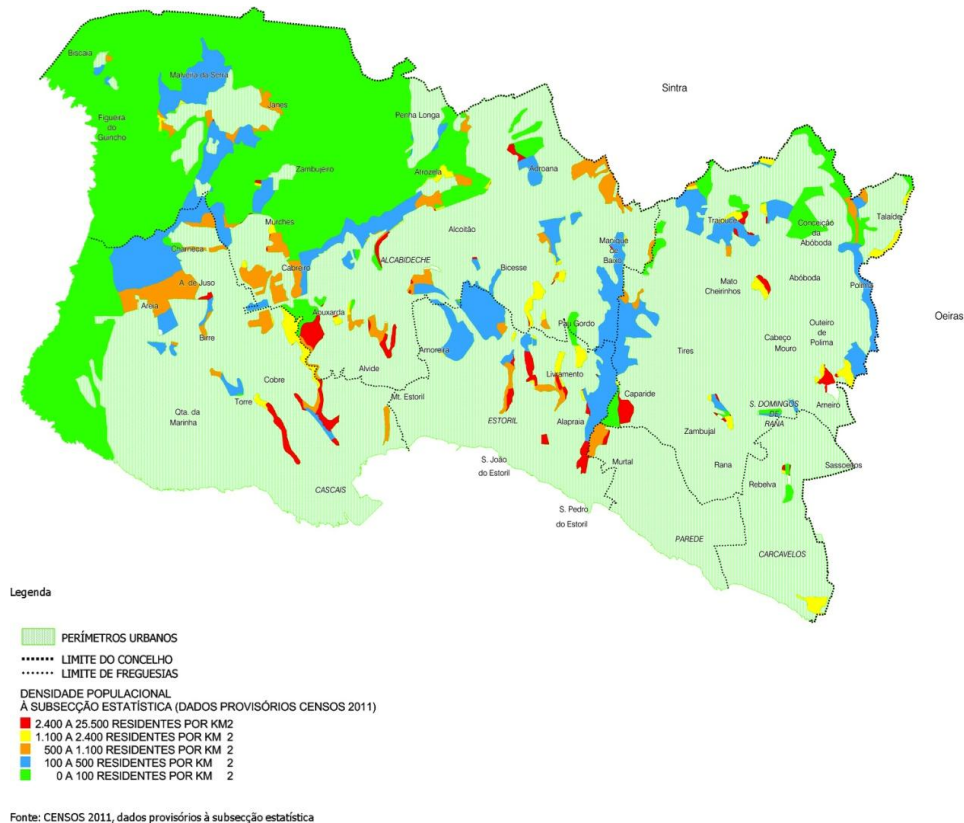


Figura 3 – Densidade de Ocupação fora dos Perímetros Urbanos.
Fonte: CMC (2012) Densidade de Ocupação Fora dos Perímetros Urbanos.

Por falta de dados, não foi possível analisar o indicador “área com alteração e em vias de alteração de uso do solo e compatibilidade da ocupação nas novas localizações”.

Renovação de territórios degradados

Cascais destaca-se positivamente da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e da realidade nacional em termos de dinâmica de reabilitação, com uma tendência crescente no número de **reconstruções concluídas por cada 100 construções novas concluídas** (Quadro 23). O concelho tem assistido a “processos de densificação e renovação da cidade tradicional”, no entanto, estes processos surgem aliados à “desqualificação geral dos novos espaços residenciais” (ESC).

Quadro 23 – Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas (2001, 2007, 2009).
Fonte: INE Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2002, 2007 e 2010.

Área geográfica	Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas (nº)		
	2001	2007	2009
Portugal	20,3	24,2	30,1
Lisboa*		26,8	28,8
Grande Lisboa	9,9	44,3	43,8
Cascais (concelho)	2,3	133,8	184,6

* em 2001 Lisboa estava agregada ao Vale do Tejo

Em termos de **áreas degradadas**, verifica-se que a maior parte das 272 áreas urbanas de génese ilegal (AUGI) se encontram entre Alcabideche e o limite Este do concelho, com particular ênfase na freguesia de S. Domingos de Rana. Segundo dados da CMC (Diagnóstico do PDM), 61% destas AUGI encontram-se com processo de requalificação em curso.

Em termos de **medidas para a renovação urbana**, 61% das 272 AUGI já têm o processo legalizado, 18% têm os loteamentos em apreciação e 17% aguardam alvará e “é possível hoje garantir que a quase totalidade do território em AUGI se encontra infraestruturada” – sendo a grande maioria das intervenções nas freguesias de S. Domingos de Rana e Alcabideche (Diagnóstico do PDM). Atualmente há 56 processos de loteamento em AUGI em apreciação (nas mesmas freguesias) e está previsto classificar 9 “novos clandestinos” como AUGI no processo de revisão do PDM (5 em Alcabideche e 4 em S. Domingos de Rana) num total de 291 lotes.

No entanto, verifica-se a existência de **bairros clandestinos relativamente recentes** no interior do PNSC (Figura 4) que – por isso – não podem ser integrados num processo de requalificação de AUGI. Segundo a informação disponibilizada pela CMC previamente referida, não está prevista a integração destas áreas (cerca de 50 fogos) em processos regularização de AUGI.



Figura 4 – Bairro do Outeiro – “Novo Clandestino” edificado nos últimos 2 anos no PNSC.

Há também que destacar a percentagem relativamente alta e dispersão de **espaços desqualificados em solo urbano** (3,83%)¹².

Em termos de **alojamentos vagos**, observa-se um aumento do peso deste tipo de ocupação no total dos alojamentos entre 2001 e 2011 (Quadro 24), tendência que acompanha a realidade regional e nacional. As freguesias da Parede e de S. Domingos de Rana têm vindo a reduzir este valor ao contrário de Cascais.

Quadro 24 – Variação do peso do número de alojamentos vagos no total de alojamentos (2001 - 2011).

Fonte: Censos 2001 e Censos 2011.

Área geográfica	Alojamentos familiares vagos		
	2001 (%)	2011 (%)	Varição (%)
Portugal	11%	13%	2%
Lisboa	12%	12%	1%
Grande Lisboa	12%	13%	1%
Cascais	12%	13%	1%
Alcabideche	11%	12%	1%
Carcavelos	9%	9%	1%
Cascais	9%	16%	7%
Estoril	11%	17%	6%
Parede	18%	10%	-8%
São Domingos de Rana	14%	10%	-5%

¹² Classe de solo que integra áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos, estaleiros de construção e áreas abandonadas em territórios artificializados.

Por falta de dados, não foi possível analisar o indicador “**despesas municipais para a renovação urbana**”.

Revitalização e qualificação do espaço público

Apesar de os dados disponíveis não permitirem concluir sobre a significância da **área de espaço público qualificado**, o espaço público de Cascais tem sofrido uma “degradação provocada pela excessiva afetação de espaço à presença do automóvel” tanto no nos aglomerados consolidados como nas periferias. A exigência de estacionamento público de superfície tem resultado no “confinamento das áreas verdes e de utilização coletiva ao somatório de recantos sobrantes” (ESC). Ao mesmo tempo, é “evidente um crescendo de qualidade do Espaço Urbano à medida que nos aproximamos da Vila de Cascais e o contrário quando se caminha para o interior” (Diagnóstico do PDM).

Considerando a **multifuncionalidade do espaço**, observa-se que cerca de 91% das licenças concedidas pela CMC, entre 2001 e 2010, foram destinadas à habitação familiar (Diagnóstico do PDM) e que, em 2011, cerca de 99% dos edifícios tinham uso exclusivo ou principalmente residencial (INE, Censos 2011), o que evidencia uma tendência de aumento da monofuncionalidade habitacional. Destacam-se Carcavelos e Trajouce (ETAC¹³). A emergência de superfícies comerciais multifuncionais confirma a carência de espaços comerciais de proximidade (Diagnóstico do PDM). A Vila de Cascais é a clara exceção a este facto.

Em termos de **medidas públicas para a requalificação**, segundo dados da CMC, entre 2001 e 2012 foram executados 12 projetos de intervenção no espaço público – 10 dos quais na freguesia de S. Domingos de Rana – estando prevista a entrada em obra de mais 3 e estando em elaboração 10 – todos também nessa freguesia. Estas intervenções abrangeram a criação de espaços verdes de estadia e lazer, o reforço de alguns equipamentos (parques infantis, p.e.) e a qualificação dos arruamentos. É na freguesia de S. Domingos de Rana que se localizam 13 das 23 Áreas Degradadas a Requalificar¹⁴.

Por falta de dados, não foi possível analisar os indicadores “**Despesas municipais para a revitalização do espaço público**” e “**Distribuição e capacidade dos equipamentos**”.

Paisagem e recursos Naturais

Segundo a nova proposta do PROT-AML o concelho de Cascais inclui no seu território uma área estruturante primária, que corresponde ao PNSC e três corredores estruturantes secundários.

Os principais ecossistemas identificados no conselho de Cascais são, de acordo com a carta de ocupação do solo (Diagnóstico do PDM): Urbanos, Agrícolas e Agroflorestais, Florestais e Meios naturais e seminaturais e Ambientes costeiros. O mais representativo, o ecossistema Florestal e os Meios naturais e seminaturais, corresponde à área do PNSC que segundo o relatório da Cascais Natura – agência municipal de ambiente¹⁵ ocupa cerca de um terço do concelho.

¹³ DPT-DPIE (2010) - Estudo de trânsito de âmbito concelhio pra Cascais – Diagnóstico.

¹⁴ Diagnóstico do PDM e DPGU-DPDM Carta nº 03.03.03 – “Carta das Áreas Degradadas a Requalificar”

¹⁵ Rede de Visitação e Interpretação do PNSC.

Estes ecossistemas específicos (Quadro 25) fornecem quatro **tipos de serviços**: aprovisionamento, regulação, suporte e culturais que influenciam o bem-estar humano. Seguidamente apresenta-se um quadro síntese dos principais ecossistemas e seus serviços no concelho.

Quadro 25 – Síntese dos principais ecossistemas e seus principais serviços no concelho de Cascais.
 Fonte: Elaboração própria.

Ecosistema	Tipo de serviço	Serviço
Urbano (Jardins públicos, Parques urbanos, Ribeiras, Hortas urbanas)	Aprovisionamento	Alimentos (hortícolas)
	Suporte	Suporte biodiversidade, Formação de habitat, Barreira Sonora, Filtro atmosférico
	Regulação	Regulação microclimática, Retenção de água (zonas de infiltração), Mitigação das AC (sequestro de carbono) Mitigação de riscos naturais (cheias e deslizamentos de terra)
	Culturais	Recreativo e estético, Turismo cultural, Herança e identidade cultural Saúde e bem-estar
Agrícolas e agroflorestais	Aprovisionamento	Alimentos (vinho)
	Suporte	Suporte da biodiversidade, Formação de solo, Ciclo dos nutrientes
	Regulação	Regulação climática, Retenção de água (zonas de infiltração) Mitigação das AC (sequestro de carbono) Mitigação de riscos naturais (incêndios, cheias)
	Culturais	Enquadramento paisagístico, Turismo (enoturismo e turismo rural)
Florestas e meios naturais e seminaturais (PNSC)	Aprovisionamento	Matérias-primas (madeira, inertes, alimento) Culturas energéticas (Biomassa e biocombustível)
	Suporte	Suporte da biodiversidade (habitats prioritários), Formação de habitat Formação de solo
	Regulação	Regulação climática, Retenção de água (zonas de infiltração) Mitigação das AC (sequestro de carbono), Diminuição riscos naturais (incêndios, cheias e deslizamento de terras)
	Culturais	Enquadramento paisagístico, Lazer, Turismo natureza, Caça
Ambiente costeiro	Aprovisionamento	Alimentos (peixe, marisco)
	Suporte	Suporte da biodiversidade (habitats prioritários), Formação de habitat, Formação de solo
	Regulação	Regulação climática, Regulação gasosa, Ciclo dos nutrientes, Retenção de água (zonas de infiltração) Mitigação das AC (sequestro de carbono), Prevenção de cheias
	Culturais	Enquadramento paisagístico, Turismo, Desportos náuticos

Da síntese efetuada é possível verificar que quase todos os ecossistemas, quando em bom estado de conservação, providenciam diversos serviços.

A maioria dos serviços identificados existe no concelho em maior ou menor escala, existem serviços identificados como os serviços de produção de vinho (caso do vinho DOC de Carcavelos) e de biomassa vegetal, que têm uma exploração aquém do seu potencial ou quase nula como é o caso da biomassa vegetal.

No que se refere à **capitação de espaços verdes públicos urbanos para recreio e lazer**, passíveis de oferecerem serviços de aprovisionamento, regulação, suporte e culturais em meio urbano, é possível verificar, que a capitação de espaços verdes ao nível concelhio é ainda deficitária (Quadro 26), apresentando todas as freguesias e o Concelho em geral, valores abaixo dos 14 m²/hab (valor mínimo dos valores recomendados¹⁶).

¹⁶ 14m²/hab in LOBO, M. Costa, CORREIA, Paulo, PARDAL, Sidónio e LOBO, Margarida S. (1995), *Normas Urbanísticas: Volume I – Princípios e Conceitos Fundamentais*, DGOTDU-UTL, 2ª Ed., Lisboa.

Quadro 26 – Capitação de Espaços Verdes.

Fonte: Produção própria com base em dados do Diagnóstico do PDM.

Área Geográfica	Capitação (m ² /hab)	
	Enquadramento e Recreio	Recreio
Cascais (Concelho)	7,7	4,4
Alcabideche	5,7	2,3
Carcavelos	10,8	6,3
Cascais	12,4	8,6
Estoril	8,1	4,4
Parede	5,2	2,5
S. D. Rana	5,8	3,2

No que respeita aos sistemas agrícolas localizados sobretudo nas margens aluvionares das linhas de água e em diversas quintas como o Pisão, Charneca, entre outras, têm vindo a ser reduzidos¹⁷ o que tem implicações nos serviços que estes sistemas oferecem. Contudo, segundo o relatório Diagnóstico do PDM, estes sistemas têm potencial para recuperar, em particular no capítulo da vinha.

Como referido anteriormente, no critério consolidação urbana, no concelho de Cascais, o crescimento dos territórios artificializados foi cerca de 40% desde o ano de 1990, com consequências ao nível da alteração do uso do solo nomeadamente na diminuição de áreas com importância ecológica como é o caso da expansão de alguns aglomerados localizados no PNSC e das encostas das Ribeiras do Concelho que, tal como referido no critério consolidação urbana, sofreram uma tendência de ocupação de génese ilegal. A alteração descrita é um dos principais fatores responsáveis pela redução na disponibilidade de serviços fornecidos pelos ecossistemas.

Ao nível da atratividade da Paisagem, o concelho possui diversos locais e rotas que se distinguem pela elevada componente cénica sobretudo aqueles situados nos ecossistemas costeiros como é o caso do percurso da Marginal e nos ecossistemas florestais como é o caso da ligação Malveira da Serra - Sintra e Malveira da Serra – Cascais.

Ainda ao longo da linha de Costa entre Cascais e São João do Estoril existe um percurso pedestre que permite apreciar os valores naturais presentes neste ecossistema, contudo, segundo Diagnóstico do PDM, a elevada pressão antrópica que se faz sentir potencia a degradação das comunidades vegetais existentes nesta área.

São diversas as intrusões visuais que contribuem para a redução da **qualidade cénica da paisagem** bem como para o decréscimo da qualidade ambiental do concelho, tal como descrito no FCD Riscos e Alterações climáticas, referem-se como exemplo os aterros e vazadouros, depósitos ilegais de resíduos e pedreiras inativas.

No que concerne à **conservação dos valores ecológicos do concelho** a existência da Estrutura Ecológica Municipal (EEM) constitui um instrumento fundamental para a preservação das áreas essenciais para a manutenção dos ecossistemas e seus serviços. A EEM define medidas

30m²/hab *in* Magalhães, M. R. (1992) – Espaços verdes urbanos. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Direção Geral do Ordenamento do Território

¹⁷ Relatório Diagnóstico do PDM

de ação para cada uma das áreas, de acordo com o grau de prioridade das mesmas, garantindo eficácia da sua implementação.

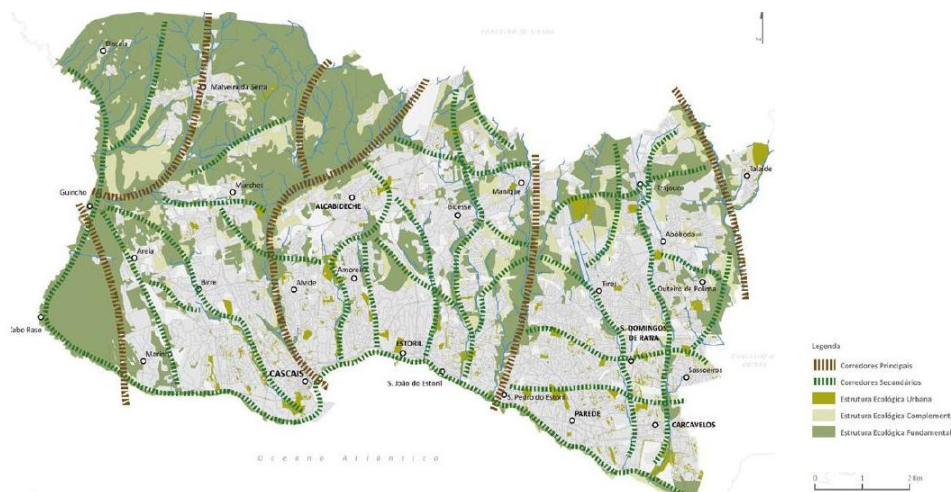


Figura 5 – Estrutura ecológica municipal.

Fonte: Cascais Estrutura Ecológica

A CMC em colaboração com a Cascais Natura e outras entidades públicas e privadas desenvolvem diversas iniciativas no âmbito da proteção e valorização dos recursos naturais.

Entre elas destacam-se os projetos de conservação da natureza:

- Natura Observa (programa de voluntariado jovem na área do ambiente);
- Oxigénio;
- Banco genético vegetal Sintra-Cascais.

E projetos que, para além da componente de conservação, contribuem para o usufruto dos espaços naturais:

- Pedra Amarela Campo Base;
- Eco-Parque do Pisão;
- Arte na Paisagem – LandArt;
- Caminhos Verdes de Cascais - *Green Ways*.

Outra das grandes apostas na valorização dos recursos naturais do concelho é a constituição de uma Rede de Visitação e Interpretação do Parque Natural de Sintra-Cascais. Tal como referido este projeto beneficiará da vegetação autóctone, promovendo um mosaico de vegetação para incremento da biodiversidade e redução do risco de incêndio, analisado no FCD Riscos e Alterações Climáticas.

Mobilidade sustentável

Relativamente à qualidade das vias de circulação, verifica-se que diversas ruas se encontram num estado degradado e/ou sem passeios, destacando-se os acessos ao novo Hospital de Cascais. Noutras vias, nomeadamente a EN 249-4 e a EN 6-7, verifica-se uma saturação do tráfego em horas de ponta.

De acordo com o gráfico da Figura 6, verifica-se que entre 1991 e 2001, a **repartição modal** das deslocações inter-concelhias se alterou bastante, tendo havido um acréscimo na utilização do

TI, em detrimento do TC e do modo “a pé”, onde Cascais segue as tendências dos Concelhos de Lisboa e Oeiras. Destaca-se também o facto de a percentagem de utilização do TI estar acima da média da AML e de TC abaixo.

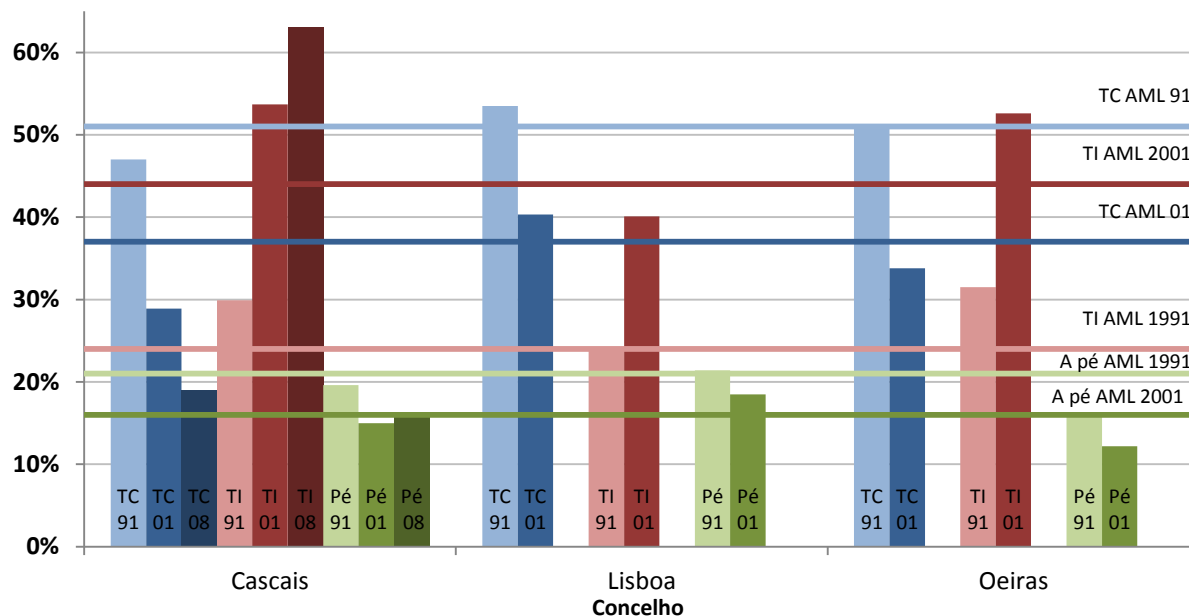
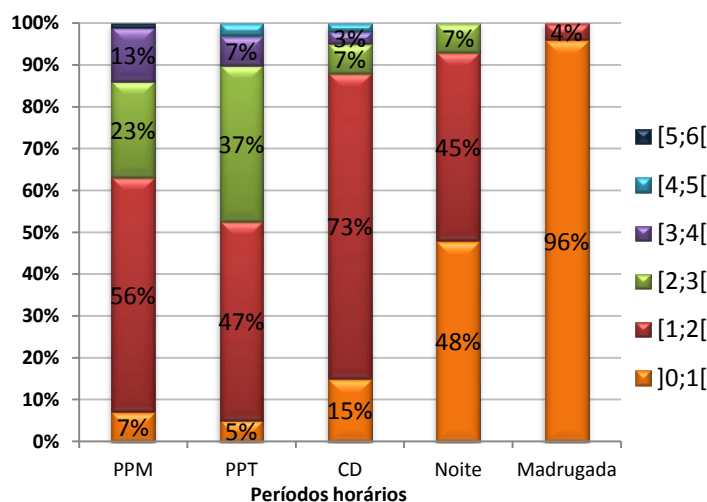


Figura 6 – Distribuição modal nas deslocações inter-concelhias – Cascais, Lisboa, Oeiras e AML - 1991, 2001 e 2008.

Fonte: Adaptado de INE “Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano – 1991 – 2001”; 2003; e “Inquérito à Mobilidade”, TiS/Multidados 2009 em ETAC; Abril 2011.

Relativamente ao TC, verifica-se que a dispersão de paragens de autocarro e estações de comboio parece ser adequada, uma vez que são poucas as zonas urbanizadas que não contém paragens num raio de 200 a 400 metros (ESC). No entanto, a frequência do TC da Scotturb, fica muito abaixo do desejável, uma vez que para estes períodos, existe na sua maioria apenas 1 a 2 veículos em circulação por carreira (Figura 7). Consequentemente, o **tempo associado às viagens pendulares em TC**, cuja duração é em média 45,8 minutos¹⁸.



¹⁸ DPT-DPIE, 2010.

Figura 7 – Frequência de serviço da oferta da Scotturb, por períodos horários.

Fonte: DPT-DPIE – Apresentação ETAC; Abril 2011.¹⁹

Por fim, no que toca à **mobilidade suave**, existem diversos percursos pedestres, percursos de Bicicleta Todo-o-Terreno e duas ciclovias. Cerca de 81 pessoas por dia utilizaram as biCas (bicicletas de Cascais) no período entre 19-09-2005 e 30-06-2009²⁰. Estes dados permitem ainda verificar que cerca de 26% dos utilizadores são estrangeiros, sugerindo uma forte componente turística associada ao biCas, e que, dos restantes 74%, 70% são utilizadores locais. No entanto, os meios suaves representam uma fração irrelevante das deslocações pendulares inter-concelhias (ETAC 2011).

Por falta de dados, não foi possível analisar os indicadores “**conectividade modal**” e “**viagens em função das distâncias percorridas vs. modos de transporte utilizados**”.

Construção sustentável e eficiência energética

O concelho de Cascais apresenta algumas assimetrias relativamente a este critério, uma vez que a **intensidade carbónica da economia**²¹ apresenta valores bastante satisfatórios (Figura 8), ao contrário do que acontece relativamente aos **consumos energéticos domésticos** por habitante, onde Cascais apresenta valores superiores às médias dos outros Concelhos próximos, da Grande Lisboa, do Distrito de Lisboa e mesmo do Continente (Figura 9).

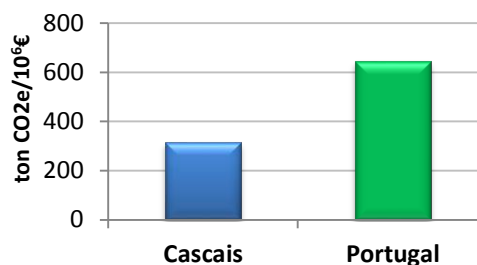


Figura 8 – Intensidade carbónica da economia.

Fonte: CMC – Enquadramento da *Estratégia de Sustentabilidade de Cascais* – Projeto PLANEAR (versão preliminar); sem data.

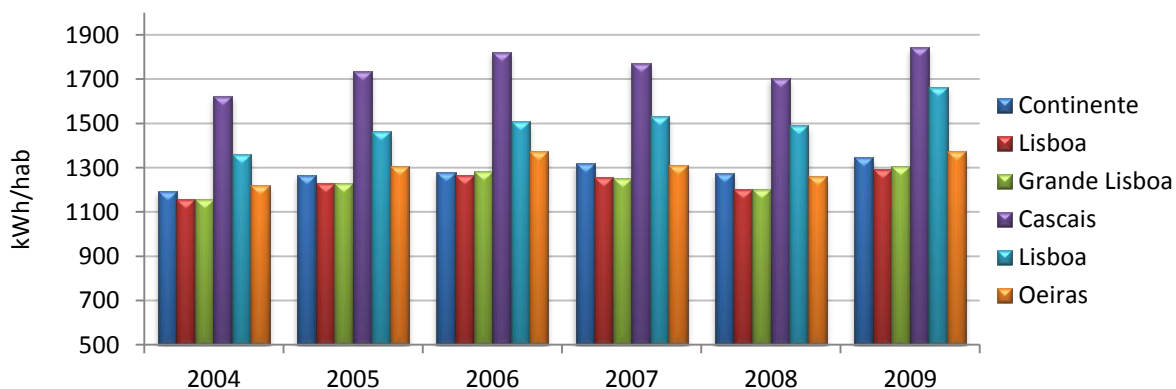


Figura 9 – Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/hab).

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Territoriais*; consultado em 2 de Fevereiro de 2011.

¹⁹ PPM: Período de Ponta da Manhã”, “PPT: Período de Ponta da Tarde” e “CD: Corpo do Dia”

²⁰ Site da Câmara Municipal de Cascais (www.cm-cascais.pt), consultado a 6 de Fevereiro de 2012.

²¹ “A intensidade carbónica da economia é calculada por unidade de PIB (Produto Interno Bruto), sendo expressa pelo rácio entre o total de emissões de GEE (Gases com efeito de estufa) e o PIB”. Fonte: CMC- *Enquadramento da Estratégia de Sustentabilidade de Cascais*, Projeto PLANEAR (versão preliminar); sem data)

A **evolução do número de veículos por cada 1000 habitantes** entre 2003 e 2008 (cerca de 520 veículos/habitante em 2008), é superior à média Nacional (cerca de 450 veículos/habitante no mesmo ano) e apresenta uma tendência de crescimento no período referido. Desta forma, o setor dos transportes é o mais representativo na desagregação dos consumos energéticos por sector de atividade (Figura 10) o que se reflete claramente ao nível das fontes energéticas utilizadas.

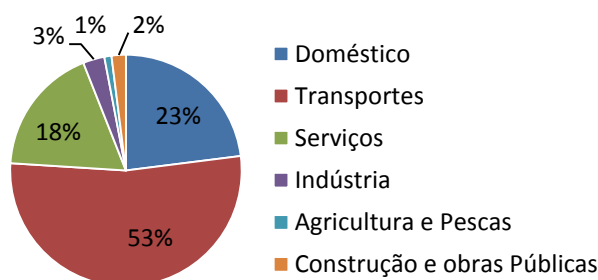


Figura 10 – Peso dos setores de atividade no consumo energético, em 2008.

Fonte: CMC – *Estratégia de Sustentabilidade de Cascais – Projeto PLANEAR (versão preliminar); sem data.*

O concelho de Cascais está entre os três primeiros concelhos do distrito de Lisboa relativamente ao **número de certificados energéticos** emitidos entre 2008 e 2010, ultrapassado por Lisboa e Sintra, tendo este número variado de 210 certificados em 2008 para 4142 em 2010. Verifica-se que Cascais apresenta uma proporção de certificados energéticos com classe B ou superior (34%) maior que a média de Portugal (24%) (ESC).

Importa também referir que o concelho tem, segundo dados do SRM (Sistema de Registo de Microprodução), 227 instalações de aproveitamento da energia solar, o que representam cerca de 814 kW²² sendo o quinto concelho do Distrito de Lisboa com maior número de instalações de microprodução e o décimo quarto ao nível nacional.

Interessa referir que, existe um esforço por parte do município de Cascais na eficiência energética, através de diversos projetos municipais (Caça Watts, Cascais Solar, MORECEEM, PROCOFAPEM, IEECYBER, VALECIAPS, Requalifica five, IEEPROEE, COPM, Energy Kids, IEESMART) e outros de âmbito temático e escolar (Energia para pensar, Kamishibai, Jornadas da Energia 2008), uns em desenvolvimento, outros já implementados.

Por falta de dados não foi possível analisar o indicador “**produção e consumo de materiais**”.

AI.2 - FCD#2 – Coesão e Inclusão

O FCD Coesão e Inclusão pretende avaliar como o PDM aborda a coesão social, que de acordo com o Relatório de Diagnóstico do PDM e a visão da equipa da AAE, deverá passar, essencialmente, por um investimento na “**Qualificação das Pessoas**”, na “**Qualificação dos Espaços Públicos**” e na construção da “**Cidade de Proximidade**”, atribuindo especial relevância à criação das melhores **condições de acesso à saúde, ensino, formação e aprendizagem ao longo da vida**, sem as quais não poderão funcionar, em toda a sua potencialidade, os **mecanismos de mobilidade social** que são cruciais para coesão.

²² Valores obtidos na consulta feita dia 8 de Junho de 2012 no site www.renovaveisnashora.pt.

Caraterização demográfica

Para um melhor enquadramento da análise tendencial do FCD Coesão e Inclusão realizou-se uma breve análise demográfica do concelho de Cascais.

Entre 2001 e 2011 (Censos 2011), a **população residente** no concelho de Cascais cresceu cerca de 17,3%, enquanto na região da Grande Lisboa, o crescimento populacional ficou apenas em cerca de 7,3%.

Um cenário de desenvolvimento da população residente no concelho de Cascais realizado pela CMC, apresentado no Relatório Diagnóstico, corresponde à hipótese de uma tendência de migração até 2021 de acordo com os níveis registados entre 1991 e 2001. Segundo os dados preliminares dos Censos 2011 (INE), no ano de 2011 o concelho de Cascais tinha 206.429 residentes, valor superior ao prospetado pela CMC (Figura 11).

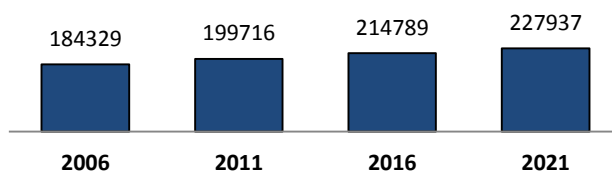


Figura 11 – Cenário da evolução da população residente no concelho de Cascais entre 2006 e 2021.

Fonte: CMC, DPGU-DPDM Diagnóstico.

No Quadro 27 destacam-se principais tendências neste âmbito.

Quadro 27 – Indicadores de equidade e Sustentabilidade dos sistemas de Segurança Social.

Fonte: CMC – Enquadramento da Estratégia de Sustentabilidade de Cascais – Projeto PLANEAR (versão preliminar); sem data.

Indicador	Unid.	Último valor	Valor de referência (INE)
Taxa de Natalidade	% ₀	12,8 ^{b)}	9,4 ^{b)}
Índice de envelhecimento da população	-	100,5 ^{b)}	117,6 ^{b)}
Índice de dependência económica dos idosos	n ^o	26,3 ^{b)}	26,7 ^{b)}
Pensionistas	%	23,55 ^{b)}	27,45 ^{b)}
Disparidade do ganho médio mensal	€	1.089 ^{a)}	1.008 ^{a)}
Disparidade do ganho médio mensal	%	9,3 ^{a)}	11,8 ^{a)}
Percentagem de indivíduos com rendimento social de inserção	%	3,33 ^{c)}	4,57 ^{c)}
Percentagem de indivíduos com subsídio de desemprego	%	4,27 ^{c)}	5,15 ^{c)}
Percentagem de indivíduos inscritos nos centros de emprego	%	8,26 ^{d)}	8,8 ^{d)}

a) INE 2008; b) INE 2009; c) Elab. CM a partir de INE 2009; d) Elab. CM a partir de IEF 2010

De notar que apesar do concelho ter aumentado a sua população idosa, os indicadores relativos a esta matéria são sempre abaixo dos valores de referência.

De acordo com a Figura 12, a evolução da população em Cascais acompanha a tendência de queda da Grande Lisboa, no entanto apresenta valores percentuais superiores para o mesmo horizonte temporal. A Figura 12 revela, ainda, um **saldo migratório positivo** não só de população estrangeira, mas também migrantes (que segundo os dados do Diagnóstico do PDM provêm maioritariamente de distritos do interior do país). O Relatório de Diagnóstico do PDM

refere que o crescimento populacional por freguesia nos últimos 20 anos acompanha a tendência do concelho, dando-se sobretudo na sede do concelho e nas duas freguesias do seu interior, fruto da melhoria das acessibilidades, sobretudo com a construção do prolongamento da A5 até Cascais (1991).

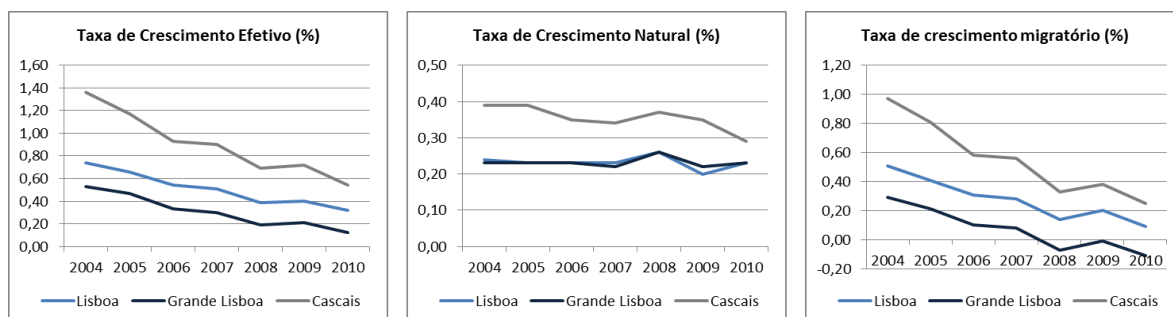


Figura 12 – Gráficos de indicadores de variação da população.

Fonte: INE, Anuários Estatísticos.

Eliminação de assimetrias sociais e redução de pobreza

O **valor médio mensal de arrendamento** dos alojamentos familiares clássicos era, em 2008, de 203€. De acordo com um estudo efetuado pela Confidencial Imobiliária (2008), Cascais apresentava nesse ano um dos valores mais elevados de preço **médio de arrendamento/m²** na área metropolitana de Lisboa: 10,00€/m².

Para o ano de 2007 o INE estimou um total de 6 742 alojamentos em regime de habitação social, com um peso de 6,8% no total de alojamentos. Existiam no concelho de Cascais, em 2009, 48 **Bairros de Habitação Social**. No ano de 2008 foram efetuados 68 **contratos de arrendamento** nestes bairros, tendo sido no mesmo ano registados 530 pedidos de habitação por agregados familiares, cujo **preço médio mensal de arrendamento** dos contratos em 2009 era de 72€.

No âmbito das **ações municipais para a inclusão social**, em maio de 2011 foi aprovado o Projeto de Regulamento Municipal de Acesso à Habitação Social em regime de renda apoiada, que prevê a intervenção do município na implementação do Observatório da Carência Habitacional com vista à disseminação de conhecimento sobre o mercado de habitação local. A promoção de habitação no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) Cascais apresentou 3 modalidades, que integraram o arrendamento de 1192 alojamentos, a compra de 275 alojamentos e finalmente a habitação a custos controlados com 644 alojamentos. Em termos operacionais, o PER Cascais inovou na forma de fazer, introduzindo uma lógica de proximidade, trabalhando não só com as famílias residentes nos núcleos degradados, como também com as zonas de acolhimento, isto é, zonas onde se localizam os empreendimentos de realojamento.

Ainda, relativamente às **ações municipais para a inclusão social** destaca-se o Conselho Local de Ação Social (CLAS) constituído por 80 entidades públicas e privadas que aderiram à Rede Social de Cascais, sendo um dos objetivos a promoção de iniciativas para a consciencialização dos problemas sociais do concelho. O Plano de Ação Social da Rede Social de Cascais de 2010, aprovado pelo CLAS, engloba uma diversidade de **ações com vista à inclusão social**, nomeadamente de intervenções articuladas entre instrumentos dos planos municipais,

produção, organização e disseminação de conhecimento, bem como de implementação de respostas sociais e requalificação de equipamentos. Ao nível da requalificação de equipamentos, definiram ações para o horizonte 2010-2012 para aumentar o número de vagas em equipamentos de iniciativas/empresas sem fins lucrativos (associações, apoio escolar, lares, centros de acompanhamento). Em adição, é da responsabilidade do CLAS, o Plano de Desenvolvimento Social (PDS), tendo em vista a produção de efeitos corretivos e de efeitos preventivos ao nível da redução da pobreza e da exclusão social.

Em 2001, o principal **meio de subsistência da população** do concelho de Cascais era o trabalho, seguido da pensão de reforma e de meios de sustento a cargo da família, sendo o apoio social o meio com menos significância (Quadro 28).

Quadro 28 – População residente segundo o principal meio de subsistência.

Fonte: Dados Estatísticos relativos à Caracterização Socioeconómica no concelho de Cascais, Censos 2001; INE, Anuários Estatísticos.

Principal meio de subsistência (n.º)	2001	2010
Trabalho	81.614	68.663 ²³
Rendimento da propriedade e da empresa	1.673	-
Subsídio de desemprego	2.524	8.729
Subsídio temporário por acidente de trabalho	403	-
Outros subsídios temporários	383	12.365 ²⁴
Rendimento mínimo garantido	609	7.494 ²⁵
Pensão reforma	29.252	45.864 ²⁶
Apoio social	325	
A cargo da família	24.229	-
Outra situação	3.570	-

Em relação aos dados de 2010 (Quadro 28), há falta de informação para fazer uma comparação direta entre os dois anos de referência. No entanto, recorrendo a indicadores indiretos, verifica-se um aumento na ordem dos 29% de população com subsídio de desemprego. O rendimento mínimo garantido (RMG), com a reforma do Sistema de Segurança Social, em 2003, foi substituído pelo rendimento social de inserção (RSI), com alterações em relação à prestação anterior, verificando-se um aumento significativo entre os beneficiários da nova prestação social.

Entre 2005 e 2010 a proporção de beneficiários do RSI no concelho de Cascais aumentou em mais de dez vezes, representando cerca de 4,4% da população residente. Esta situação é coerente com a tendência crescente da taxa de desemprego no concelho (Figura 13). O aumento da **taxa de desemprego** (variação de 29% entre 2001 e 2010) revela as maiores dificuldades que têm afetado o tecido produtivo do concelho de Cascais, como se verifica na análise do FCD Marca Cascais.

²³ Pessoal ao serviço nas empresas do município de Cascais (comparação indireta)

²⁴ Subsídio parental inicial e subsídio por doença da Segurança Social (comparação indireta)

²⁵ Rendimento Social de Inserção

²⁶ Pensionistas da Segurança Social (invalidez, velhice e sobrevivência) (comparação indireta)

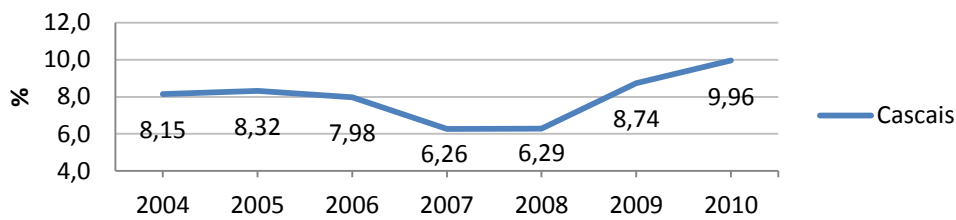


Figura 13 – Evolução da taxa de desemprego de Cascais.

Fonte: CMC - Estratégia de Sustentabilidade de Cascais - Versão Preliminar; INE, Anuários Estatísticos.

Consequência desta realidade, segundo o Relatório da Proposta do PDM, sabe-se que:

- “3% das famílias (2.669 famílias) recebiam o RSI no final de 2011, das quais 68% tinham rendimento do trabalho ainda que insuficiente;
- 6,4% das pessoas idosas receberam em 2011 o Complemento Solidário para Idosos;
- 5.384 alunos recorreram a auxílios económicos e alimentares nas escolas públicas no ano 2011/2012;
- 8.877 desempregados receberam subsídio de desemprego (Inicial, social ou subsequente) em 2011;
- Em Setembro 2012 estavam registadas no Centro de Emprego 10.840 pessoas desempregadas, das quais 560 para 1º emprego e 3.769 desempregados de longa duração - o equivalente a 8% da população em idade ativa (15-64 anos).
- quase 4% da população (mais de 3.000 famílias) recorre a instituições sociais para apoio alimentar e outros apoios pontuais de emergência;
- as instituições sociais constataam um crescimento acentuado da pobreza e dos pedidos de auxílio.”;
- Em dezembro de 2011 registaram-se 53 casos de pessoas sem-abrigo.

Empreendedorismo social

De acordo com o estudo do Enquadramento da Estratégia de Sustentabilidade de Cascais²⁷, relativo ao mercado de trabalho e integração social, verifica-se que a maioria dos indicadores apresentados (valor médio das reformas por velhice, população estrangeira que solicitou ou que tem estatuto de residência, taxa de desemprego e taxa de desemprego de longa duração) têm uma avaliação razoável aquando da comparação com os valores de referência nacionais, disponibilizados pelo INE.

Como **iniciativas de combate ao desemprego**, Cascais apresenta o programa desenvolvido pela CMC em matéria de empreendedorismo social: a DNA Cascais (associação sem fins lucrativos) tem vindo a promover a criação de empresas por munícipes, com vista a colmatar deficiências sociais verificadas no concelho. Várias iniciativas têm sido desenvolvidas no contexto do empreendedorismo social, como o programa PET (Geração de Empreendedores com Talento), desenvolvido em parceria pela CMC e pela DNA Cascais, e em duas fases de

²⁷ CMC – Enquadramento da Estratégia de Sustentabilidade de Cascais – Projeto PLANEAR (versão preliminar); sem data.

desenvolvimento contou com a presença de cerca de 85 participantes. No final de 2011, decorreu no concelho uma ação de formação em empreendedorismo social, por parceria entre a CMC e o Instituto de Empreendedorismo Social (IES), e patrocinada pelo INSEAD *Business School*. Ainda em 2011 decorreu em Cascais o I Bootcamp de Empreendedorismo Social, que formou cerca de 32 estudantes universitários para o desenvolvimento de novos projetos inovadores e sustentáveis com impacto social. Ainda no âmbito da responsabilidade da DNA Cascais, destaca-se também o Banco de Ideias de Cascais (BIC), que promove um mecanismo que permite a exploração económica de boas ideias de negócio, concebidas por promotores pouco vocacionados para a sua dinamização prática, facilitando o encontro entre aqueles que têm uma boa ideia de negócio mas não têm disponibilidade financeira ou de tempo para a sua implementação.

Um exemplo de aposta na promoção da inclusão social, do concelho de Cascais, é a iniciativa de desenvolver **Contratos Locais de Desenvolvimento Social** (CLDS). O primeiro CLDS foi realizado na freguesia de Alcabideche, abrangendo o Bairro Calouste Gulbenkian e o Bairro da Adroana, e teve como principais eixos prioritários: Emprego/Formação/ Qualificação, Formação Parental/Família, Capacitação da Comunidade/Instituições e Informação/Acessibilidade. No Quadro 29 apresentam-se as ações associadas aos respetivos eixos.

Quadro 29 – Eixos e Ações Prioritárias dos CLDS.

Fonte: Apresentação - CLDS Um novo instrumento, no quadro do Plano Nacional de Ação para a Inclusão, Porto, 10 de Abril de 2007.

EIXOS E ACÇÕES PRIORITÁRIAS			
Emprego/Formação/ Qualificação	Formação Parental/Família	Capacitação da Comunidade/Instituições	Informação/ Acessibilidade
Gabinetes de apoio na área da empregabilidade, formação/qualificação e empreendedorismo	Ações de informação/formação continuada para o desenvolvimento pessoal, social e familiar	Apoio a pessoas vítimas de violência doméstica	Formação e acesso às TIC para Todos (crianças/jovens, pessoas em idade ativa e adultos)
		Apoio e informação à população imigrante	
Frequência de Centros Novas Oportunidades	Criação de Centro de Recursos e Qualificação	Ações de prevenção da toxicod dependência	Ações de desenvolvimento socioculturais, complementares a outras ações do contrato de desenvolvimento
	Ações de animação sócio cultural para pessoas idosas, combate à solidão (desporto, cultura, lazer)	Apoio à auto-organização dos habitantes e à criação de associações juvenis	

No Quadro 30 apresenta-se uma síntese dos indicadores, exibindo os resultados do instrumento.

Quadro 30 – Indicadores de execução do programa CLDS.

Fonte: CMC, Relatório de Execução Final do programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social.

	Ano de referência 2011	Valor acumulado 2008-2011
Nº de pessoas inseridas profissionalmente	12	102
Nº de pessoas atendidas no gabinete de empregabilidade	305	648
Nº de pessoas que Planeamento familiar	36	90

adquiriram competências	Cidadania e direitos humanos	75	99
	Desenvolvimento pessoal	50	74
	Gestão doméstica	0	10
	Educação parental	39	63
Ações de Formação em TIC		34	135

Relativamente aos **equipamentos coletivos** destaca-se que no âmbito **dos equipamentos escolares**, a Carta Educativa de 2001 (cuja vigência terminou em 2011) identificava os pontos de rotura em alguns níveis de ensino, apontando para a necessidade de reforçar a oferta ao nível do 2º e 3º ciclo do ensino básico, pelo que propunha a criação de novos territórios educativos através da construção de escolas Básicas Integradas de responsabilidade do Ministério da Educação. Relativamente às escolas da competência do Município, a Carta Educativa preconizava um plano de alargamento de oferta na educação pré-escolar pública e no 1º ciclo, quer pela ampliação de edifícios pré existentes, quer pela construção de novos edifícios escolares.

O mesmo documento indica a recusa da extinção de escolas Secundárias, uma vez que já decorria o processo do alargamento da escolaridade obrigatória ao 12º ano, e na integração da rede de oferta privada, muito embora tivesse como prioridade a qualificação na oferta pública, para que esta consubstanciasse uma opção tendencialmente mais alargada para a escolha das famílias, reduzindo a proporcionalidade do ensino privado e promovendo uma desejável maior heterogeneidade na população escolar da escola pública.

Relativamente ao pré-escolar, registou-se um atraso na concretização dos investimentos municipais previstos, estando em 2011 a maior parte em vias de concretização, o que irá permitir nos próximos 2 anos um aumento de cerca de 60% da resposta pública de educação.

Registou-se ainda um aumento da oferta da Rede Solidária, com prévio acordo do Ministério do Trabalho e Segurança Social e do Ministério da Educação, que para as famílias com crianças em idades do pré-escolar constitui uma resposta semelhante à resposta pública, completando-a. Este acordo permite ainda sustentar o alargamento da resposta de creche, prioritária ao nível Concelhio.

O concelho de Cascais possui uma rede de **equipamentos sociais** alargada, que responde a necessidades da população em geral (famílias), e também às dos grupos mais vulneráveis. As respostas sociais existentes no concelho são:

Quadro 31 – Respostas sociais existentes no concelho de Cascais.

Fonte: Adaptado de CMC, DPGU-DPDM Diagnóstico.

Tipologia	Tipo de equipamento	Nº de equipamentos	Taxa de cobertura	Análise por freguesia
Crianças e jovens em geral	Creche/Creche familiar/Amas	77 Equipamentos e responde a 2.710 crianças	36% das crianças dos 0-3 anos	A taxa de cobertura é maior nas freguesias do Estoril (54%) e Parede (55%) e menor nas freguesias de São Domingos de Rana (30%) e Alcabideche (20%).
	Intervenção precoce	Existe uma equipa concelhia, constituída por elementos de diversas áreas/entidades (deficiência, educação e saúde), que acompanha		

Tipologia	Tipo de equipamento	Nº de equipamentos	Taxa de cobertura	Análise por freguesia
		até à idade escolar crianças em risco de atraso de desenvolvimento, que manifestem deficiência ou necessidades educativas especiais.		
Crianças e jovens em risco	CAT – Centro de Acolhimento Temporário	3 Centros de Acolhimento Temporário (CAT) e	-	-
	LIJ – Lar de Infância e Juventude	5 Lares de Infância e Juventude (LIJ), os quais integram 179 crianças e jovens		
Pessoas idosas e dependentes	SAD – Serviço de Apoio Domiciliário	21 equipamentos que respondem a 1154 clientes	2,7% da população com mais de 65 anos	-
	Centro de convívio/Academia sénior	26 equipamentos com Centro de Convívio respondem a 1.741 pessoas	2,80%	As freguesias com maior cobertura são Alcabideche (6,4%) e Cascais (4,8%), Carcavelos não possui este tipo de resposta e com menor cobertura estão as freguesias do Estoril (1,4%) e S. D. Rana (2,2%)
	Centro de Dia	por 16 equipamentos e responde a 658 idosos	de 1,5% das pessoas com mais de 65 anos	As freguesias com maior cobertura são o Estoril (4,3%), S. D. Rana (2%) e Parede (1,7%) e com menor cobertura Cascais (0,4%) e Carcavelos (0,5%) e Alcabideche (0,9%).
	Lar de idosos/Residências	23 equipamentos correspondendo a 1.026 idosos	2,3% da população com mais de 65 anos	Carcavelos e São Domingos de Rana são as freguesias com menos equipamentos deste tipo
Pessoas com deficiência/doença mental	Centro de Atendimento, Acompanhamento e Animação	6 associações de âmbito nacional com equipamento no concelho	-	Os equipamentos situam-se nas freguesias de Alcabideche (2), Cascais (1), Parede (1) e São Domingos de Rana (1).
	CAO – Centro de Atividade Ocupacional	7 equipamentos com CAO integram 235 pessoas adultas com deficiência	*	3 freguesias: Alcabideche (2), Carcavelos (2) e Estoril (3)
	Lar residencial	7 Lares residenciais existentes dão resposta a 88 pessoas adultas com deficiência	*	estando situados nas freguesias de Carcavelos (1), Estoril (4), Parede (1) e São Domingos de Rana (1)
	Fórum Sócio Ocupacional	1 Fórum sócio ocupacional que apoia 30 adultos com doença mental	*	Situado na freguesia do Estoril
Pessoas com HIV/SIDA	Residência para pessoas com HIV/SIDA	1 Residência para 12 adultos desta condição, e outro equipamento apoia	O 1º equipamento tem ainda capacidade para mais 18 utentes apoiados por um Centro de	O 1º situa-se na freguesia de São Domingos de Rana o 2º na freguesia de Cascais
	CAAP – Centro de Atendimento e	150 pessoas com HIV/SIDA.		

Tipologia	Tipo de equipamento	Nº de equipamentos	Taxa de cobertura	Análise por freguesia
	Aconselhamento Psicossocial		Atendimento e Acompanhamento Psicossocial	
Pessoas toxicodependentes	Equipa de intervenção direta	Na freguesia da Parede existe 1 Apartamento de Reinserção Social onde residem 18 ex-toxicodependentes.		
	Apartamento de reinserção social	Existem ainda 3 Equipas de Intervenção Direta, 2 na freguesia de Carcavelos e 1 na de Cascais, que apoiam regularmente 80 pessoas toxicodependentes e apoiam/atendem pontualmente um número bastante superior de casos		
Pessoas vítimas de violência doméstica	Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica	As vítimas de violência doméstica são apoiadas por 2 respostas sedeadas em 2 equipamentos. Um encontra-se na freguesia de Cascais e outro na freguesia do Estoril, sendo que o primeiro se destina unicamente a este público-alvo e o segundo, a vítimas em geral		
Família e comunidade em geral	Atendimento e Acompanhamento Social	23	-	4 em Alcabideche, 2 em Carcavelos, 8 em Cascais, 3 no Estoril, 2 na Parede e 4 em São Domingos de Rana
	CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental			
	Centro comunitário	1	-	Freguesia de Cascais
	Refeitório social	5	-	Estes situam-se nas freguesias de Alcabideche (1), Carcavelos (1), Cascais (1) e Estoril (2);
	Ajuda alimentar	18	-	7 em Alcabideche, 1 em Carcavelos, 2 em Cascais, 5 no Estoril, 1 na Parede e 2 em São Domingos de Rana
Outros	Apoio ao endividamento	1	-	Freguesia de Carcavelos
	CLAI – Centro de Apoio à Integração de Imigrantes	3	-	Freguesias de Alcabideche, Cascais e da Parede
	Loja Social	2	-	Freguesia de Alcabideche e 1 na freguesia do Estoril

* Não é possível calcular a taxa de cobertura dado desconhecer-se a dimensão da sua população-alvo

De acordo com o Relatório da Proposta de PDM, as vagas necessárias para atingir as metas da Carta Social do concelho são as que constam do Quadro seguinte:

Quadro 32 - Previsão de novas vagas necessárias para atingir as metas da Carta Social
 (Fonte: Relatório da Proposta de PDM, Fevereiro 2013)

Vagas necessárias	Creche (e amas)	Resposta residencial para idosos	Centro de Dia	C. Convívio/ Academia S.	SAD
Alcabideche	283	97	433	238	387
Carcavelos	73	199	275	275	192
Cascais	6	288	502	279	620

Estoril	-129	141	421	333	24
Parede	-93	-118	188	-198	188
S.D. Rana	9	290	405	464	392
Concelho	149	897	2.224	1.391	1.804

Na análise da distribuição dos equipamentos sociais pelas freguesias face à respetiva população (INE 2001), evidencia-se uma maior cobertura nas freguesias do Estoril e Parede, sendo São Domingos de Rana a freguesia com menor grau de cobertura.

Constata-se que alguns equipamentos não têm a sua capacidade esgotada. Em alguns casos (nas respostas de entidades com fins lucrativos), por dificuldade de pagamento do respetivo custo por parte das famílias, noutros devido ao facto de o financiamento da Segurança Social não abranger a totalidade da capacidade do equipamento. Por outro lado, em alguns equipamentos, o número efetivo de utentes supera a capacidade estipulada.

Quanto aos **equipamentos de saúde** a rede pública de cuidados integrados em Cascais, apresenta a intervenção de operadores públicos e de entidades particulares integradas na rede nacional de cuidados de saúde em articulação com o Serviço Nacional de Saúde.

Destaca-se a ausência de unidades de internamento no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, a reduzida cobertura de respostas na área da saúde mental ao nível das unidades sócio-ocupacionais, a inexistência de unidades residenciais no âmbito dos cuidados continuados integrados de saúde mental, nomeadamente as residências de treino de autonomia e o elevado número de municípios sem médico de família.

Relativamente à **acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais/mobilidade reduzida**, a CM de Cascais criou o Programa Elevar Cascais que fornece serviço de transporte adaptado com o objetivo de assegurar que as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade condicionada, possam usufruir de um transporte adaptado às suas necessidades, nomeadamente para a inserção escolar, inserção-formação, atividade ocupacional, atividade terapêutica e de lazer. Com prioridade para as pessoas com deficiência motora, embora se incluam pessoas com deficiência visual, auditiva e mental. Este programa é realizado em parceria com os Bombeiros Voluntários.

No que diz respeito aos transportes públicos foram identificados alguns obstáculos para cidadãos com necessidades especiais/mobilidade, nomeadamente em 6 das 17 estações da linha de comboios e nos Autocarros da Scotturb que circulam com algumas composições sem adaptação para utilizadores de cadeira de rodas. Foram, ainda identificados alguns problemas no âmbito pedonal, como passeios com alturas superiores a 5 cm no acesso às passadeiras ou outro tipo de obstáculos.

Estilos de vida saudáveis

O concelho de Cascais, de acordo com as tipologias definidas no Decreto-lei n.º 141/2009 de 16 de Junho, possui uma ampla rede de Espaços Artificiais, designadamente **instalações desportivas** de base formativa e recreativa, cuja distribuição abrange todas as freguesias do

concelho. Possui ainda instalações desportivas especializadas ou monodisciplinares, e instalações aptas para o espetáculo desportivo, tais como estádio, hipódromos e autódromo.

De acordo com a Carta de Desporto do concelho de Cascais de 2012, das 423 instalações desportivas caracterizadas, cerca de metade (193), encontra-se localizada nas freguesias de Cascais e Estoril. O concelho apresenta um índice de **área desportiva útil**²⁸ **por habitante** (ADU/hab) de 1,47 inferior aos 4m² recomendados pela DGOTDU (Maio 2002) constatando-se um défice superior a 50% (Relatório da Proposta de PDM)

As **iniciativas desportivas de lazer e de saúde** do concelho de Cascais vão para além das modalidades oferecidas pelas entidades desportivas inquiridas, pela CMC, e das dinâmicas desportivas pontuais, e têm como público-alvo populações específicas, nomeadamente a população deficiente, a população sénior e a população estudantil.

Existe uma iniciativa desportiva que se repete em todas as freguesias, denominada por Ateliers de Ginástica / Movimento para a População Sénior, que tem como principal característica estar direcionada para as pessoas com uma idade mais avançada, ainda tendo como alvo os seniores, existe a iniciativa Idade Maior , promovida pelos Centros de Saúde de Cascais e Parede.

De notar ainda, a intenção da CMC em criar parcerias com outras entidades de carácter desportivo e de apoio social, desenvolver atividades a título de exemplo: Desporto Adaptado , Ténis Adaptado e a Vela Sem Limites , destinadas à população com deficiência, uma vez que para a população sénior possui a iniciativa Seniores em Movimento, com atividades desportivas e terapêuticas.

Considerando a importância da prevenção e diagnóstico precoce de doenças cardiovasculares, a iniciativa Mês do Coração em Cascais - aberta à população em geral com especial incidência junto da população idosa - procura sensibilizar para a importância da prática regular de atividade física associada a uma alimentação equilibrada, envolvendo cerca de 1000 participantes.

Por falta de dados não foi possível analisar os indicadores **Taxa de doenças crónicas e Acesso a zonas tranquilas**.

AI.3 - FCD#3 – Riscos e Alterações Climáticas

O FCD Riscos e Alterações Climáticas pretende avaliar o modo como o PDM adota medidas de adaptação face às ameaças geradas pelas alterações climáticas, designadamente riscos de cheia e subida do nível do mar, bem como outros riscos naturais e tecnológicos.

²⁸ A área desportiva útil por habitante (ADU/hab.) foi calculada a partir das instalações desportivas com dimensões normalizadas, não tendo sido considerados, entre outros, os espaços naturais de recreio e desporto, pedovias e ciclovias, os espaços de escalada e *skate*, os campos de golfe e de minigolfe, hipódromos e centros hípicas, e os centros náuticos e marina.

Adaptação às alterações climáticas

No que concerne a **iniciativas e mecanismos de planeamento e gestão municipais de adaptação às alterações climáticas**, o Plano Estratégico de Cascais face às Alterações Climáticas (PECAC)²⁹, identifica medidas específicas de redução das vulnerabilidades às alterações e variabilidade climática através da avaliação do potencial de adaptação do concelho feito em conjunto com os vários setores de atividade no concelho. Dessa avaliação resultaram opções de adaptação prioritárias, onde se destacam a “Reabilitação das Ribeiras e Galerias Ripícolas associadas” e “Melhorar o uso eficiente da água (tipo de rega e hora da rega) e reduzir desperdícios (manutenção)” cuja prioridade é elevada, com base em critérios de avaliação identificados no PECAC³⁰. Estas opções são um bom exemplo de prioridades em termos de investimento em adaptação ao município de Cascais, no que toca a **programas para a conservação e gestão da procura de água**.

A **capitação doméstica de água** tem-se mantido constante, desde 2006 até 2009, apresentando uma média de consumos na ordem dos 61m³/hab. Este valor está ligeiramente acima da média da Grande Lisboa (57 m³/hab) e da AML (60.5 m³/hab), para este período de análise. De acordo com o PECAC, em 2008, o concelho apresentava perdas de água nas redes de abastecimento superiores a 24%, no entanto não é possível analisar a tendência pela ausência de dados.

Como referido, no critério Consolidação Urbana do FCD Requalificação Territorial e Mobilidade, no concelho de Cascais o crescimento dos territórios artificializados foi cerca de 40% desde o ano de 1990, correspondendo, atualmente, a mais de metade da área do concelho (cerca de 52%). Desta forma, é possível inferir que as **áreas permeáveis** têm vindo a diminuir e por sua vez, as **zonas de recarga de aquíferos subterrâneos** têm vindo a diminuir, afetando a disponibilidade de água subterrânea para abastecimento da população.

Vulnerabilidade aos riscos naturais

O **perigo de inundação** pode verificar-se nas planícies aluviais dos principais rios e em pequenas bacias hidrográficas sujeitas a cheias rápidas ou repentinas como sendo as ribeiras do concelho de Cascais. Estas últimas são potencialmente mais perigosas quando ocorrem em áreas densamente urbanizadas, devido ao reduzido tempo de concentração das bacias e à violência do escoamento (geralmente com elevada carga sólida) que as caracteriza.

De acordo com dados da CMC (Figura 14) é possível observar uma tendência de aumento da **área edificada em leito de cheia**, desde o ano de 1945. Destaca-se uma zona crítica (do lado esquerdo da figura) correspondente ao centro histórico da vila de Cascais, assente na foz da ribeira das Vinhas que se encontra canalizada. Segundo o Diagnóstico do PDM, existe uma tendência para acumulação da precipitação durante os meses de inverno, provocando cheias com uma maior frequência e intensidade e esta zona é uma das mais preocupantes, onde os danos materiais são elevados.

²⁹ Avelar, D. e Lourenço, T. C. (2010). PECAC - Sector Adaptação. Relatório Final do Plano Estratégico de Cascais face às Alterações Climáticas, Câmara Municipal de Cascais. Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa. 33 pp.

³⁰ Os critérios utilizados no processo de priorização de medidas de adaptação englobam a importância, urgência, no-regret, co-benefícios, efeito sobre a mitigação e complexidade técnica, social e institucional.

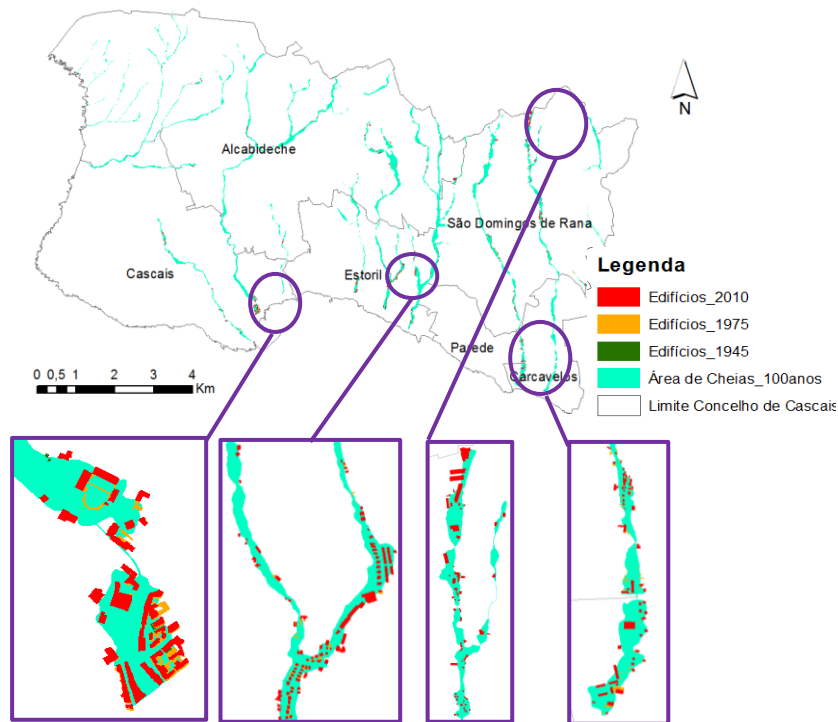


Figura 14 – Evolução da área edificada em zona de cheia com período de retorno de 100 anos.
Fonte: Adaptado de DPGU – DPDM.

O concelho de Cascais situa-se numa zona de **suscetibilidade sísmica** moderada e de suscetibilidade à **ocorrência de inundações por tsunami**, principalmente na Costa do Estoril³¹. Em relação a áreas suscetíveis à **instabilidade de vertentes**, o cruzamento da carta de declives com a geologia, revela que este risco não é relevante para o concelho de Cascais³¹.

A **densidade de ocupação no litoral** do concelho de Cascais, estimada a partir da contabilização da área construída até 200m da linha de costa, é bastante diversificada, com grandes assimetrias entre a costa ocidental e a costal sul, de acordo com o PECAC. Tal como é possível observar pela Figura 15, na costa sul, a densidade de ocupação é elevada, principalmente no troço entre Cascais e Carcavelos, associada a malha urbana densa, que se estende até ao topo das arribas, podendo configurar situações de risco de inundação.

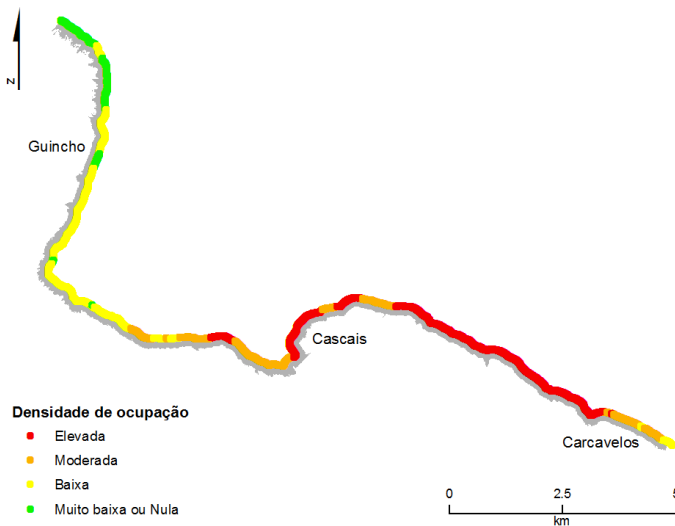


Figura 15 – Densidade de ocupação no litoral do concelho de Cascais.
Fonte: PECAC.

³¹ Estudos setoriais do PROT-AML.

Os troços de litoral do município sujeitos a **erosão litoral** correspondem a áreas de costa baixa arenosa, sendo os sistemas de praia-duna mais vulneráveis à subida do nível do mar e aos galgamentos oceânicos na sequência de tempestades. Nos últimos cem anos, e de acordo com os registos maregráficos obtidos em Cascais, o nível do mar terá subido 15 cm. Esta situação - quando acompanhada por subidas do nível do mar de origem meteorológica (*storm surge*) - determina que a rebentação das ondas ocorra mais para o interior, favorecendo o galgamento das praias e das dunas³².

As freguesias onde a **perigosidade de incêndio florestal** é alta e muito alta são maioritariamente as de Alcabideche e Cascais (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2008-2012 – CMC). É, também, nestas freguesias que se encontram as maiores manchas florestais (PNSC) e zonas de incultos, que confinam com os aglomerados populacionais.

Riscos de poluição (água, solo, ar, resíduos)

Em Cascais, a percentagem de **população servida por sistemas de drenagem de águas residuais** tem estado, desde 2001, sempre acima de 98%, chegando mesmo aos 100% em 2009, tal como a percentagem de **população servida por estações de tratamento de águas residuais** na ordem dos 100% desde 2004, segundo dados do INE – Estatísticas territoriais.

Segundo dados da Estratégia de Sustentabilidade de Cascais (ESC)³³, entre 2006 e 2008 houve um incremento na **produção de resíduos urbanos (RU)** (3%) superior à taxa de crescimento populacional (2%), situação esta que se inverteu entre 2008 e 2009, verificando-se uma redução na produção de resíduos urbanos em cerca de 1%, inversa à taxa de crescimento da população residente (

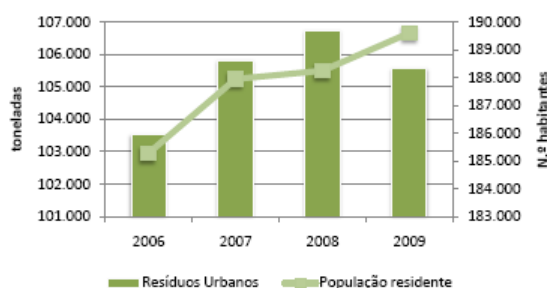


Figura 16 – Evolução da produção de resíduos urbanos entre 2006 e 2009 em Cascais.
 Fonte: ESC.

Figura 16).

No que toca à **prevenção da produção de resíduos**, o município aborda, na sua Estratégia de Sustentabilidade, esta temática como um objetivo estratégico por forma a reduzir a pressão sobre os recursos, sem no entanto indicar medidas de incentivo para o concretizar.

A **proporção de RU recolhidos seletivamente**, relativamente ao total de RU recolhidos, ainda é bastante baixa, apesar de ter vindo a aumentar de uma forma progressiva de 9% em 2002 para 29% em 2010, segundo dados do INE e para o concelho de Cascais. Esta tendência acompanha a sub-região da Grande Lisboa e a Região de Lisboa, de uma forma similar.

³² J.L. Zêzere; A.R. Pereira, P. Morgado. *Perigos naturais e tecnológicos no território de Portugal Continental*. Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa

³³ CMC - Estratégia de Sustentabilidade de Cascais – Versão Preliminar (sem data).

O **destino final dos RU provenientes de recolha seletiva** tem sido desde 2002 somente a reciclagem, no entanto, em 2010, segundo dados das Estatísticas dos Resíduos Municipais em INE, cerca de 4% destes resíduos tiveram como destino final a valorização orgânica. Relativamente ao **destino final dos RU provenientes de recolha indiferenciada**, a deposição em aterro tem diminuído acentuadamente desde 2002, ao contrário da valorização orgânica que tem aumentado desde o mesmo ano (Figura 17). A valorização energética tem sofrido algumas oscilações, no entanto, em 2010 correspondia a cerca de 22% do destino final de RU. Nesse mesmo ano, a valorização orgânica foi maioritariamente (cerca de 50%) o destino escolhido dos RU, logo seguida da deposição em aterro (cerca de 29%).

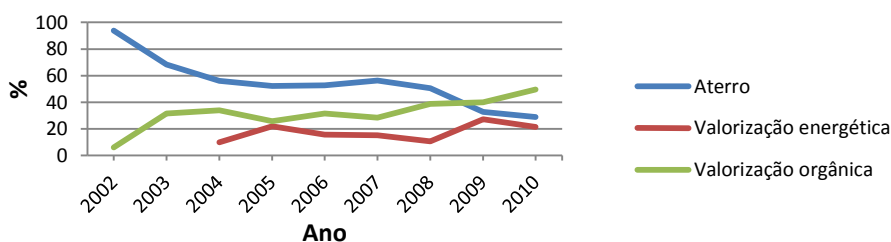


Figura 17 – Destino final dos RU provenientes de recolha indiferenciada (2010).

Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais.

No que toca a **fontes de poluição**, o Diagnóstico do PDM identifica a existência das seguintes disfunções ambientais: aterros e vazadouros, parques de sucatas, depósitos ilegais de entulhos, pedreiras inativas e em atividade e áreas degradadas a requalificar (Figura 18 e Figura 19).

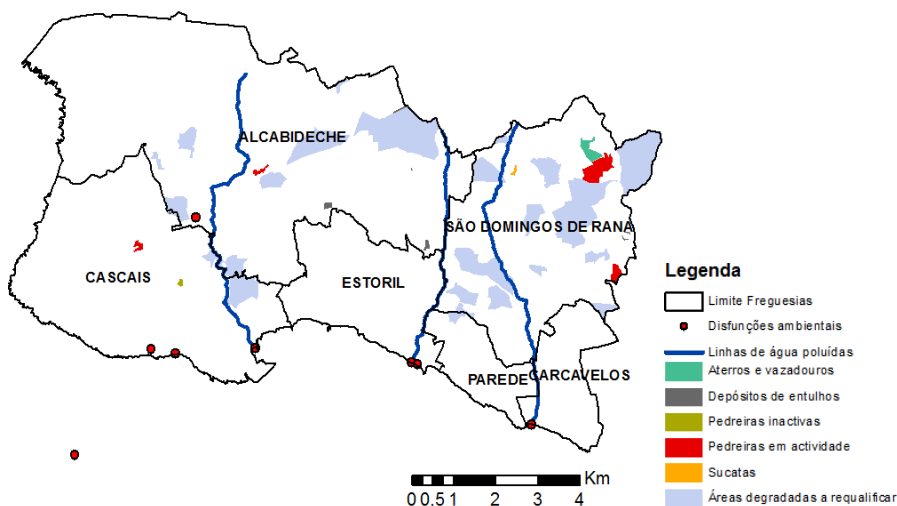


Figura 18 – Disfunções ambientais no concelho de Cascais.

Fonte: Adaptado de DPGU – DPDM.



Figura 19 – Áreas degradadas – Zona industrial abandonada na Adroana, AUGI não infraestruturada e deposição de resíduos em terrenos expectantes.

Fonte: Elaboração própria.

O aterro sanitário de Trajouce (situado nas instalações da TRATOLIXO na freguesia de S. Domingos de Rana), encerrado em 2003 e selado desde 2005, é uma das principais fontes de poluição do concelho. Segundo o Plano de Reabilitação Ambiental das Instalações da TRATOLIXO³⁴, têm sido identificados eventos de emissão de odores, instabilidade dos taludes e presença de lixiviados sobre os terrenos e em águas pluviais provenientes do aterro, que está mal selado. Destaca-se ainda, que à data, o processo de descontaminação dos solos já se tinha iniciado.

A existência de depósitos ilegais de resíduos, maioritariamente localizados na freguesia de Alcabideche, degrada a paisagem e são um foco de poluição pela contaminação dos solos e água.

Destaca-se, também, o crescimento de bairros clandestinos (referenciados no FCD Requalificação Territorial e Mobilidade), que são potenciais focos de poluição pela ausência ou isolamento de infraestruturas de saneamento básico em relação à rede municipal, e a percentagem relativamente alta (3,83%) e dispersão territorial da classe de ocupação do solo que integra áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos, estaleiros de construção e áreas abandonadas em territórios artificializados³⁵. Estas últimas áreas, apesar de não estarem referenciadas como disfunções ambientais, no Diagnóstico do PDM, podem constituir, também, potenciais focos de poluição ambiental inerentes às atividades acima mencionadas.

Relativamente à **poluição sonora**, as principais fontes de ruído estão associadas ao setor dos transportes, maioritariamente do tráfego rodoviário devido à crescente utilização de TI, seguido do ferroviário (via-férrea Cais do Sodré/Cascais) e aéreo (Aeródromo Municipal de Cascais). Em adição, o Autódromo do Estoril e algumas unidades industriais localizadas nas freguesias de S. Domingos de Rana e Alcabideche, identificadas no Diagnóstico do PDM, também são fontes de ruído para o concelho. Segundo o Diagnóstico do PDM, são identificadas situações de incumprimento dos limites regulamentares dos níveis sonoros, em zonas com ocupação sensível ao ruído, correspondendo a áreas na vizinhança próxima dos principais eixos viários, do Autódromo do Estoril e do Aeródromo Municipal de Cascais.

³⁴ Plano de Reabilitação Ambiental das Instalações da TRATOLIXO, em Trajouce – Maio 2009.

³⁵ Diagnóstico do PDM e DPGU-DPDM Carta nº 04.01.01 – “Carta de Ocupação do Solo”.

Segundo dados da ETAC, cerca de 7% da população residente no concelho está sujeita a **níveis de ruído** superiores ao legalmente estabelecido para zonas classificadas como mistas (i.e. 65 db(A)). A freguesia mais afetada é a de Carcavelos, com valores superiores à média do concelho, por ser uma zona de atravessamento de tráfego significativo entre o concelho vizinho de Oeiras.

Utilizando os dados energéticos apresentados no FCD Requalificação Territorial, que indicavam que os setores dos transportes, doméstico e serviços eram os maiores consumidores de energia, em 2008, e segundo estimativas da ESC, é possível concluir que estes setores são os maiores **emissores de gases com efeito de estufa (GEE)** (Figura 20).

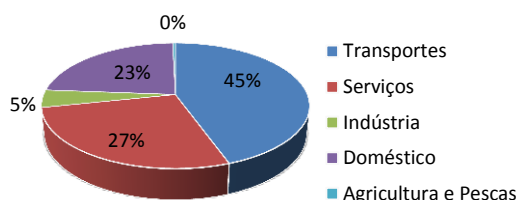


Figura 20 – Peso das emissões de GEE por setor, no concelho de Cascais, em 2008.

Fonte: CMC – *Estratégia de Sustentabilidade de Cascais – Projeto PLANEAR* (versão preliminar); sem data.

O município tem promovido algumas **medidas de inversão desta tendência de crescimento do consumo de energia**, nomeadamente através de atividades de eficiência energética como campanhas promocionais junto dos cidadãos e da indústria e a aplicação de tecnologias energéticas mais eficientes. As auditorias/diagnósticos energéticos são outros exemplos de boas práticas que contribuem para melhorar a eficiência energética do município sendo exemplo disso os projetos “Caça Watts” e “Monitorização Remota de Consumos em Edifícios Municipais”. Contudo, e através da observação do Quadro 33 é possível inferir que estas iniciativas têm vindo a diminuir ao longo do tempo.

Quadro 33 – Iniciativas de promoção da eficiência energética em Cascais.

Fonte: Estudos PDM Cascais - Cascais Proxima.

	2007	2008	2009	2010	2011
Iniciativas de promoção da eficiência energética	2	4	5	4	2

Iniciativas específicas para público escolar – Projeto Energy Kids	Ano letivo		
	2008/2009	2009/2010	2010/2011
...em sala de aula	3	2	3
...em concursos	3	1	1
...em eventos temáticos	6	6	2

Quanto à **qualidade dos recursos hídricos superficiais**, os dados disponíveis (Figura 21) indicam que a Ribeira da Lage, que possui o Ecoparque de Trajouce nas suas imediações, apresentou entre 2001 e 2007 valores de qualidade da água superficial na classe de “Má” e “Muito má”. Os parâmetros responsáveis por estas classificações foram os coliformes totais e fecais e o Fósforo P, respetivamente.

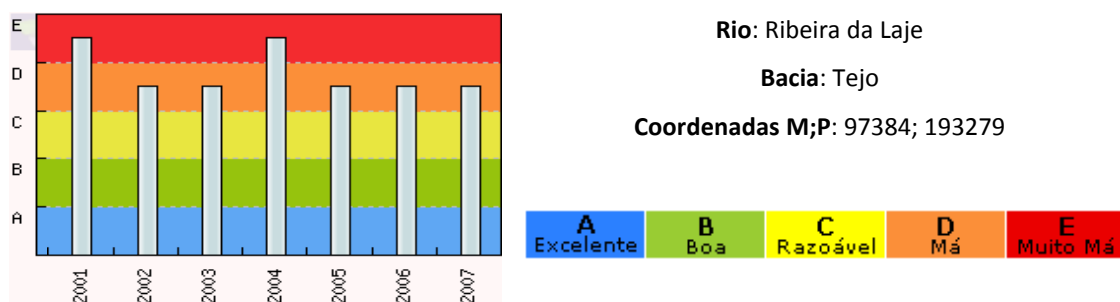


Figura 21 – Estudo da qualidade de água superficial na Estação Agronómica Nacional.
 Fonte: SNIRH, 2012

Apesar de não existirem dados suficientes para observar uma tendência nas restantes ribeiras, o Diagnóstico do PDM identifica em planta três linhas de água (Ribeira de Caparide, das Marianas e das Vinhas) que em 2008 apresentavam baixos níveis de qualidade da água. Para esta situação contribuem as descargas indevidas de resíduos no leito e margens, assim como a descarga de águas residuais não tratadas provenientes de bairros clandestinos emergentes.

À data, não foram identificados riscos tecnológicos em Cascais.

AI.4 - FCD#4 – Marca Cascais

O FCD Marca Cascais tem como objetivo avaliar o modo como o PDM contribui para reforçar a identidade municipal, o valor dos recursos naturais como um ativo para gerar valor acrescentado, a competitividade municipal face a outros municípios da AML, bem como a atração de empresas de elevado perfil e população jovem qualificada.

Reforço da identidade municipal

Cascais é possuidor de um número bastante significativo de **elementos patrimoniais classificados e não classificados**, que têm vindo a merecer a atenção do Município de Cascais através de uma política concertada de classificação, que visou conferir uma proteção legal superior a um conjunto de imóveis muito relevantes para a história e memória coletivas de âmbito local, nacional e por vezes transnacional (Quadro 34).

Quadro 34 – Património cultural imóvel classificado e em vias de classificação no Município de Cascais.

Fonte: CMC, 2011

Tipologia	Nº de elementos classificados	Nº de elementos em vias de classificação
Monumento nacional	(sem dados)	-
Imóvel de interesse público	37	9
Imóvel de Interesse Municipal	12	12
Zonas de Proteção Especial³⁶	3	-

³⁶ O território municipal integra ainda parte da zona de proteção legal do *Palácio do Marquês de Pombal, Jardim, Casa de Pesca e Cascata*, imóvel classificado como Monumento Nacional localizado no concelho de Oeiras)

O património classificado de Cascais integra igualmente um conjunto muito relevante de elementos nas dimensões distintas que o caracterizam: ruralidade com sítios arqueológicos relacionados com o povoamento rural do território em época romana, duas necrópoles do período neocalcolítico; dimensão marítima através da presença de arquitetura militar constituída por fortalezas marítimas e algumas estruturas lineares de defesa de costa (século XVI-XIX), o Marégrafo de Cascais, imóvel de inegável interesse transnacional e por fim a Zona Especial de Proteção que delimita a jazida arqueológica subaquática constituída pelos destroços do *clipper* Thermopylae /pontão Pedro Nunes (CMC, 2011 e alguns exemplares de património molinológico; dimensão cosmopolita através da presença de exemplares de arquitetura de veraneio de quintas históricas (séculos XVII-XVIII), casas nobres (séculos XVII-XVIII), alguns exemplares de arquitetura popular vernacular, religiosa e civil (escolas, hospital), uma ponte filipina e dois edifícios modernistas.

O processo de inventário do património arquitetónico permitiu referenciar cerca de 4.000 edifícios dos quais estão inventariados 1.369, dos quais se destacam em termos de tipologia 36 Imóveis de interesse público; 25 Imóveis de Interesse Municipal, 236 Imóveis integrados no Catálogo-Inventário do Património Arquitetónico de Nível 1³⁷, 927 Imóveis integrados no Catálogo-Inventário do Património Arquitetónico de Nível 2 e 144 outros edifícios de interesse patrimonial.

De destacar igualmente no que se refere aos **incentivos municipais à preservação do património material e imaterial** as iniciativas de Promoção e Educação Patrimonial levada a cabo pela CMC através de ações de divulgação, exposição, edição, aquisição de imóveis, promoção de projetos e intervenções de caráter modelar, criação de equipamentos e lançamento de iniciativas (museus, monumentos visitáveis, serviços educativos, ações de sensibilização, etc.) abertas a todos os segmentos de público, mas especialmente dirigidos ao público infante-juvenil, de modo a promover o seu património histórico-cultural (CMC, 2011). Em 2004, o Município de Cascais adquiriu um sistema de gestão integrada de informação para bens culturais móveis e imóveis, (CMC, 2012).

De salientar por fim o **investimento crescente das despesas municipais em atividades culturais e desportivas** (Figura 22) no período 2000-2010 (de 8332 milhares de euros em 2000 para 12111 milhares de euros em 2010) esforço esse relativamente alinhado com o crescimento verificado no investimento dos concelhos limítrofes nestas áreas (Sintra e Oeiras), o que se constitui como um fator positivo no reforço da identidade municipal cascalense.

³⁷ Os critérios genéricos de integração nos dois níveis de valoração foram adaptados da legislação geral: caráter matricial, génio do criador, interesse simbólico e religioso, relação vivencial ou com factos históricos, valor estético, técnico ou material, conceção arquitetónica, urbanística e paisagística, relevância para a construção da identidade e memória coletivas, potencial histórico e científico e condições de preservação e risco. Foi ainda levada em consideração a recuperabilidade dos edifícios. Nota: O Catálogo-Inventário Municipal do Património Arquitetónico de Nível 1 integra edifícios com características e elementos arquitetónicos, forma e ocupação do espaço que os distinguem e singularizam como imóveis com grande interesse patrimonial, suscetíveis de serem objeto de proposta de classificação sempre que se considere que representam um valor cultural de âmbito nacional ou municipal. O Catálogo-Inventário Municipal do Património Arquitetónico de Nível 2 integra edifícios com características e elementos arquitetónicos exteriores distintivos que contribuem para definição e articulação da envolvente edificada, contribuindo para a definição de um conjunto.

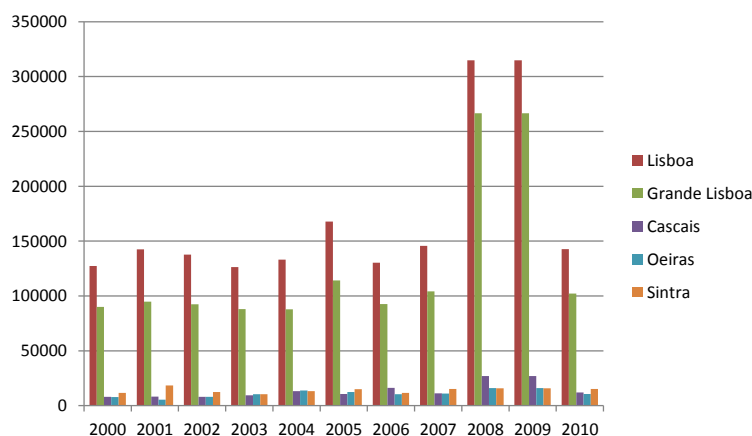


Figura 22 – Despesas em cultura e desporto (€) dos municípios por Localização geográfica.
 Fonte: Anual - INE, Financiamento Público das Atividades Culturais das Câmaras Municipais.

Verificamos que se tem vindo a verificar um investimento crescente por parte da CMC em praticamente todas as atividades de índole cultural, com destaque para as atividades sócio-culturais e jogos e desportos. De destacar igualmente o investimento crescente na conservação do património no período considerado (apenas tendo-se verificado um decréscimo de 2009 para 2010) (INE e CMC,2012).

Uma dimensão importante da manutenção e reforço da identidade municipal passa pela existência no território de cerca de meia centena de coletividades/associações com atividade na área da Cultura. (desde a música popular aos grupos cénicos, dos grupos corais infantis às bandas de música, até às várias escolas de música para jovens, espalhadas um pouco por todo o concelho) que têm vindo a ser alvo de apoio.

Recursos naturais como ativos para gerar valor

Cascais apresenta bastantes potencialidades no que toca à **capacidade de gerar valor através dos recursos naturais**, sendo que são de enfatizar o turismo, as atividades relacionadas com a economia do mar e o aproveitamento de energias renováveis.

A CMC, em colaboração com a Turismo Estoril³⁸ e com outras instituições do município, tem vindo a desenvolver uma estratégia para reforçar a importância deste concelho como destino turístico nacional e internacional, nos mais diversos mercados. Esta estratégia passa por apoiar a consolidação do parque hoteleiro e dos equipamentos turísticos, bem como por salvaguardar os aspetos ambientais, paisagísticos e urbanísticos mais qualificados no concelho, por apoiar a recuperação das Termas do Estoril (fonte de água mineral natural), que poderão vir a restabelecer o turismo de saúde e bem-estar no concelho; por apostar no turismo de natureza e ambiental de qualidade, direcionado para a utilização dos diversos espaços de beleza natural de que o concelho dispõe, nomeadamente a zona costeira e o Parque Natural Sintra-Cascais, no investimento em visitas guiadas, passeios a cavalo, desportos náuticos, excursões de percursos pedestres ou de bicicleta. E finalmente, passa por uma aposta na promoção do concelho através de uma política contínua de apoios a eventos internacionais

³⁸ Entidade municipal responsável pela promoção internacional da região Costa do Estoril (<http://www.estoril-portugal.com/pt>)

desportivos e culturais, como recentemente aconteceu no que diz respeito ao hipismo³⁹ e como aconteceu em agosto de 2012 relativamente à náutica de competição⁴⁰.

Um estudo desenvolvido pela SaeR para a CMC (SaeR, 2011) identifica as áreas com forte potencial de desenvolvimento no concelho de Cascais, tendo como núcleo agregador o conceito de economia do mar. São elas a **Náutica**, a **Saúde e Bem-Estar**, o **Turismo** e o **Conhecimento e I&D**, áreas que podem ser geradoras de valor acrescentado ao setor turístico e um segundo nível constituído por áreas de sustentação e apoio às primeiras, em que se destacam as fileiras dos materiais de laboratório, da pesca e aquicultura, da gastronomia e dos produtos de bem-estar, entre outras.

No que diz respeito aos recursos de base existentes para o desenvolvimento destas áreas com potencial de desenvolvimento, importa salientar que no que diz respeito à pesca o concelho de Cascais apresenta, bastantes potencialidades de exploração de algumas espécies comerciais (pescada e carapau) no contexto nacional (INRB, 2008). Cascais apresenta um maior **número de embarcações licenciadas com motor** que Lisboa, mas apresenta valores muito abaixo de Sesimbra, Setúbal e Aveiro, deixando assim alguma margem para crescimento e apoios à atividade (Figura 23). Por fim, uma breve referência deve ser feita aos **valores das capturas nominais de pescado (€/kg)** por porto de descarga, Figura 24, que mostra valores muito superiores em Cascais, relativamente aos restantes portos analisados e à média de Portugal Continental. Esta discrepância deve-se essencialmente ao preço dos crustáceos, cujos valores são bastante superiores aos das restantes classes, aumentando bastante a média.

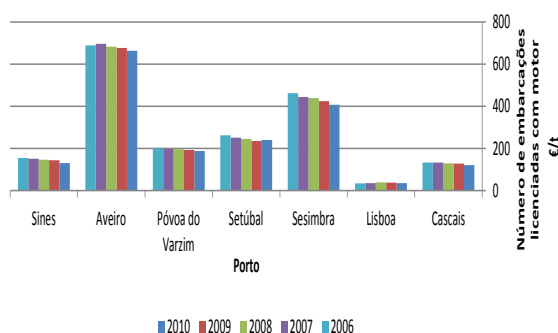


Figura 23 – Número de embarcações licenciadas com motor por porto de pesca.
 Fonte: INE – Estatísticas Territoriais, consultado em 10 de fevereiro de 2012.

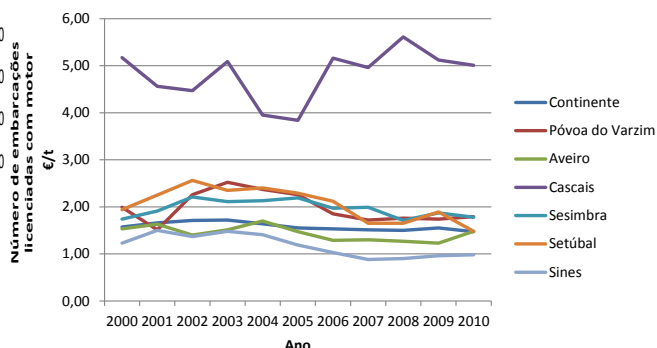


Figura 24 – Valor médio da pesca descarregada (€/kg) por porto de descarga.
 Fonte: INE – Estatísticas Territoriais, consultado dia 2 de fevereiro de 2012.

³⁹ Global Champions Tour (GTC), o Circuito de Saltos de Obstáculos (CSI) de cinco estrelas, que reuniu a elite do hipismo mundial entre 12 a 14 de julho de 2012, no Hipódromo Manuel Possolo, em Cascais, pelo sétimo ano consecutivo, distribuindo nessa edição o maior 'prize money' atribuído alguma vez em Portugal em provas de hipismo.

⁴⁰ De 6 a 14 de agosto de 2012, a Marina de Cascais e o CNC - Clube Naval de Cascais vão receber a primeira série de regatas do novo modelo de competição adotado pela organização internacional da **America's Cup**, a mais antiga e prestigiada competição desportiva mundial.

Relativamente ao **aproveitamento de recursos naturais do ponto de vista energético** na

Figura 25, pode-se verificar, essencialmente ao nível do solar e eólico, que a potência instalada por cada 1000 habitantes em Cascais é ligeiramente inferior à média do País. No entanto, apesar de não existirem dados disponíveis, o Relatório de *Enquadramento da Estratégia de Sustentabilidade de Cascais* (sem data), refere uma tendência de crescimento neste indicador.

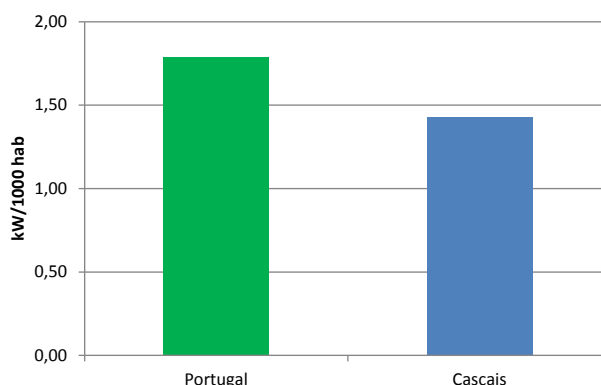


Figura 25 – Potência instalada por cada 1000 habitantes.
 Fonte: DGEG, 2010 em Enquadramento da Estratégia de Sustentabilidade de Cascais, sem data.

Por falta de dados não foi possível analisar os indicadores “Potencial de energia renovável”, “Produtos turísticos baseados em recursos naturais”, “Evolução da procura das atividades de recreio e lazer, e.g. surf” e “Contribuição das atividades económicas marítimas para a economia Concelhia”.

Competitividade na AML

A **competitividade territorial** de Cascais assenta num conjunto de características endógenas, ou ativos, que permitem o sucesso económico do concelho, proporcionando um aumento da atividade produtiva, do emprego e dos padrões de vida das populações residentes. Os ativos para a competitividade podem ser agrupados em quatro grandes grupos: económicos, ambientais, sociais e políticos. Desde 2002 até 2009, excluindo o ano de 2004, o concelho de Cascais apresentou um **valor per capita de poder de compra** superior à média da Grande Lisboa (Figura 26).

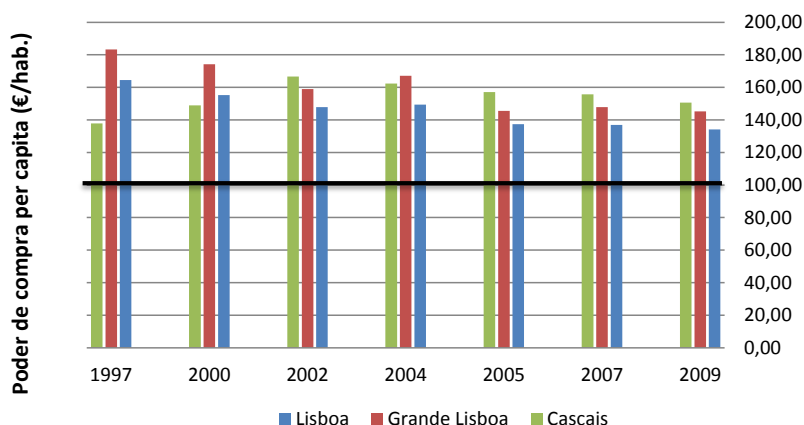


Figura 26 – Poder de compra *per capita* por Localização geográfica.

Fonte: Bional⁴¹ INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio.

Em termos de **disparidade no ganho médio mensal por setor de atividade**, em 2009 (INE) esse valor era de 1,0% para o concelho de Cascais, significativamente inferior ao valor observado em 2005 – 5,1%. Para ambos os anos o valor no concelho de Cascais é inferior ao verificado para a zona da Grande Lisboa, o que representa uma situação positiva face ao contexto regional, constituindo-se como um fator de competitividade e consequente atratividade territorial de Cascais no contexto regional, o que conjuntamente com o elevado poder de compra *per capita* registado contribui para o reforço da atratividade territorial.

A competitividade territorial de Cascais relativamente aos concelhos vizinhos pode ser analisada igualmente à luz da **variação do número de empresas existentes** no período 2000-2009. Verifica-se que o concelho de Cascais apresenta uma tendência de crescimento relativamente constante, tendo passado de cerca de 21 mil empresas em 2000, para cerca de 26 500 empresas em 2009, o que representa um acréscimo positivo de 27%, valor muito superior aos 7% registados para a Grande Lisboa e à variação negativa de 5% registada para Portugal no mesmo período (INE, elaboração própria).

No que diz respeito aos **incentivos à fixação de empresas** a CMC tem vindo a desenvolver um conjunto de medidas de aposta na economia como instrumento abrangente, envolvendo todos os setores da sociedade e promovendo um desenvolvimento equitativo do concelho. Estas medidas encontram-se agrupadas em três áreas de atuação: Atividades Económicas; Empreendedorismo e Emprego e Formação. No que diz respeito à primeira área importa destacar que Cascais ocupa o 4º lugar a nível nacional em termos de riqueza concelhia e igualmente o 4º lugar no ranking de concelhos com maior número de empresas (CMC, 2012⁴²). Considerando as características naturais do concelho, a CMC elegeu o turismo, a atividade pesqueira e o comércio local como as potencialmente mais dinamizadoras da economia de Cascais. A CMC tem vindo a implementar neste contexto medidas com vista à implementação de uma plataforma de informação, pesquisa e interação com os agentes económicos, investidores e munícipes em geral, bem como a promoção e fácil acesso à informação, pelo empresário/investidor de forma a aproximar a sua ideia de investimento/negócio dos requisitos legais necessários para viabilização do seu projeto. Com ligação conexas ao incentivo à fixação de empresas no concelho, regista-se a existência de um conjunto de mecanismos potenciadores dessa fixação, que passam, por exemplo, pela disponibilização no sítio de internet da CMC de um conjunto de informação destinada a apoiar a elaboração de planos de negócio e de um sumário executivo para investidores⁴³.

Atração de empresas de elevado perfil

Cascais encontra-se inserido na AML, área correspondente a apenas 3% do território nacional mas que concentra 28% da população e é responsável por 37% do PIB nacional. O setor terciário domina em Cascais com 82% das empresas, tendo o setor secundário uma expressão

⁴¹ A partir do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2005 (INE, 2007) o período de referência dos dados encontra-se associado ao momento de referência da informação de base mais atual utilizada.

⁴² Informação acedida via <http://www.cm-cascais.pt/area/atividades-economicas> em 22 de junho de 2012.

⁴³ http://www.cmcascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/brochura_inv_miolo_portp_24.10.11.pdf

mais reduzida (17%) e o setor primário uma presença residual no concelho. No que diz respeito ao setor terciário verifica-se que o comércio por grosso e a retalho (29%) e o alojamento, restauração e similares (13%), logo seguido pelas atividades imobiliárias (11%) são as atividades predominantes no concelho. No setor primário, 60 % das atividades estão ligadas à agricultura, produção animal, caça, pesca, floresta e pesca e 40% à indústria extrativa (CMC, Resultados Preliminares Censos 2011). Cascais revela um tecido empresarial dominado por empresas de pequena dimensão⁴⁴, no entanto, há a referir que o concelho de Cascais possui empresas que, pela aposta na inovação e em serviço de qualidade, são um caso de referência tanto a nível nacional como internacional. É também em Cascais que podemos encontrar alguns dos maiores grupos internacionais que escolheram o concelho para acolher a sua sede, provavelmente pela sua proximidade à capital nacional, mas à decisão não deverá ser alheio o facto de existirem no concelho um conjunto de equipamentos, grande parte de origem privada, que permitem aos seus habitantes uma maior qualidade de vida (SaeR, 2011).

No que diz respeito ao **peso dos setores e serviços internacionalizáveis** no total da economia concelhia verifica-se que, no período 2000-2007, em treze subsectores da Indústria Transformadora sete mostraram uma variação negativa do número de empresas, o que pode permitir indiciar uma perda de capacidade produtiva deste tipo de bens e serviços na economia concelhia. Embora na totalidade do tecido industrial se tenha assistido a um ligeiro aumento do número de estabelecimentos, este acréscimo refletiu-se principalmente na indústria têxtil e na indústria de pasta, papel e cartão e seus artigos (CMC, 2011). De registar igualmente o grau de concentração elevado do volume de negócios no concelho, no período 2006-2009 nas 4 maiores empresas do concelho, apresentando Cascais, no contexto de Portugal e da Grande Lisboa um indicador de concentração muito elevado (17,6%) quase o dobro da NUTIII onde se insere e mais do triplo do País, comportamento que se repete quando observamos o grau de concentração do VAB pelas 4 maiores empresas do concelho (INE, 2006 a 2009). De registar igualmente que nos períodos disponíveis para estes dois indicadores, a tendência de concentração foi crescente o que por um lado é consistente com a diminuição do número de empresas por setor de atividade referido atrás e noutra perspetiva indicia uma perda de diversidade do tecido económico concelhio, vindo reforçar o processo de terciarização da economia concelhia verificado, com reflexos negativos na produção de bens transacionáveis.

Se analisarmos as exportações no período 2000-2010 (Figura 27) verificamos que Cascais tem registado um comportamento relativamente estável do seu **volume de exportações**, tendo-se assistido a uma diminuição deste indicador a partir de 2007, diminuição essa que acompanha o registado na Grande Lisboa mas que se encontra em contraciclo com as subidas nas exportações registadas nos concelhos vizinhos de Sintra e Oeiras.

⁴⁴ O perfil das empresas com pessoal ao serviço no concelho de Cascais, em 2009, por escalão de volume de vendas, revela que 22,5% das empresas tem uma faturação anual inferior a 50 000 € (menos que 137 € diários) e que mais de metade (52,8%) não ultrapassa 150 000 € (408 € diários) (SaeR, 2011).

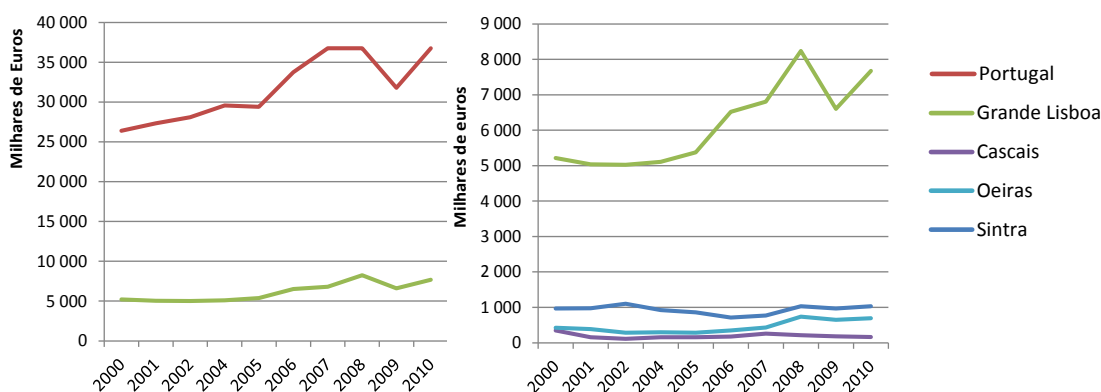


Figura 27 – Comércio internacional declarado por concelho de Sede dos Operadores.

Nota: Unidades: Milhares de euros. Valores para 2003 não disponíveis., Os valores apresentados resultam do somatório das exportações intracomunitárias com as exportações extracomunitárias. Fonte: elaboração própria com base em INE.

Apesar do comportamento do concelho em matéria de exportações, com o comércio externo a decair no período 2000/2009 e da sua reduzida importância no contexto regional, têm sido levado a cabo de várias formas o **aproveitamento estratégico das condições naturais e do capital humano do concelho**, pela DNA Cascais através do conceito “Cascais Empreendedor” que tem associado a si um conjunto de iniciativas de incentivo ao empreendedorismo de base local⁴⁵.

Esta estratégia, permitiu nos últimos cinco anos, criar mais de 140 empresas com o apoio da agência municipal de empreendedorismo, representando um investimento de 16 milhões de euros, a criação de 450 postos imediatos de trabalho e a criação futura total de 700 postos de trabalho até 2015, com um aumento do investimento para 23,1 milhões de euros (CMC, 2012). Apesar do trabalho meritório da DNA Cascais e da CMC em geral em matéria de atração de investimento e de criações propiciadoras à retenção e criação de valor no concelho, ao olharmos para a **intensidade tecnológica da economia** concelhia expressa em três indicadores chave (Proporção de emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento; proporção de emprego total em atividades TIC e proporção de emprego da indústria transformadora em indústrias de média e alta tecnologia, (Quadro 35, Quadro 36 e Quadro 37, respetivamente), verificamos que o concelho se encontra relativamente ao primeiro indicador mencionado abaixo da Grande Lisboa e do País, verificando-se o mesmo em relação à Grande Lisboa para o emprego em TIC (sendo que neste caso a situação do concelho é mais favorável que a do País). De salientar, contudo, a posição bastante favorável de Cascais relativamente aos concelhos vizinhos, região e País no que se refere ao peso do emprego em indústrias de média e alta tecnologia.

⁴⁵ Formação em empreendedorismo; concursos e bancos de ideias de negócio; incentivos ao empreendedorismo social; ninhos de empresas; Clínicas Empresariais; Interim Management; Business Angels; Soluções de Financiamento; Promoção do acesso a Capital de risco.

Quadro 35 – Emprego em serviços intensivos em conhecimento no setor dos serviços no período 2002-2005.

Fonte: INE, dados disponíveis apenas para o período apresentado.

Proporção de emprego dos serviços intensivos em conhecimento (%)	2002	2003	2004	2005
Portugal	38	38	40	41
Grande Lisboa	49	48	51	52
Cascais	32	32	32	33
Oeiras	49	45	47	46
Sintra	29	29	30	40

Quadro 36 – Emprego total em atividades TIC no período 2002-2005.

Fonte: INE, dados disponíveis apenas para o período apresentado.

Proporção de emprego total em atividades TIC (%)	2002	2003	2004	2005
Portugal	3,4	3,3	3,3	3,1
Grande Lisboa	6,2	5,9	5,6	5,3
Cascais	4,1	4,3	4,3	3,8
Oeiras	12,5	11,9	11,5	11,2
Sintra	3,2	3,0	3,5	3,4

Quadro 37 - Emprego da indústria transformadora em indústrias de média e alta tecnologia no período 2002-2005.

Fonte: INE, dados disponíveis apenas para o período apresentado.

Proporção de emprego da indústria transformadora em indústrias de média e alta tecnologia (%)	2002	2003	2004	2005
Portugal	17	17	17	18
Grande Lisboa	30	32	32	33
Cascais	44	43	40	37
Oeiras	33	25	23	28
Sintra	39	39	27	30

Outro dos fatores determinantes na criação de condições potenciadoras da fixação de empresas de elevado perfil são os chamados **custos de contexto**⁴⁶ reduzidos, o que no caso de Cascais, como da generalidade dos concelhos do País, encontra-se dependente de fatores externos ao próprio concelho, relacionados com a eficácia da Administração do Estado, no que diz respeito ao assegurar da existência de infraestruturas de telecomunicações apropriadas, acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e aéreas e a áreas como a do licenciamento de atividades, Justiça e existência de serviços de apoio às empresas. Se no que diz respeito aos quatro primeiros fatores, o concelho caracteriza-se por possuir níveis elevados de cobertura por infraestruturas de telecomunicações e excelentes acessibilidades, já no que se refere à Justiça a situação já não se afigura tão positiva. Verifica-se, de facto, que a duração média dos

⁴⁶ “Custos de contexto” - ações ou omissões que prejudicam a atividade das empresas e que não são imputáveis ao investidor, ao seu negócio ou à sua organização. Podem ser enquadrados como tendo origem ou resultando de atos desproporcionados, ou não razoáveis da Administração Pública, de práticas ou opções políticas anti - competitivas e até de condições decorrentes do estágio de desenvolvimento da economia portuguesa.”. Fonte: AICEP, consultada em 9 de julho de 2012 em <http://www.portugalglobal.pt/PT/InvestirPortugal/servicosapoioaoinvestidor/custosdecontexto/Paginas/CustosdeContexto.aspx>

processos cíveis na Comarca de Cascais ronda os 24 meses em 2010 (Figura 28), valor abaixo da duração média para a Grande Lisboa (42 meses) e do valor do País para este indicador (29 meses)⁴⁷ (INE, 2011). Apesar do quadro aparentemente favorável do concelho no contexto da região e do País, a duração média dos processos cíveis ainda se mantém muito elevada, podendo configurar um fator de desincentivo ao investimento no concelho.

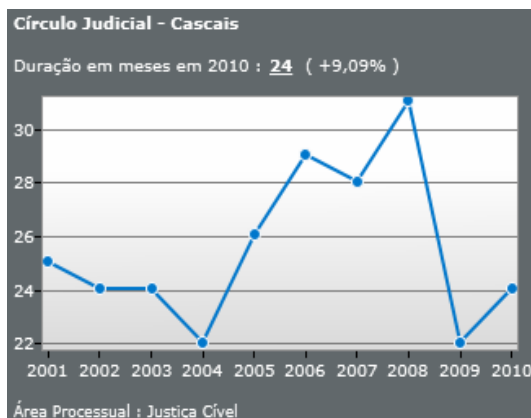


Figura 28 – Duração em meses dos processos judiciais cíveis entre 2001 e 2010, na Comarca de Cascais.

Fonte: Direção Geral da Política de Justiça, SIG online consultado em <http://www.sig.dgpj.mj.pt/SIEJSIG/SIEJSig.aspx>, em 10 de julho de 2012.

No plano interno, a CMC tem ainda alguns instrumentos ao seu alcance de modo a poder intervir na diminuição dos **custos de contexto** do município, nomeadamente em matéria de fiscalidade e licenciamento de atividades, o que poderá igualmente comportar reflexos positivos no reforço da competitividade territorial do concelho. No que diz respeito à fiscalidade a CMC deliberou para 2012 uma taxa de derrama de 1,50%⁴⁸, valor igual à totalidade dos concelhos do Distrito de Lisboa, tendo no entanto definido a possibilidade de existência de uma taxa reduzida, que se fixa em 0,75%, valor mais baixo do Distrito e apenas igualado por Lisboa), existindo igualmente a possibilidade de isenção por parte das empresas sendo que no caso do concelho, o âmbito da isenção reside no não pagamento da derrama por um período de dois anos, para as empresas que se fixem no concelho em 2012, desde que criem e mantenham mais de 5 postos de trabalho.

Atração de população jovem qualificada

O concelho apresentou entre 2003 e 2008 uma variação positiva de 15,5% no **número de Trabalhadores por conta de outrem (TCO)** (SaeR, 2011), de 32 042 em 2003 para 37 013 em 2008.

No que se refere a **habilitações por nível de ensino** verifica-se que as taxas brutas de escolarização⁴⁹ para os vários níveis de ensino (pré-escolar, básico, secundário) se situam na

⁴⁷ Fonte: INE, Duração média dos processos findos (Meses) nos tribunais judiciais de 1ª instância por Localização geográfica (NUTS - 2001) e Tipo de processo; Anual - Direção-Geral da Política de Justiça, dados atualizados a 15 de dezembro de 2011. Informação extraída do INE em 18 de maio de 2012.

⁴⁸ Autoridade Tributária e Aduaneira, Ofício circulado nº 20.158/2012-02-03 da Direção de Serviços do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

⁴⁹ Taxa bruta de escolarização - Proporção da população residente que está a frequentar um grau de ensino, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino.

generalidade dos casos acima dos valores para a Grande Lisboa, Região de Lisboa e País, excetuando o caso da taxa de escolarização para o ensino superior, em que, apesar de se ter verificado uma tendência positiva de crescimento no período 2003-2009, de 8% no ano letivo 2003/2004 para 12,4% no ano letivo 2008/2009, ainda se encontra bastante distante do valor registado em 2008/2009 para a Grande Lisboa (52,4%), Região de Lisboa (43,3%) e País (29,7%). De realçar, numa ótica positiva, os valores observados de 79,3% no pré-escolar (72,9% para a Grande Lisboa e 68,9% para a Região de Lisboa), valor em linha com a taxa para o País que se situou em 79,8% (INE e Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, 2011).

No que se refere ao **emprego** verifica-se que a maioria da população empregada se encontra no setor terciário, tendo a situação em termos de distribuição sectorial genericamente se mantido entre 1991 e 2001 (Figura 29).

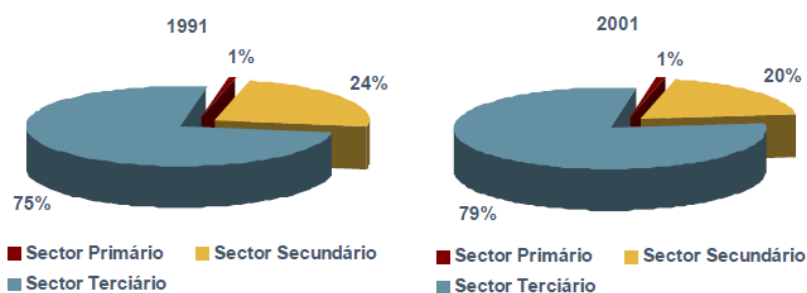


Figura 29 – Evolução da População Empregada do concelho de Cascais de 1991 a 2001 por Setor de Atividade (%).
 Fonte: INE, Censos 1991 e 2001; CM Cascais Gabinete de Estatística.

Ao olharmos para o indicador ganhos mensais salariais e nominais dos TCO na Grande Lisboa, como indicador de **atratividade de população qualificada**, estes cresceram de modo modesto no período 2002/2008 e aquém da média nacional, registando-se, uma tendência para uma certa homogeneização. Apesar de um ligeiro aumento na comparação com a média nacional, o salário médio de Cascais (€ 1 089 em 2008), situa-se muito abaixo do registado em Oeiras (€ 1 667) e Lisboa, onde os residentes com maiores qualificações tenderão a trabalhar (SaeR, 2011).

No que diz respeito ao **perfil de qualificações por setor de atividade segundo a dimensão da empresa**, o setor terciário mantém a dominância também na população empregada por setor de atividade, sendo que simultaneamente assistiu-se a uma significativa alteração na estrutura da qualificação da população residente empregada, com destaque para o aumento dos empregados nos grupos profissionais associados ao setor terciário, comércio e serviços.

Porém, dos diversos grupos profissionais representados, os especialistas das profissões intelectuais e científicas e os quadros superiores de administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas, foram os dois grupos que registaram o maior crescimento efetivo (Figura 30, CMC, 2011).

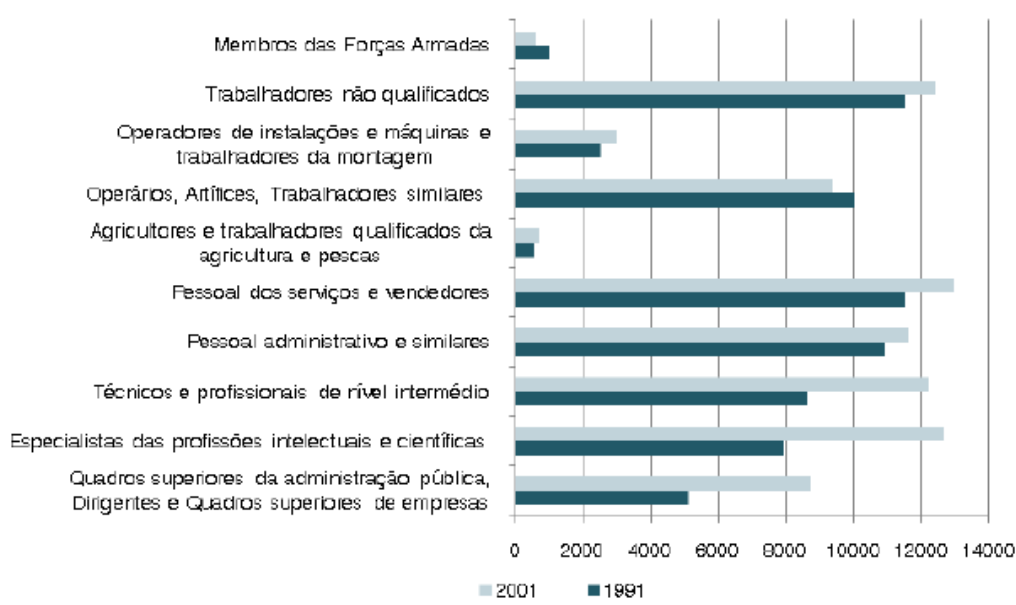


Figura 30 – Evolução da população empregada entre 1991 e 2001, por Grupos Profissionais.
 Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.

O acentuado crescimento dos dois grupos profissionais já destacados está refletido na **evolução do grau de escolaridade** de 1991 a 2001, uma vez que se assistiu a um evidente aumento, de 4,4%, da população com cursos médios e cursos superiores, que perfez 17,8% do total da população em 2001. Nos restantes graus de ensino também foi observado um aumento significativo nomeadamente no 2º e 3º ciclo de ensino básico, em que em 2001 estes representavam 29,1% da população residente.

Já relativamente aos graus de ensino (Figura 31) “sem qualquer nível de instrução” e “1º ciclo de ensino básico”, apesar de se assistir a uma crescimento efetivo em qualquer destes dois níveis, de 1991 a 2001, houve um decréscimo do valor de representatividade na população, isto é se em 1991 o primeiro grupo sem qualquer instrução representava 12,8% da população residente, em 2001 representava 11,7% e se em 1991 o 1º ciclo de ensino básico representava 30,17% da população, em 2001 este valor correspondeu a 22,4% da população residente no concelho de Cascais (CMC, 2011).

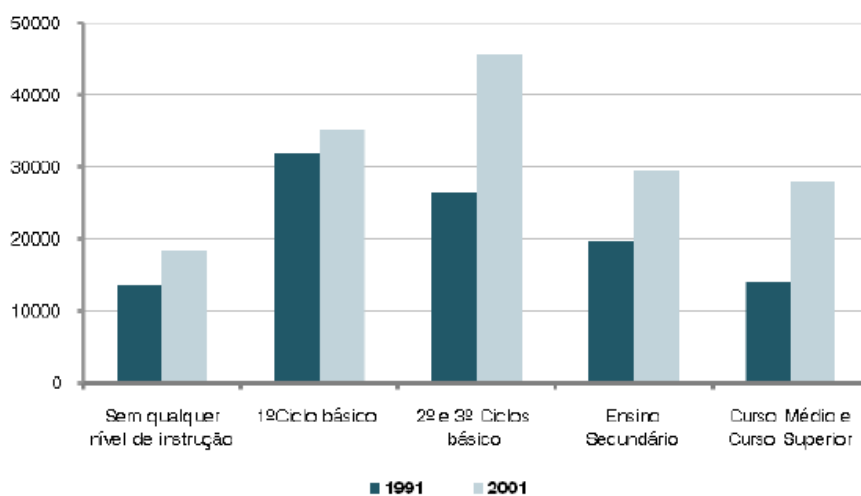


Figura 31 – Evolução do grau de escolaridade da população residente no concelho de Case Cascais.
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.

ANEXO II - Entidades Relevantes para Consulta

Entidades relevantes definidas pelo Decreto – Lei nº 232/2007 de 15 de junho

[Consulta prevista no artigo 7º do DL 232/2007]

Agência Portuguesa do Ambiente

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.

Instituto da Água, I.P.

Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.

Municípios de Sintra e Oeiras

Outras entidades recomendadas

Águas de Cascais

Área Metropolitana de Lisboa

Área Regional de Turismo de Lisboa

Associações de Ação Social do Concelho de Cascais

Associações de Moradores do Concelho de Cascais

Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Direção Geral de Energia e Geologia

Direção Geral dos Serviços Prisionais

Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo

EDP – Energias de Portugal, S.A.

Empresa Ambiente de Cascais, E.M.

Entidades integradas na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Cascais

Guarda Nacional Republicana

Instituto do Desporto de Portugal, I. P.

Instituto Geográfico Português

Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P

Operadores de Transportes

Organizações Não Governamentais de Ambiente (Olho Vivo, Quercus, LPN e Geota)

Rede Elétrica Nacional, S.A.

Tratolixo – Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM, S.A.

ANEXO III – Orientações e metas relevantes do QRE

FCD #1 Requalificação Territorial e Mobilidade	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas Relevantes
<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar recursos paisagísticos e patrimónios singulares, vencer obstáculos à mobilidade e tornar mais eficiente a gestão do espaço público, e desenvolver estruturas de gestão ecológicas dos recursos naturais e paisagens da região através do seu uso racional, despistagem de alternativas amigas do ambiente e qualidade e eficácia (QREN) • Promover a conservação, recuperação e valorização da biodiversidade, dos recursos e do património natural, paisagístico, cultural e geológico, designadamente ao nível das áreas pertencentes à Rede Fundamental de Conservação da Natureza e com especial atenção para os valores naturais de interesse comunitário ou que se encontram ameaçados, assegurando a manutenção dos processos ecológicos essenciais ao funcionamento dos sistemas ecológicos e à sua conectividade (ENDS, ENCNB, PNPOT, PSRN2000, POPNSC, ENGIZC, POEM) • Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território, com vista a garantir a conservação, a médio e a longo prazo, dos valores naturais desse território (PSRN2000) • Proteger e valorizar os recursos naturais e as paisagens, partindo da promoção da coerência na aplicação dos diversos instrumentos de política de conservação e biodiversidade, como forma de apoiar a manutenção dos sistemas agro-florestais em todas as áreas classificadas da Rede Natura e articular o sistema de “espaços abertos” de natureza ambiental e paisagística com o sistema urbano e as redes de infraestruturas, não esquecendo a integração dos custos de sustentabilidade e de modos de produção sustentáveis (PNPOT, PECAC) • Implementar a Rede Ecológica Metropolitana e garantir uma gestão integrada dos corredores ecológicos (PNPOT) • Recuperar e preservar o património natural efetivado zonas tampão que protejam os valores paisagísticos e culturais e promovendo atividades de educação cultural e o desenvolvimento rural, levando a efeito ações de estímulos e valorização das atividades económicas que garantam a evolução equilibrada das paisagens e da vida da comunidade (PNPOT, POPNSC) • Acautelar os impactes sobre os valores naturais pela muita elevada pressão turística, urbanística e de recreio, partindo de um correto ordenamento do território que garanta a diversidade e o mosaico da paisagem e um adequado maneiio das atividades, agrícolas, silvícolas e pastoris, não esquecendo a estruturação de nucleações que contrariem a tendência para a urbanização contínua ao longo da faixa litoral (PSRN2000, PNPOT, PROT-AML) • Estimular o surgimento de redes de valorização, conservação e proteção do património histórico, cultural (material e imaterial) e natural, nomeadamente através de medidas que os integrem na gestão do planeamento territorial regional e municipal, numa perspetiva de coesão territorial e reforço da identidade regional (ENCNB) 	<p>ENDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Conferir maior visibilidade às áreas classificadas e aos seus valores naturais <p>PNAC:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Área de nova floresta em 2010, relativamente a 31/12/1989: 492 mil hectares

- Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção especial integrados no processo da Rede Natura 2000 **(ENCNB)**
- Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrado neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas **(ENCNB)**
- Promover a adoção de modelos de silvicultura com vista a uma maior valorização dos espaços florestais no âmbito de uma gestão ambiental profissional, estabilizando-os e recuperando os espaços florestais degradados com vista à sua valorização em termos económicos e ecológicos, nomeadamente como fator de fixação de populações e atividades, melhorando a competitividade do setor florestal, aumentando o valor económico direto e indireto da floresta, fomentando a procura de novos mercados para os produtos florestais **(ENDS, ENF, PROF-AML)**
- Reconhecer e divulgar a importância da riqueza ambiental e paisagística da AML e dos espaços que a rodeiam para a qualidade de vida dos seus habitantes e para a sua diferenciação competitiva, com especial destaque para os valores naturais e socioculturais presentes na Reserva Natural do Estuário do Tejo e nas áreas Rede Natura 2000, sensibilizando o público para a necessidade da sua proteção, especialmente entre os agentes económicos e sociais e as populações residentes na região, bem como da sua participação na gestão dos valores naturais em presença e no desenvolvimento sustentável da região **(PROT-AML)**
- Garantir a preservação e valorização natural, cultural e paisagística e a integração harmoniosa das atividades humanas com a natureza e controlar a transformação da paisagem e do parcelamento agro-florestal **(PROT-AML)**
- Enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, com vista a promover simultaneamente o desenvolvimento económico e a melhoria da qualidade de vida das populações residentes, de forma sustentada **(POPNSC)**
- Definir modelos e regras de ocupação do território, bem como assegurar a integração da construção na paisagem, por forma a garantir a salvaguarda, a defesa e a qualidade dos recursos naturais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável **(POPNSC)**
- Assegurar a participação ativa na gestão do Parque Natural de Sintra-Cascais (PNSC) de todas as entidades públicas e privadas, em estreita colaboração com as populações residentes, e estabelecer regras de utilização do território que garantam a boa qualidade ambiental e paisagística da zona de intervenção do PNSC **(POPNSC)**
- Integração dinâmica da região no contexto internacional, ibérico e nacional, através da articulação e reforço de infraestruturas (viárias, rodoviárias, portuárias, aeroportuárias), de acessibilidades alargadas e qualificadas, incluindo o alargamento das capacidades logísticas e funcionais, conquistando um lugar mais proeminente na rede europeia de cidades **(Estratégia Regional de Lisboa 2020)**
- Promover a eficiência e sustentabilidade ambiental que pretende desenvolver estruturas de gestão ecológica dos recursos naturais e paisagens da região através do seu uso racional, da despistagem de alternativas amigas do ambiente, garantindo, simultaneamente, qualidade e eficácia **(Estratégia Regional de Lisboa 2020)**
- Promover a requalificação e revitalização do território, do património habitacional e patrimonial, assegurando a coerência

<p>territorial, controlando o uso extensivo do solo, apoiando uma renovação de funções e formas de apropriação da terra e, sobretudo, conjugando tradição e modernidade no uso da cidade. Incluem-se, neste princípio, o apetrechamento e modernização de “infraestruturas” avançadas de investigação, apoio à produção e exportação, desenvolvimento de tecnologias de informação, comunicação e reforço das redes imateriais, etc. (Estratégia Regional de Lisboa 2020)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma rede urbana densa, qualificada e articulada, contendo a dispersão urbana, apostando em políticas de regeneração urbana e ao mesmo tempo promover a estruturação de uma rede urbana polinucleada, ultrapassando a dualidade litoral / interior, reduzindo as assimetrias territoriais (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) • Promover a requalificação de áreas públicas descaracterizadas e o reforço qualificado das funções urbanas. Realizar o ordenamento da rede de equipamentos de utilização coletiva (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) • Salvaguarda da estrutura ecológica do território e preservação da diversidade biológica terrestre e marinha (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a governança, qualidade e segurança do sector dos transportes, compatibilizando a mobilidade urbana com uma elevada qualidade de vida e fomentar a transferência modal e uma adequada intermodalidade que tire partido de melhores desempenhos ambientais dos transportes, em particular do transporte ferroviário, para o qual deve ser consolidado um plano para a rede convencional, eliminando os estrangulamentos à circulação de comboios de passageiros e de mercadorias e articulando as soluções ferroviárias de alta velocidade (PET, PNPOT, PMQARLVT, PROT-AML, PNAC) • Promover a requalificação urbana da área intersticial entre os concelhos de Sintra e Cascais através do reordenamento dos espaços industriais dispersos, da melhoria da conectividade às Aglomerações Urbanas dos eixos de Sintra e de Cascais, como a ligação Cascais-Alcabideche-Sintra, da garantia de espaços para equipamentos e infraestruturas (PROT-AML) • Aprofundar a estruturação policêntrica apoiada numa melhor articulação do sistema ferroviário com as ligações de transporte público em sítio próprio, nomeadamente através do funcionamento de três novas ligações diretas em comboio entre polos secundários da AML (e.g. Cascais-Alverca) (PROT-AML) • Assegurar a concretização dos investimentos previstos, designadamente o fecho do anel ferroviário metropolitano e a modernização da Linha de Cascais, com a sua ligação direta à Linha de Cintura (PROT-AML) • Estabelecimento de acordos com Municípios, Associações de Municípios ou Áreas Metropolitanas, e colaboração com entidades governamentais que tenham a seu cargo o ordenamento do território, com fim de financiamento de infraestruturas de transportes e de endogeneizar a preocupação da mobilidade sustentável e seus objetivos nos instrumentos de gestão do território (PET) • Explorar os serviços de transporte, assegurando a prestação dos serviços mínimos que garantam a coesão e a equidade dentro do território nacional (PET) • Desenvolver sistemas de transporte público com uma oferta flexível, estabelecendo tarifas que não poderão ser inibidoras do 	<p>Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário</p> <p>(Metas para 2015):</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Densidade de rede [m/1000hab.]: 418 (+54%) ✓ População residente em Portugal que pode efetuar deslocações por modo ferroviário entre os principais centros urbanos nacionais, com um tempo global de viagem menor ou igual a 2 horas: 60%; menor ou igual a 3 horas: 90% <p>PET:</p> <p>Metas para a repartição modal em 2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Caminho-de-ferro 6,5%; ✓ Bus 14,1%; ✓ Metro 1,8 %; ✓ Carro 77,6 %. <p>ENDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Travagem, no prazo máximo de cinco anos, no crescimento do consumo dos atuais combustíveis derivados do petróleo; aumento, até 2010, de +5%

<p>uso do transporte público pelas camadas da população menos desfavorecidas, capazes de responder à diversidade da procura nas áreas de mais baixa densidade populacional, nomeadamente pela criação de alternativas de transporte público onde estes não existam ou pela melhoria da acessibilidade e mobilidade das populações mais isolada (PET)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção das condições para uma diminuição dos acidentes em geral e dos rodoviários em especial e de segurança física de pessoas e bens no sistema de transporte público (PET) • No planeamento das infraestruturas e sistemas de transportes justificar os investimentos segundo critérios de acordo com a análise económica e social de alternativas (custo-benefício), privilegiando a otimização do rendimento social com minimização dos custos económicos, ambientais e energéticos, adotando uma visão integrada e integradora dos diferentes meios e modos de transporte e colocando especial enfoque numa perspetiva sistémica do planeamento e gestão do sistema de transportes (PET) • O sistema de transporte público de passageiros deverá promover a densificação das redes, disponibilizando combinações múltiplas de modos de transporte e dando especial atenção à articulação modal e intermodal através da integração física e de serviços (Infraestrutura e equipamentos de transporte, horários, sistemas tarifários e de bilheteira e informação ao público) (PET) • Promoção de “modos suaves” de mobilidade como as deslocações a pé e em bicicleta, como representação de alternativas eficientes, seguras e fiáveis de transporte urbano, através da criação e promoção do uso de redes cicláveis e do desenvolvimento de uma rede de circuitos pedonais e de transportes urbanos em condições de segurança e conforto que incluam vias específicas por modo de transporte (ciclovias e faixas ‘Bus’), organizando também o estacionamento gratuito ou com tarifação reduzida junto a interfaces de TC, em articulação com deslocação pedonal e criação de locais adequados de articulação modal, bem como propondo medidas urbanísticas que diminuam os pontos de conflito e de congestionamento viário de modo a diminuir o número e a gravidade dos acidentes viários (PET, PMQARLVT) • Promoção do desenvolvimento de estratégias de introdução de planos de deslocações escolares e/ou <i>pedibus</i> (PMQARLVT) • Melhoria da articulação entre os diferentes modos de transporte, promovendo a intermodalidade, particularmente com o transporte ferroviário, e a transferência modal, de forma a aumentar a utilização dos TC em detrimento do transporte individual (TI) (globalmente 5% dos pkm), através da oferta de novos modos de transporte, melhoria das condições de circulação com a criação de Vias de Alta Ocupação, conjugadas com corredores BUS e circulação de veículos elétricos (VAO+BUS+E) e das condições de interface entre os diversos modos de TC (PNAC, PROT-AML, PMQARLVT) • Aumento da eficiência energética no transporte por via da renovação de equipamentos e da introdução de medidas de melhoria da eficiência nos transportes rodoviários, ferroviários e fluviais, bem como estimular a utilização de meios de transporte energeticamente mais eficientes, como os transportes coletivos em detrimento do transporte individual (PNAEE, PMQARLVT) • Melhorar a sustentabilidade e as condições de mobilidade urbana e metropolitana de forma a garantir ganhos na produtividade total dos fatores (QREN) 	<p>nos passageiros*km transportados no território nacional</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Diminuir a intensidade do PIB em consumo de energia e de recursos naturais através do aumento da eficiência do sistema produtivo, dos transportes e da aposta em energias renováveis <p>PNAEE:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 20% da semaforização de trânsito com iluminação eficiente (LED) ✓ Reduzir em mais de 20% as emissões médias de CO2 dos veículos novos vendidos anualmente ✓ Criação de planos de mobilidade urbana para as capitais de distrito e centros empresariais com mais de 500 trabalhadores ✓ Transferência modal de 5% do transporte individual para coletivo ✓ Reduzir em 20% o parque de veículos com mais de 10 anos ✓ 20% do comércio internacional de mercadorias transferido do modo rodoviário para marítimo <p>PROT-AML:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Redução em 10% no tempo de deslocação entre polos secundários da AML em TC <p>PMQARLVT (metas para 2005-2012):</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Introdução e/ou extensão de infraestruturas de Transporte Coletivo Ferroviário e/ou Rodoviário (corredores BUS, p.e.) para aumentar a velocidade média de circulação dos TCR, dos atuais 14,9 km/h para 25 km/h.
---	--

<ul style="list-style-type: none"> • Ordenar o território em articulação estreita com um plano de mobilidade e transportes à escala da AML, de modo a potenciar novas centralidades, combater o crescimento urbano extensivo, reduzir a dependência do transporte individual e promover a mobilidade sustentável (PNPOT) • Promover os estudos e projetos necessários à implementação da Nova Travessia do Tejo em Lisboa, prevendo, ainda que com horizontes temporais diversos, as componentes ferroviária e rodoviária do Tejo, e completar as infraestruturas rodoviárias circulares, criando eixos que articulem as nucleações periféricas com maior dinamismo (PNPOT) • Desenvolvimento de soluções tecnológicas de mobilidade e suporte à mobilidade inteligente e à otimização energética, com forte incorporação tecnológica nacional, tendo como base as competências nacionais nas TIC, nas redes inteligentes (<i>smart grids</i>) e no conhecimento sobre as tecnologias associadas à mobilidade elétrica, gerando capacidade de exportação (Agenda Digital 2015) • Nova distribuição do espaço público dando primazia ao peão, aumento do conforto dos espaços de estada e introdução de “Zonas 30” (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais, PMQARLVT) • Promover a melhoria da rede de transportes públicos, a criação de rede pedonal e ciclável e ao mesmo tempo promover a intermodalidade (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais, PMQARLVT) • Promover o desenvolvimento de projetos de <i>carpooling</i> e <i>carsharing</i> (PMQARLVT) • Simplificação do procedimento de concessão do incentivo fiscal ao abate de veículos com reduzido desempenho ambiental e automóveis ligeiros em fim de vida (PMQARLVT) • Introdução de critérios ambientais na reformulação do modelo de gestão e regime jurídico do Parque de Veículos do Estado, aquisição de veículos movidos a combustíveis alternativos (através da recolha e aproveitamento de óleos alimentares para produção e consumo de biodiesel) e instalação de sistemas de “fim-de-linha” em frotas cativas (PMQARLVT) • Apoio à renovação de frota de veículos pesados de passageiros e incentivo à instalação de filtros de partículas em veículos pesados de mercadorias, apoiando ao abate de veículos pesados de mercadorias (PMQARLVT) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que as cidades da região de Lisboa se assumem como territórios de qualidade ambiental e bem-estar, promovendo formas sustentáveis de uso dos recursos, desenho urbano, edificação, mobilidade e paisagem (QREN) • Articular e reforçar infraestruturas, e acessibilidades alargadas e qualificadas, incluindo o alargamento das capacidades logísticas e funcionais (QREN) • Reforçar e consolidar os subsistemas urbanos regionais, mitigando a dicotomia litoral / interior, no sentido da estruturação de uma rede urbana polinucleada que integre soluções de carácter plurimunicipal no âmbito das infraestruturas de drenagem e tratamento de residuais e reforce complementaridades e sinergias nas redes de equipamentos para as áreas da saúde, educação cultura, desporto e lazer (ENDS) • Promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico, contrariando a construção dispersa e a urbanização difusa e incentivando o reforço de centralidades intraurbanas, no sentido de inverter a tendência de crescimento urbano 	<p>ENDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Todo o território nacional deverá ser abrangido por Planos Regionais de Ordenamento do Território e por Plano Especiais de Ordenamento do Território, em fase efetiva de implementação

<p>extensivo e de baixa qualidade, de forma a valorizar as paisagens e os enquadramentos cénicos enquanto traço da identidade e de qualificação de cada uma das sub-regiões (PNPOT, ENDS)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover o desenvolvimento urbano mais compacto, contrariar a fragmentação da forma urbana e estruturar e qualificar os eixos de expansão (como Lisboa-Cascais) (PNPOT) • Assumir o carácter estratégico da AML para a inserção internacional do País, com tradução em políticas de qualificação das infraestruturas, equipamentos, serviços, espaço público e ambiente (PNPOT) • Promover maior controlo sobre a intensidade, localização e qualidade da edificação na proximidade das áreas costeiras e na beira rio da AML que sejam mais vulneráveis, assim como o aumento de espaços verdes (florestais) e ajardinados dedicados ao recreio e lazer (PROT-AML, PROF-AML, PMQARLVT, PECAC) • Garantir, nos novos processos de urbanização das áreas mais densamente ocupadas de Algés a Cascais, situações de desafogo, redução dos índices urbanísticos e criação de espaço público (PROT-AML) • Acautelar a densificação e alteração das tipologias de ocupação no eixo Algés-Cascais e reforçar a utilização da faixa litoral como fator de qualificação ambiental do espaço urbano, destinado preferencialmente a atividades de turismo e de recreio e lazer (PROT-AML) • Integrar, nos IGT de Cascais, disposições que assegurem que áreas industriais desativadas/ abandonadas de grande dimensão, possuam usos compatíveis com a necessidade de incrementar a fixação de agentes culturais e promover a criação de polos de empresas criativas (PROT-AML) • Promover um desenvolvimento urbano e mobilidade suportados essencialmente nos princípios de compactação, reabilitação, renovação e regeneração urbana, fortalecendo as Aglomerações Urbanas Estruturadoras dos eixos de Vila Franca, de Sintra, de Cascais e de Loures (PROT-AML) • Estruturar os núcleos urbanos, nomeadamente a ocupação no eixo Colares / Magoito, e conter a expansão da edificação dispersa, em especial na zona litoral (PROT-AML) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Promover parcerias para a Regeneração Urbana (QREN) • Incentivar a requalificação urbana, favorecendo a difusão do arrendamento urbano e as operações integradas de recuperação de áreas urbanas degradadas, reabilitando o parque habitacional privado e público em conjunto com o desenvolvimento de programas e o incentivo de ações que melhorem as condições de habitabilidade e promovam a eficiência energética (PNPOT, ENDS, PEH, ENE 2020) • Qualificar os subúrbios, contrariar a segregação espacial urbana e promover a inserção urbana das áreas críticas (PNPOT) • Desenvolver programas integrado de renovação dos espaços industriais abandonados, com soluções que criem novas centralidade e referências no espaço urbano (PNPOT) • Desenvolver, qualificar e organizar em rede os espaços vocacionados para a instalação de atividades baseadas no conhecimento e intensivas em tecnologia (PNPOT) 	<p>PNAEE:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Implementação de um programa de incentivo à reabilitação urbana sustentável, com o objetivo de ter 1 em cada 15 lares com classe energética otimizada (superior ou igual a B-) ✓ Certificação energética de todos os edifícios do Estado ✓ 20% dos edifícios do Estado com classe igual ou superior a B-

<ul style="list-style-type: none"> • Concluir a recuperação das áreas de génese ilegal e a supressão das áreas de barracas e assegurar a resolução das situações de AUGI ainda existentes (PROT-AML) • Evitar a proliferação de construções dispersas no meio rural, impedindo o fracionamento de propriedades e potenciando as ações de emparcelamento (POPNSC, PMDFCI) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Phase-out</i> da iluminação pública ineficiente ENE 2020: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Redução de consumo da energia final em 10% até 2015 e 20% em 2020 ENDS: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover o mercado de arrendamento da habitação através da penalização fiscal dos fogos devolutos ✓ Adotar e implementar, até 2010, uma Estratégia Nacional para as Cidades que coloque em vigor os princípios da Agenda 21 Local, que integre a dimensão da reabilitação urbana em pelo menos 80% dos municípios
<ul style="list-style-type: none"> • Promover o aproveitamento energético da biomassa florestal e agrícola. Divulgação de técnicas e modelos de silvicultura adequados, incluindo nomeadamente os novos sistemas associados à valorização e exploração de biomassa (PNAC, PNPOT) • Reduzir a dependência energética (saldo importador) do País face ao exterior através da utilização sustentável de recursos endógenos para a produção, apostando nas FER e assegurando a garantia da segurança no abastecimento através da diversificação do “mix” energético, de políticas de planeamento do licenciamento urbanístico, de sensibilização e educação de populações e agentes económicos (ENE 2020, PNPOT, PNAC, PMQARLVT) • Melhorar o desempenho energético dos edifícios e a eficiência energética de equipamentos urbanos e domésticos, promovendo mecanismos que visem incentivar a procura de equipamentos ou materiais energeticamente mais eficientes (PNAEE) • Incentivar a mudança dos comportamentos individuais por via da divulgação de informação de carácter geral sobre eficiência energética, bem como através da maior facilidade de acesso a tecnologias de produção de energia renovável por parte de incentivos municipais específicos em conformidade com os incentivos de ordem nacional, como os apoios à microgeração e de aquecimento solar, promovendo a utilização de tecnologias limpas à escala local (PNAEE, PMQARLVT, PECAC) • Promoção da sustentabilidade energética do ponto de vista da eficiência energética (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) 	PNAEE: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Redução de 8% do consumo energético da indústria transformadora ✓ 75 mil lares electroprodutores Estratégia Europa 2020 (Metas Europeias para Portugal): <ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumentar em 20% da eficiência energética PECAC: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Até 2020 menos 16% das emissões de GEE <i>per capita</i> relativamente a 2005 (4.4 ton CO₂e), correspondendo a -5% a -10% dos valores globais das emissões do Concelho (de 811 k ton CO₂e para entre 726 a 768 k ton CO₂e) ✓ Até 2070 atingir valores entre 1.4 e 2.0 ton CO₂e por habitante (i.e. -60% a -70% das emissões de 2005)
<ul style="list-style-type: none"> • Reabilitar e requalificar as condições operacionais dos equipamentos sociais e alargar a rede de equipamentos sociais (PDS) 	PDS Cascais:

<p>Cascais)</p> <ul style="list-style-type: none"> Adequar as escolas às necessidades previstas em termos de adaptação física (PDS Cascais) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Substituir ou ampliar 10% dos equipamentos sinalizados na Carta Social com necessidades de reabilitação ✓ Requalificar 30% dos equipamentos sinalizados na Carta Social ✓ Criar 3 novos lares e aumentar em 120 o n.º de vagas de lar para idosos ✓ Criar 3 novos centros de dia/academias/espços seniores e aumentar em 150 o n.º de vagas para idosos ✓ Criar 25 salas de jardim-de-infância com capacidade total para 625 crianças ✓ Criar 4 unidades residenciais (UVA/UVP) criando 16 vagas para pessoas com deficiência ou doentes ✓ Criar 50 novas vagas em respostas ocupacionais para pessoas com deficiência ou doentes
FCD #2 Coesão e Inclusão	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas Relevantes
<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a responsabilidade pela promoção de estados e estilos de vida saudáveis, promovendo a mudança de cultura, de hábitos de trabalho, e de formas de responsabilização, para o desenvolvimento eficiente, participado e informado do estado de saúde da população (PNAAS, PNS) Promover a identificação dos locais para o uso balnear ou prática de atividades de recreio, desde que não provoquem a degradação das condições ambientais (PBHT) Desenvolver uma rede supramunicipal articulada de equipamentos desportivos e de lazer ativo que atendam às necessidades dos vários grupos etários e sociais (PNPOT) Melhorar as condições de vida em territórios e habitats mais vulneráveis (ENPSIS) Promover o repouso e o recreio ao ar livre, de forma que a área do PNSC seja visitada e apreciada sem que daí advenham riscos de degradação física e biológica para a paisagem e para o ambiente (POPNSC) Desenvolvimento de plataformas inteligentes que otimizem a prestação de cuidados de saúde de proximidade, gerando soluções exportáveis para outros mercados. Assegurar que a informação de saúde do cidadão está disponível, para o próprio 	<p>PSN:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Estratégias de Saúde desenvolvidas pelo MS implementadas em parceria com as autarquias: 30

<p>cidadão e para o profissional de saúde que lhe preste serviços, de forma adequada e segura, no local e no instante em que é necessária (Agenda Digital 2015)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aposta no desporto como aglutinador social e potenciador de hábitos saudáveis (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o nível de saúde nas diferentes fases do ciclo de vida e reduzindo o peso da doença, intervindo ao nível de medidas urbanísticas e dos fatores ambientais a que a população está exposta, através da sensibilização de profissionais e da população em geral, para incrementar a saúde do indivíduo e das comunidades e promovendo a comunicação do risco, nomeadamente através de uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde (PNAAS) • Criar e Desenvolver programas específicos na área da educação para a saúde, autogestão da doença e capacitação dos cuidados informais (PNS) • Reforçar o contributo articulado dos serviços de saúde e dos agentes locais na melhoria da saúde da população, e investir em cuidados de saúde primários através de estratégias de promoção de saúde, considerando uma abordagem centrada na promoção e proteção da saúde, prevenção e tratamento da doença, minimização do risco de doença e consequente necessidade de apoio por respostas sociais (PNS) • Conferir prioridade à construção no curto prazo da nova unidade hospitalar Cascais (PROT-AML) • Apoio humanitário a situações de pobreza extrema, desenvolvido pelo MNE, MSSS e MS (PII 2010-2013) • Desenvolvimento de parcerias para a promoção do acesso dos imigrantes à saúde em Portugal e ao SNS, e institucionalização de procedimentos com vista a uma melhor gestão dos acordos de saúde e agilização do acesso dos imigrantes e seus acompanhantes aos serviços de saúde (PII 2010-2013) 	<p>PII 2010-2013:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio prestado a 50 000 cidadãos ✓ 0% de recusa de acesso dos imigrantes ao SNS até 2013 <p>Estratégia Europa 2020 (Metas Europeias para Portugal):</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reduzir, pelo menos, em 200 mil o número de pessoas em risco ou situação de pobreza ou exclusão social
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a coesão social atuando, em particular, nos objetivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o caráter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como fator de produtividade e medida de inclusão social (QREN) • Estabelecer mecanismos que garantam a igualdade de oportunidades no acesso ao conforto urbano e corrigir os desequilíbrios de partida e dos processos segregacionistas, reforçando, quando necessário, medidas de discriminação positivas que garantam a coesão social e territorial (QREN) • Apoiar a criação e desenvolvimento de serviços de proximidade dirigidos à população com necessidades especiais de apoio e promover a qualidade de vida e o bem-estar urbano (QREN) • Investir num sistema/rede de cuidados que permita às pessoas idosas em casa manterem-se independentes e autónomas, e 	<p>Plano Tecnológico⁵⁰:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Permitir que em 2010 o número de jovens abrangidos pelas vias profissionalizantes corresponda a metade do total de jovens a cumprir o ensino secundário <p>Estratégia Europa 2020 (Metas Europeias para Portugal):</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos ✓ Reduzir as taxas de abandono escolar para níveis abaixo dos 10%

⁵⁰ Metas para o ano de 2010, tal como publicado no Plano Tecnológico, de 2005, que se mantém em vigor.

<p>implementar iniciativas que tornem as cidades mais amigáveis para a “terceira idade”, nomeadamente através da instalação de centros de dia, centros de residenciais e “hospitais de retaguarda” (ENDS, PNS)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar o contributo dos serviços de saúde, a nível local, na redução do impacto dos determinantes sociais, enquadrando o acesso e as iniquidades em saúde como fatores-chave para a redução das desigualdades e trabalhando com outros sectores nas respostas integradas e proactivas às necessidades em saúde dos grupos vulneráveis (PNS) • Apoiar a natalidade e a infância e promover a inclusão social ativa e a redução das desigualdades, melhorando as condições de vida em territórios e habitats mais vulneráveis, promovendo o envelhecimento ativo com qualidade e favorecendo a inclusão social de grupos específicos, nomeadamente pessoas com deficiências, necessidades especiais, imigrantes, minorias étnicas, pessoas sem-abrigo (ENPSIS) • Promover a inclusão digital e a utilização das TIC para a inclusão social, de forma a assegurar uma ampla penetração das tecnologias e da economia digital na população e reforçar a cidadania digital, inclusivamente para cidadãos em zonas remotas, níveis baixos educacionais, elevadas idades ou com necessidades especiais (Agenda Digital 2015) • Princípio da participação cidadã e da cooperação entre particulares e entidades públicas e privadas, de modo a promover uma maior mobilização do tecido social regional na prossecução dos objetivos comuns (Estratégia Lisboa 2020) • Princípio da diversidade, multiculturalidade e inovação desenvolvendo e apoiando iniciativas inovadoras em todas as áreas de suporte da vida social, da produção de bens e serviços, à educação e formação, passando pela cultura, desporto e convivialidade urbana, manifestando publicamente a modernidade e multiculturalidade da região (Estratégia Lisboa 2020) • Fomentar o espírito de comunidade e promover o empreendedorismo social, o voluntariado e a responsabilidade social (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e apoiar iniciativas inovadoras em todas as áreas de suporte da vida social, da produção de bens e serviços, à educação e formação passando pela cultura e convivialidade urbana (QREN) • Promover a igualdade de oportunidades e a igualdade de género, estimulando o empreendedorismo, melhorando as condições de empregabilidade local e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, e ao combate à discriminação e exclusão sociais (QREN) • Reforçar a coesão social como fator de competitividade e desenvolvimento sustentável, promover emprego, combater desemprego e reforçar a educação e qualificação da população numa ótica de aprendizagem contínua (PNACE) • Utilizar instrumentos de planeamento, desenvolver o processo de acompanhamento e avaliar projetos e ações integrados nos Planos de Ação da Rede Social e aumentar a participação da comunidade na resolução dos problemas (PDS Cascais) • Promover a inserção profissional de pessoas com deficiências ou incapacidades, e promover o trabalho realizado em contexto ocupacional (PDS Cascais) • Desenvolver protocolos e procedimentos comuns que visem a articulação, qualificação e eficácia dos atendimentos e respostas sociais, e qualificar as respostas de apoio a famílias em situação ou risco de exclusão, bem como a vida dos idosos e pessoas 	<p>PDS Cascais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir que 90% dos Beneficiários do RSI estabeleçam acordos de inserção ✓ Aumentar em 20% o número de pessoas abrangidas pelo SAD ✓ Banco Local do Voluntariado a funcionar ✓ Intervenções de melhoria em 30% dos pedidos de intervenção em habitações de idosos ou dependentes ✓ Criar uma rede de apoio domiciliário específico para doentes mentais com vista à sua autonomia <p>PII 2010-2013:</p>

<p>em situação de dependência, bem como promover a autonomia dos doentes mentais e apoiar as suas famílias (PDS Cascais)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facilitar a informação dos imigrantes em matérias como a sua permanência no país e no concelho, melhorar os dados oficiais sobre a integração dos imigrantes, melhorar a eficácia da tramitação da informação dos processo para a obtenção da nacionalidade e integrar no sistema escolar crianças e jovens recém-chegados ao país (PDS Cascais, PII 2010-2013) • Consolidar os Centros Locais de Apoio à integração dos Imigrantes e reforçar a Rede Nacional de Informação ao Imigrante, o atendimento ao público do SEF e a dimensão local da interculturalidade e da integração dos imigrantes (PII 2010-2013) • Princípio da equidade e coesão sócio-territorial, estabelecendo mecanismos que garantam a igualdade de oportunidades no acesso ao conforto urbano e corrijam os desequilíbrios existentes e os processos segregacionistas, reforçando, quando necessário, medidas de discriminação positiva para garantir a coesão social e territorial (Estratégia Lisboa 2020) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Integração dos CLAI em quatro Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) ✓ Aumento do atendimento do SEF em 20% ✓ Formação/consolidação de 10 parcerias por ano a nível local.
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver uma identidade urbana, culturalmente dinâmica assente na oferta qualificada de espaços e equipamentos coletivos, muito particularmente de educação e formação, permitindo a melhoria da qualidade de vida e a promoção da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, bem como a geração de referentes coletivos, patrimoniais e culturais reforçando a autoestima pela região de Lisboa (QREN) • Definir a articulação entre o meio rural e urbano como critério orientador do desenho das infraestruturas e de equipamentos coletivos, nomeadamente através de um desenvolvimento policêntrico, numa perspetiva de complementaridade e especialização, assegurando a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social e a liberdade de opção por diferentes espaços e modos de vida com incidência sobre a qualificação dos espaços de baixa densidade através da melhoria de acessibilidades locais, infraestruturização e dotação em equipamentos coletivos (PNPOT) • Desenvolver programas e incentivar ações que melhorem as condições de habitabilidade e apoiar o acesso ao mercado habitacional da população com dificuldades de acesso ao mercado, regulando as dinâmicas habitacionais para uma melhor harmonia da relação entre oferta e procura (PNPOT, PEH) • Garantir a articulação entre a política de habitação e outras políticas nomeadamente políticas sociais e políticas de cidade (PEH) • Desenvolver sistemas de transporte público com uma oferta flexível, estabelecendo tarifas que não poderão ser inibidoras do uso do transporte público pelas camadas da população menos desfavorecidas, capazes de responder à diversidade da procura nas áreas de mais baixa densidade populacional, nomeadamente pela criação de alternativas de transporte público onde estes não existam ou pela melhoria da acessibilidade e mobilidade das populações mais isolada, e explorar os serviços de transporte, assegurando a prestação dos serviços mínimos que garantam a coesão e equidade dentro do território nacional (PET) • Desenvolver o mercado de habitação social em articulação com as autarquias e encontrar novas soluções de habitação social, em parcerias com associações de imigrantes, IPSS, ONG e cooperativas (PII 2010-2013) 	<p>PII 2010-2013:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Contratação anual de 120 fogos para imigrantes, entre adquiridos, construídos e reabilitados

<ul style="list-style-type: none"> • Combate à exclusão social, escolar e profissional dos descendentes de imigrantes, à segregação territorial e à vulnerabilidade socioeconómicas imigrantes idosos através da divulgação das respostas institucionais disponíveis (PII 2010-2013) • Reforço do incentivo ao empreendedorismo imigrante, da informação/formação dos trabalhadores imigrantes sobre os seus direitos e deveres no domínio laboral, bem como da atividade inspetiva sobre entidades empregadoras que utilizem ilegalmente mão-de-obra imigrante (PII 2010-2013) • Facilitação e promoção do acesso à formação e ao emprego, bem como a criação de um sistema de informação sobre imigrantes altamente qualificados (PII 2010-2013) • Monitorização da implementação das Recomendações do MEC para a constituição de turmas equilibradas e adequação das estratégias das escolas no acolhimento dos estudantes estrangeiros e descendentes de imigrantes (PII 2010-2013) • Reforço da expressão da diversidade cultural em todos os domínios e atividades, com incidência na cultura e promoção do associativismo junto das comunidades imigrantes (PII 2010-2013) • Consolidação do Programa de Intervenção para trabalhadores Desempregados Imigrantes, formação de literacia básica para os beneficiários do RSI, e incentivo à responsabilidade social das organizações, com base em princípios éticos e de valorização da diversidade (PII 2010-2013) 	PII 2010-2013: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Elaboração de um referencial ético promotor da diversidade e do diálogo intercultural em 2012 ✓ Certificação de 200 imigrantes Apoio a 10 iniciativas por ano, das quais 3 realizadas em equipamentos culturais ✓ 200 formandos por ano/15 negócios criados por ano ✓ Aumento anual de 5% da atividade inspetiva ✓ 20 experiências de parcerias escolas-empresas
FCD #3 Riscos e Alterações Climáticas	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas Relevantes
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a gestão florestal sustentável e uma prevenção eficaz dos incêndios florestais, para aumentar a resiliência do território a incêndios, através de um correto ordenamento do território e sensibilização das populações, procurando o equilíbrio entre as funções sociais, económicas e ambientais proporcionadas pelos espaços florestais (PNPOT, PNAC, ENDS, PMDFCI) • Promover o aumento dos espaços florestais arborizados com espécies bem adaptadas às diferentes condições ecológicas, visando um desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa na perspetiva do uso múltiplo, voltado para o incremento progressivo da percentagem das folhosas autóctones, em detrimento de resinosas e eucalipto, com maior vulnerabilidade a incêndios florestais e fraco contributo para a biodiversidade (ENDS) • Melhorar a eficácia do combate a incêndios através da articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª intervenção, reforço da capacidade de 1ª intervenção, reforço do ataque ampliado e melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós incêndio (PMDFCI, PECAC) • Prevenir os incêndios através de um correto ordenamento do território e promover a sensibilização da população em geral para a necessidade de prevenção de incêndios e identificar todas as situações de risco de ignição, estabelecendo medidas preventivas adequadas (ENF, PROF-AML) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de ações conducentes à diminuição da ressuspensão de partículas (e.g. através do aumento da frequência de 	

<p>lavagem de ruas e pavimentação de arruamentos) (PMQARLVT)</p> <ul style="list-style-type: none"> Promoção de campanhas (e.g. desenvolvimento de websites) e cursos de eco-condução em frotas de transporte de passageiros e de mercadorias e para ligeiros de passageiros, com o objetivo de sensibilização ambiental dedicada à problemática da qualidade do ar e mobilidade sustentável (PMQARLVT) 	
<ul style="list-style-type: none"> Assegurar uma ocupação do território adequada à suscetibilidade de risco de cheia, instabilidade de vertentes, incêndios florestais e riscos tecnológicos (PROT-AML, PMDFCI) <p>Preservar e valorizar os recursos hídricos e ecossistemas associados através de uma gestão equilibrada e integrada que satisfaça as necessidades das atividades sociais e económicas através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Promoção da requalificação e continuidade das linhas de água com recuperação das galerias ripícolas, assegurando o fornecimento em quantidade suficiente de água superficial e subterrânea de boa qualidade, pela diminuição de descargas e emissões de poluentes, bem como no investimento na renovação dos sistemas de abastecimento e tratamento de água, aumentando a eficiência no seu uso e a reutilização do recurso, garantindo a universalidade, continuidade e qualidade do serviço graças a uma lógica de serviço com elevada qualidade e fiabilidade, harmonizando estes objetivos com o desenvolvimento regional e sectorial (PROF-AML, ENDS, PNUEA, PNPOT, PBHRO, PBHT, PROT-AML, PEASAR, PECAC) Promoção de programas de uso eficiente da água direcionados para uma utilização sustentável dos recursos hídricos nos sectores urbano, agrícola e industrial, reduzindo desperdícios, diminuindo perdas na distribuição e assegurando a capacidade de reserva dos sistemas públicos de abastecimento de água, com base numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis, em particular dos aquíferos subterrâneos e que se reflitam na definição de um regime de caudais ambientais, de forma a minimizar situações hidrológicas extremas (cheias, secas) (ENDS, PNUEA, PNPOT, PBHRO, PBHT, PROT-AML, PEASAR, Estratégia de Sustentabilidade de Cascais, PECAC) Criação de alternativas ao fornecimento de água (e.g. retenção de água pluvial) (PECAC) 	<p>PNUEA⁵¹:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Consumo urbano: atingir a 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 80% ✓ Consumo agrícola: atingir a 10 anos uma eficiência média nacional de utilização da água de 66%, com variações numa gama entre 63% e 72% quando interpretada à escala regional ou local ✓ Consumo industrial: atingir a 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 84%
<ul style="list-style-type: none"> Implementar as disposições da Lei da Água e da demais legislação ambiental diretamente relacionadas com o abastecimento de água, complementarmente à integração de soluções de carácter plurimunicipal que tomem em consideração a ocupação atual e futura do território, prevendo a minimização de situações de risco de acidentes de poluição e promovendo a implementação e reabilitação das infraestruturas ambientais que minimizem as agressões das atividades económicas sobre os recursos hídricos e considerem a integração do ciclo urbano da água (abastecimento/rejeição), contribuindo para melhorar as condições ambientais (ENDS, PEASAR, PBHRO, PBHT) Proteger e recuperar a qualidade das massas de água através da gestão integrada das bacias hidrográficas, de forma a garantir o equilíbrio dos ciclos da água e dos nutrientes e a existência de corredores ecológicos, a par com a recuperação dos ecossistemas e o condicionamento da utilização de recursos e das zonas a preservar (ENDS, PBHRO, PBHT) 	<p>ENDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Servir cerca de 95% da população total do País com sistemas públicos de abastecimento de água com qualidade ✓ Manter e atingir o bom estado ecológico das massas de água, salvo quando as medidas para melhorar e recuperar as massas de água não forem viáveis por razões naturais ou tiverem um

⁵¹ Tal como publicado no PNUEA de 2001, que se mantém em vigor.

<ul style="list-style-type: none"> Garantir que os Corredores Estruturantes Secundários associados a linhas de drenagem natural assumam funções de descompressão urbana (PROT-AML) 	<p>custo desproporcionado</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Implementar perímetros de proteção das captações de água
<ul style="list-style-type: none"> Concluir as redes de saneamento básico, nomeadamente de recolha e tratamento de águas residuais, realizando os investimentos necessários à conclusão e à expansão dos sistemas em alta e à continuação da infraestruturização da vertente em baixa, apoiando as intervenções de interface para ligação a sistemas públicos de tratamento de efluentes, incluindo recolha e pré-tratamento de efluentes, e promovendo uma maior integração territorial e funcional de sistemas plurimunicipais vizinhos com regime tarifário uniformizado na área de intervenção de cada sistema, de forma a potenciar economias de escala e mais-valias ambientais (PEAASAR) 	<p>ENDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Servir cerca de 90% da população total do País com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de, pelo menos, 70% da população abrangida ✓ Assegurar que 90% da população é atendida com tratamento de águas residuais adequado até 2006
<ul style="list-style-type: none"> Proteger os recursos e as paisagens como fatores de competitividade, garantindo a sustentabilidade ambiental através da redução dos impactes ambientais e paisagísticos e monitorizar, prevenir e minimizar os potenciais riscos (PNPOT, PNACE) Antecipar, prevenir e gerir situações de risco e de impactos de natureza ambiental, social e económica, designadamente sismos, cheias, secas e acidentes de poluição, limitando as emissões de poluentes para o ambiente e assegurando o cumprimento dos valores limite estipulados para os poluentes regulamentados, bem como melhorando a capacidade de monitorização e prevenção dos riscos e da gestão dos seus efeitos (ENDS, ENGIZC, Estratégia Europa 2020) 	
<ul style="list-style-type: none"> Assegurar padrões de nível europeu nas vertentes de ambiente, de segurança e de proteção nos portos e nos transportes marítimos e promover a segurança marítima, apostando na competitividade da frota nacional, assim como na manutenção e reforço de tripulações nacionais para prevenção e combate à poluição e mitigação de riscos naturais e tecnológicos, procurando antecipar e minimizar situações de risco e de impactes de natureza ambiental, social e económica (ENDS, ENGIZC, PET) 	
<ul style="list-style-type: none"> Ordenar o território na orla costeira de forma a identificar a distribuição espacial dos perigos naturais, tecnológicos e ambientais no território regional, antecipando eventuais riscos associados às causas de erosão, prevenindo ou mitigando os eventuais impactes das alterações climáticas e assegurando a segurança de pessoas e bens. Considerar a atual ocupação do território e as projeções da sua utilização futura, não descuidando a organização rigorosa da preparação do País para o risco sísmico e o estabelecimento de planos de contingência para os sistemas de mobilidade devido às ameaças decorrentes de catástrofes naturais (ENDS, PET, PECAC) Conhecer impactes e vulnerabilidades através de estudos setoriais desenvolvidos, permitindo dotar o município de um conhecimento aprofundado sobre as suas potenciais vulnerabilidades e integração dos agentes e organizações na elaboração de estratégias de adaptação às AC (PECAC, POEM) Promover maior controlo sobre a intensidade, localização e qualidade da edificação na proximidade das áreas costeiras e na 	

<p>beira rio da AML que sejam mais vulneráveis, assim como o aumento de espaços verdes (florestais) e ajardinados dedicados ao recreio e lazer (PROT-AML)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Enquadrar o desenvolvimento das atividades específicas da orla costeira, valorizando e qualificando as praias consideradas estratégicas por motivos ambientais e turísticos com expressão num quadro de classificação das praias e regulamentação do uso balnear (POOC) • Defender e valorizar os recursos naturais e o património histórico e cultural (POOC) • Assegurar a defesa dos valores naturais e a existência de áreas mais sensíveis na escolha de locais de construção de áreas de estacionamento e de implantação de infraestruturas, de acessos viários e circulação pedonal, nomeadamente nas áreas sobranceiras às arribas costeiras e nos sistemas dunares, implementando também medidas de salvaguarda das arribas em relação à erosão potenciada pelas atividades agrícolas, desenvolvidas sobranceiramente à crista e dando prioridade ao combate às espécies não autóctones com carácter invasor (PSRN2000) 	<p>ENDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Alcançar 10% da SAU em 2013 ✓ Aumento em 30% da SAU até 2015 de Sistemas agroflorestais com elevado interesse ambiental
<ul style="list-style-type: none"> • Preservar os espaços de potencial agrícola, recuperando, conservando e protegendo os solos com maior produtividade agrícola, designadamente da erosão, contaminação, ocupação e pressão urbanas e de valorizações especulativas, com vista à permanência de utilizações agropecuárias compatíveis com a conservação e recuperação dos solos e dos recursos hídricos, incentivando a agricultura competitiva em termos sustentáveis (ENDS, PNPOT) 	<p>ENDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir a manutenção da área da SAU, tendo o ano 2002 como referência, dando particular atenção à expansão da área dedicada à agricultura biológica
<ul style="list-style-type: none"> • Redução das cargas poluentes emitidas para o meio hídrico através da eliminação dos incumprimentos legais tendo em conta a classificação da qualidade da água em função das utilizações para cada troço da rede hidrográfica (PBHRO) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e promover medidas e tecnologias que permitam a redução ou eliminação das emissões de GEE, incluindo a sua captura e fixação e limitar as emissões de GEE associadas aos diversos sectores (ENDS, PNAC, PNPOT) 	<p>ENDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Limitar a 27%, em 2008-2012, o aumento das emissões de gases com efeito de estufa, relativamente aos valores de 1990 (2001: 36%) <p>Estratégia Europa 2020: Metas Europeias para Portugal:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 1% relativamente aos níveis registados em 1990, relativamente às emissões não abrangidas pelo regime de comércio de emissões
<ul style="list-style-type: none"> • Prevenção da produção de resíduos (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) • Aumento do esforço de fiscalização de processos de queima de RSU a céu aberto (PMQARLVT) • Promoção do aproveitamento do metano de resíduos urbanos, incineração dos resíduos provenientes da agricultura e 	<p>PERSU II (Metas em 2009, 2011 e 2016):</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Valorização orgânica e material: 21%, 26% e 36% respetivamente

<p>manutenção de jardins, zonas verdes e zona florestal para produção de energia e aproveitamento integral do calor de cogeração (PECAC)</p> <p>Reduzir a quantidade e perigosidade dos resíduos, promovendo uma política integrada de gestão que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • aumente a coerência e articulação das políticas dirigidas para os diferentes tipos de resíduos (PERSU II) • fomente a redução, reutilização e reciclagem na fonte dos resíduos sólidos urbanos, e posterior valorização e eliminação de forma segura e eficaz, reduzindo a sua quantidade na deposição em aterro e maximizando a vida útil dos resíduos sólidos (ENDS, PERSU II) • valorize energeticamente os resíduos não-recicláveis contribuindo para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e fornecendo matérias-primas não-poluentes a outras indústrias (PERSU II) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reciclagem: 14%, 17% e 18% respetivamente ✓ Atingir, em 2016, 8% dos RSU destinados diretamente a aterro <p>ENDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prevenir a geração de resíduos, atingindo as seguintes metas de redução: <ul style="list-style-type: none"> ➢ 225000t de RSU (vs. crescimento previsto em 1995); ➢ 12,1% em peso na produção de RI (vs. 2001); ➢ 20,7% em peso na produção de RIP (vs. 2001). ✓ Para os Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) os limites de deposição em aterro, a alcançar faseadamente em 2006, 2009 e 2016 são 75%, 50% e 35%
FCD #4 Marca Cascais	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas Relevantes
<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar uma gestão integrada da zona costeira e promover o desenvolvimento sustentável de atividades geradoras de riqueza e que contribuam para a valorização de recursos específicos destas zonas, compatibilizando os vários usos da faixa costeira e acautelando em particular as zonas costeiras mais dependentes da pesca, reforçando-se a aposta na diversificação e inovação da produção (ENGIZC, PROMAR, PROT-AML) • Promover a competitividade do sector pesqueiro num quadro de adequação aos recursos disponíveis e reforçar, inovar e diversificar a produção aquícola e a indústria transformadora, assegurando o desenvolvimento sustentado das zonas costeiras dependentes da pesca (PROMAR, PROT-AML) • Incentivar a investigação científica, a valorização do saber tradicional e a inovação ao nível dos métodos, das tecnologias e da abertura de novos campos de atuação, aprofundar o conhecimento sobre os sistemas e os recursos marinhos e costeiros, incluindo as espécies migratórias e assegurar que o processo de designação dos sítios Natura 2000 seja exclusivamente baseado em critérios científicos, como base fundamental para uma tomada de decisão sólida e fundamentada, assegurando financiamento nacional de longo prazo e promovendo a internacionalização da ciência desenvolvida em Portugal nos temas do mar português (eventos/congressos/investigação) (ENGIZC, PENP, POEM) • Cooperar para o desenvolvimento nacional, regional e local, pela compatibilização de políticas verdadeiramente integradas e diferentes usos da faixa costeira nacional, contribuindo ativamente para um racional ordenamento e gestão integrada dessas 	<p>PENP:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Redução de 8% da capacidade da frota com ajudas públicas ✓ Aumento de 85% de profissionais que concluíram ações de formação ✓ Aumento de 5% no nº de embarcações modernizadas ✓ Aumento de 44% no número de portos de pesca a modernizar ✓ Aumento de 5% de representatividade da aquicultura na produção nacional do sector

zonas, e promoção das oportunidades de emprego e estabilização económica e social do litoral, assegurando a importância das comunidades piscatórias e da dimensão marítima **(PENP, POEM)**

- Promover a reformulação do modelo organizativo do sector das pescas, de modo a assegurar uma mais forte representatividade das associações e organizações de produtores, e a sua participação ativa na cadeia da produção e comercialização **(PROT-AML, PENP)**
- Promover a competitividade e sustentabilidade a prazo do sector das pescas e aquicultura, apostando na inovação e na qualidade dos produtos, aproveitando melhor todas as possibilidades da pesca e potencialidades da produção aquícola, com recurso a regimes de produção e exploração biológica e ecologicamente sustentáveis (abordagem ecológica) e adaptando o esforço de pesca aos recursos pesqueiros disponíveis, de forma a obter um equilíbrio estável e duradouro entre as referidas capacidades e as suas possibilidades de pesca **(PROT-AML, PENP)**
- Proteção, conservação, recuperação e monitorização de espécies e habitats marinhos e da estrutura ecológica associada, a todos os níveis de organização biológica, de forma a manter a biodiversidade, a resiliência natural e os serviços ecossistémicos do espaço marítimo, efetivando uma rede de áreas protegidas **(POEM)**
- Preservar e defender os recursos marinhos pesqueiros, numa abordagem ecológica e de precaução que promova uma exploração sustentável e minimize o impacto da pesca nos ecossistemas marinhos, mantendo as unidades populacionais dentro de limites biológicos seguros para que as atividades de pesca explorem as unidades populacionais até ou dentro desses limites e assegurando a recuperação das unidades populacionais que se encontram fora dos limites biológicos seguros **(PENP)**
- Valorizar e dignificar o capital humano e as profissões do sector da pesca bem como promover a melhoria da capacitação dos serviços e a competitividade das unidades de produção, através da inovação organizativa e funcional e da divulgação do conhecimento científico e técnico **(PENP)**
- Fomentar a Economia do Mar, promovendo *clusters* de competitividade e o desenvolvimento sustentável de atividades geradoras de riqueza que contribuam para a valorização de recursos específicos das zonas costeiras, apostando em novas tecnologias aplicadas às atividades marítimas e incentivando a inovação no uso e na tecnologia de processos de intervenção e de exploração dos recursos, valorizando o território nacional como localização para funções na área da exploração espacial e oceânica e implementando a Estratégia Nacional para os oceanos **(ENDS, ENGIZC, PNACE)**
- Promover a concertação e o estabelecimento de sinergias (integração em *cluster*) entre as instituições e os diferentes agentes económicos cujas funções e atividades incidem no espaço marítimo e nos seus recursos **(POEM)**
- Implementar uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável do mar, e promover o aproveitamento do seu potencial como recurso energético **(ENDS, PNPOT)**
- Desenvolver um Programa Nacional de Investigação para a Conservação e Exploração Sustentável dos Recursos Marinhos, que articule a ação das diversas instituições e promova a cooperação internacional **(ENDS, PNPOT)**

- Prestar uma atenção global decisiva ao turismo como grande alavanca de internacionalização da região de Lisboa em articulação, quer com a afirmação de iniciativas e estruturas de negócios, congressos, feiras e exposições, quer com o desenvolvimento das indústrias criativas e culturais, quer no apoio a projetos de grande qualidade arquitetónica e ambiental (*landmarks*) **(QREN)**
- Reforçar a aposta no turismo cultural e no *Touring* Cultural, atuando de forma focalizada sobre alguns dos atributos fundamentais da sua competitividade: identidade, património, atratividade, recetividade e visibilidade; aproveitar as frentes ribeirinhas para atividades de turismo náutico (navegação de recreio, desportos náuticos e marítimo-turístico), em articulação com a estruturação das atividades concorrentes, potenciando uma utilização sustentável dos estuários do Tejo e do Sado, da frente atlântica e do espaço marítimo adjacente, assegurando também a consignação de planos de água para a prática dos diversos desportos náuticos, designadamente ao nível da competição **(PROT-AML, PNPOT, ENDS)**
- Valorização da identidade cultural e património do espaço marítimo como um espaço de excelência, divulgando-o e promovendo a sua apropriação pela sociedade e permitindo promover Portugal e projetar o mar português no espaço internacional **(POEM)**
- Fomentar e incrementar a atratividade e competitividade das atividades associadas à utilização sustentável do espaço marítimo e dos seus recursos e modernização e sustentabilidade das respetivas infraestruturas **(POEM)**
- Assegurar o planeamento dos conjuntos turísticos, visando a sua sustentabilidade ambiental, económica e social, um adequado enquadramento paisagístico e o seu contributo para a estabilização das áreas agrícolas e florestais onde se inserem, e para a conservação e recuperação dos valores naturais, assumindo a diversidade paisagística e natural como fator decisivo para a competitividade da AML e para o seu desenvolvimento sustentável **(PROT-AML, PNPOT)**
- Promover a recuperação/criação de centros e apoios à prática e ao treino de desportos náuticos (aprendizagem, lazer, competição e alta competição) por residentes e visitantes, quer complementando a oferta existente nas marinas de Cascais e Oeiras e na praia de Carcavelos, quer através de novos locais a criar, associados às praias existentes **(PROT-AML)**
- Valorizar as praias existentes, de acordo com o POOC em vigor, dotando-as de acessos, estacionamento e equipamentos de apoio e assegurando a qualidade da água e do areal **(PROT-AML)**
- Estimular o investimento privado na hotelaria, em especial através da reabilitação e reconversão de património arquitetónico e posicionar de forma mais competitiva a AML como destino de turismo de negócios face às principais áreas e regiões concorrentes **(PROT-AML)**
- Reforçar as condições para que a AML se constitua como o principal destino de “Golf Short Breaks” e seja internacionalmente reconhecida como um dos melhores destinos de golfe turístico da Europa, promovendo a construção de novos campos de golfe, inseridos em NDT ou isolados, públicos ou privados **(PROT-AML)**

QREN (metas parta 2015):

- ✓ 10 empresas dos sectores de turismo e lazer instaladas nas áreas intervencionadas 2 anos após a conclusão dos projetos apoiados

PROT-AML:

- ✓ Aumento em 7 Milhões do número de passageiros aéreos movimentados
- ✓ Duplicar o número de turistas que visitam o município de Cascais
- ✓ Duplicar o número de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico localizados no município de Cascais
- ✓ Atribuição do galardão na sua globalidade com Bandeira Azul ou a classificação “Praia Dourada”

PENT:

- ✓ Portugal deverá ser um dos destinos de maior crescimento turístico na Europa, com um crescimento acima da média europeia, através do desenvolvimento baseado na qualificação e competitividade da oferta, transformando o sector num dos motores de crescimento da economia nacional
- ✓ Crescimento anual de 5% no número de turistas estrangeiros, atingindo os 20 milhões em 2015
- ✓ Crescimento anual de 9% nas receitas, ultrapassando o patamar dos 15 milhões em 2015
- ✓ Melhorar a qualidade da oferta turística atingindo em 2015 uma quota de 65% dos estabelecimentos de 4 e 5 estrelas no total da capacidade (PENT / ENDS)
- ✓ Desconcentrar geograficamente a procura através

<ul style="list-style-type: none"> • Apostar numa lógica de planeamento e promoção da visitação turística das AP e espaços naturais integrada e em rede com outras atividades turísticas, garantindo pacotes de visitação mais atrativos e diversificados, dotando as Áreas Protegidas de infraestruturas, equipamentos e serviços de informação e apoio adequados à visitação e implementando lógicas criativas, inovadoras e diferenciadoras na oferta de alojamento turístico, entretenimento e lazer. Desenvolver programas e produtos turísticos que permitam atenuar a sazonalidade do Destino (PROT-AML, ENDS, PET Lisboa 2011-2014) • Reforçar as condições de competitividade das zonas de Lisboa capital, eixo Estoril/Cascais e Sintra, ao nível da oferta de produto e de serviços disponibilizada (PROT-AML) • Potenciar a reabilitação e valorização do património e da oferta cultural, para associar uma imagem de “destino cultural” a Lisboa e à AML bem como qualificar os equipamentos de alojamento turístico e de entretenimento e lazer atualmente existentes e investir na formação e capacitação das pessoas, com vista à qualificação dos serviços prestados a visitantes e turistas (PROT-AML, PNPOT) • Contribuir para a ordenação e a disciplina das atividades agroflorestais, urbanísticas, industriais, recreativas e turísticas, de forma a evitar a degradação dos valores naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região, possibilitando o exercício de atividades compatíveis, nomeadamente o turismo de natureza (POPNSC) • Alavancar as dinâmicas económicas do concelho de Cascais a uma rede de oferta turística de excelência (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) • Criação de programação de eventos e roteiros culturais de impacto internacional (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) • Prestar uma atenção global e decisiva ao turismo como grande alavanca de internacionalização da região em articulação, quer com a afirmação de iniciativas e estruturas de negócios, congressos, feiras e exposições, quer para o desenvolvimento das indústrias criativas e culturais, quer com uma aposta de grande qualidade arquitetónica e ambiental no sector imobiliário (Estratégia Regional Lisboa 2020) • Aumentar a estada média dos turistas através do <i>cross selling</i> entre os diferentes produtos turísticos existentes na Área Promocional de Lisboa e demais serviços complementares que acrescentem valor à experiência do turista e que garantam a sua satisfação (PET Lisboa 2011-2014) 	<p>de um aumento para 35% do peso das dormidas nas regiões de menor procura</p> <p>✓ Ultrapassar até 2015 os 10 milhões de dormidas de estrangeiros (crescimento anual de 6,7%)</p> <p>ENDS:</p> <p>✓ Assegurar um crescimento de receitas do turismo superior ao crescimento do número de turistas</p> <p>PET Lisboa 2011-2014:</p> <p>✓ Aumentar o número de dormidas dos turistas nacionais e internacionais em Cascais para 795,7 mil dormidas</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a mudança dos comportamentos individuais por via da divulgação de informação de carácter geral sobre eficiência energética, bem como através da maior facilidade de acesso a tecnologias de produção de energia renovável, como microgeração e de aquecimento solar (PNAEE) • Assegurar uma produção de eletricidade menos poluente e com maiores índices de eficiência na utilização de combustíveis fósseis, diminuindo a intensidade do PIB em consumo de energia e de recursos naturais através do aumento da eficiência do sistema produtivo e dos transportes e da aposta em energias renováveis (ENDS, PECAC) 	<p>ENDS⁵²:</p> <p>✓ Cumprir em 2010 a meta nacional que aponta para que 39% da eletricidade seja produzida a partir de fontes renováveis</p> <p>ENE 2020:</p>

⁵² Tal como publicado na Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável aprovado em RCM em 8 de Junho de 2006, que se mantém em vigor.

<ul style="list-style-type: none"> • Explorar o grande potencial disponível, ao longo de toda a costa atlântica da Grande Lisboa, com incidência específica em Cascais, da energia das ondas bem como prosseguir a tendência em curso de aproveitamento do potencial eólico endógeno, minimizando os impactos paisagístico e ambiental e aumentar a produção de eletricidade com base solar fotovoltaica, acompanhando a tendência de descida de preço por unidade de potência instalada com base nesta tecnologia (PROT-AML) • Aproveitar a exploração do potencial endógeno da Região AML para potenciar a criação de emprego e a inovação tecnológica associada à exploração destes recursos renováveis (PROT-AML) • Reduzir a dependência energética (saldo importador) do País face ao exterior através da utilização sustentável de recursos endógenos para a produção, apostando nas fontes de energia renovável e assegurando a garantia da segurança no abastecimento através da diversificação do “mix” energético, de políticas de planeamento do licenciamento urbanístico, de sensibilização e educação de populações e agentes económicos (ENE 2020, PNPOT, PNAC) • Continuar a desenvolver o <i>cluster</i> industrial associado à promoção da eficiência energética e consolidar o <i>cluster</i> das energias renováveis (ENE 2020) • Promoção da sustentabilidade energética da perspectiva da utilização de energias renováveis (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Redução, até 2020, para 74% da dependência energética exterior e em 25% nas importações de energia <p>ENE 2020/Estratégia Europa 2020 (Metas Europeias para Portugal):</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Criação de mais de 120 mil postos de trabalho associados às energias renováveis, com estas a representar 31% de toda a energia final consumida (60% eletricidade e 10% no sector dos transportes) em 2020 <p>PECAC:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Bioenergia: Redução de emissões de cerca de 40000 ton CO₂e em 2020, i.e. 5% das emissões globais do Concelho a essa data. ✓ Energia solar térmica: 47000 GJ (em energia final, assumindo substituição em partes iguais de gás natural e eletricidade), representando -3 700 ton CO₂e em 2020 (redução de 0,5% das emissões) e em 2070 redução em cerca de 2,5% face aos cenários de referência. ✓ Energia solar fotovoltaica: potencial de redução de emissões em 2020 da mesma ordem que o do solar térmico, i.e. 0,5% das emissões.
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a qualificação dos Portugueses, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade, nomeadamente promover o processo de projeção competitiva da região de Lisboa à escala internacional (QREN) • Promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objetivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atração e estímulo ao investimento empresarial qualificante (QREN) • Apoiar a instalação de <i>start-up</i> de base tecnológica e indústrias criativas e o desenvolvimento de PME em sectores estratégicos para a competitividade regional (QREN) 	<p>QREN (metas para 2015):</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 100 <i>start-ups</i> apoiadas nos sectores de média e alta tecnologia e nos sectores intensivos em conhecimento <p>ENDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Assegurar um crescimento sustentado que permita retomar a convergência com a União

<ul style="list-style-type: none"> • Proteger os recursos e as paisagens como fatores de competitividade, garantindo a sustentabilidade ambiental através da redução dos impactes ambientais e paisagísticos e monitorizar, prevenir e minimizar os potenciais riscos (PNPOT, PNACE) • Fomentar o crescimento económico, apostando na confiança e no melhoramento do contexto jurídico-legal, afirmando políticas públicas coerentes e estrategicamente enquadradas, incrementando o investimento público em sectores chave e atraindo e apoiando o investimento privado e a modernização do tecido empresarial (PNACE) • Reforçar a credibilidade, consolidando as contas públicas e apostando em políticas fortes, transparentes, focalizadas e direcionadas para a solução dos pontos críticos que limitam o desenvolvimento do País e a sua capacidade de atrair capitais e recursos interno e externos (PNACE, PNPOT) • Promover a criação e o preenchimento progressivo, de forma competitiva, de 1000 lugares adicionais para I&D no Estado, por contrapartida da extinção do número necessário de lugares menos qualificados noutros sectores da Administração (Plano Tecnológico, ENDS, PNPOT) • Triplicar o número de patentes registadas e triplicar o esforço privado em I&D empresarial, criando as condições de estímulo necessárias (Plano Tecnológico, PNPOT) • Garantir que, no escalão etário dos 20-24 anos, 65% da população termina o ensino secundário e aumentar o número de diplomados em ciência e tecnologia para 12 em cada mil habitantes (Plano Tecnológico, PNPOT) • Estruturar sistemas urbanos sub-regionais de forma a constituir polos de competitividade, nomeadamente racionalizando e qualificando os espaços para a implantação de atividades económicas, tendo em vista a exploração de economias de aglomeração (PNPOT) • Utilização e potenciação do posicionamento geoestratégico de Cascais e promoção da paisagem cultural e natural do concelho, na perspetiva do valor económico (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) • Fixação de empresas e profissionais, particularmente de elevado potencial criativo (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) • Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global (Américas e Ásia), e especificamente, valorizar o papel estratégico da Região Metropolitana de Lisboa através da promoção programas estratégicos que potenciem a competitividade dos principais espaços de internacionalização da economia nacional, com destaque para os Arcos Metropolitanos de Lisboa (2006-2013) (PNPOT, ENDS) • Incentivar as cidades a assumirem uma visão estratégica de longo prazo, garantindo um posicionamento sólido e distintivo na economia do conhecimento a nível nacional e internacional (2006-2013) (PNPOT) • Incentivar a constituição e a participação das cidades e das regiões portuguesas em programas e redes de cooperação transeuropeus intensivos em conhecimento e promover também as redes de cooperação entre cidades vizinhas, para ganhar 	<p>Europeia</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumentar a % de bens e serviços com competitividade baseada no conhecimento na escala de produção ou na qualidade ✓ Aumentar a incorporação das exportações na constituição do PIB para 40% do mesmo (Atual⁵³: 30,7%) <p>PROT-AML:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Acréscimo de 1,83% em investimento em I&D em função do PIB <p>Plano Tecnológico:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Fazer crescer em 50% os recursos humanos em I&D e a produção científica referenciada internacionalmente ✓ Triplicar o esforço privado em I&D empresarial, criando as condições de estímulo necessárias e duplicar o investimento público em I&D, de forma a atingir 1% do PIB ✓ Aumentar para 0,8% o peso no PIB do I&D empresarial⁵⁴ ✓ Aumentar para 4,7% o peso do emprego nas indústrias de alta e média tecnologia no total da economia⁵⁴ ✓ Incrementar para 11,4% o peso das exportações de sectores de alta tecnologia⁵⁴ ✓ Aumentar o peso das exportações nacionais no PIB⁵⁴ <p>Estratégia Europa 2020</p>
---	---

⁵³ Valor atual referente a 2005, segundo o publicado na Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável.

⁵⁴ Metas para o ano de 2010, tal como publicado no Plano Tecnológico, de 2005, que se mantém em vigor.

<p>massa crítica nos modernos fatores de competitividade e estruturar os diversos sistemas urbanos, recorrendo, nomeadamente, aos “contractos de aglomeração” para desenvolver a cooperação entre o Estado e as Autarquias Locais e à constituição de parcerias entre entidades públicas e destas com entidades privadas (2006-2013) (PNPOT)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover ações dirigidas aos principais sectores industriais com capacidade e potencial exportador, suscitando ganhos de competitividade nas cadeias logísticas através da introdução de novas tecnologias e consequente adaptação dos procedimentos de gestão (2006-2013) (PNPOT) • Reforçar os mecanismos de apoio financeiro à inovação e ao empreendedorismo, favorecendo ao mesmo tempo o aumento do “pool” de capital de risco gerado no País (ENDS) • Consolidar as principais áreas de concentração de atividades como motores de desenvolvimento económico, fixação de investimento e promoção de inovação na AML (PROT-AML) • Salvaguardar as áreas de produção essenciais ao desenvolvimento e expansão dos produtos de qualidade certificada distintivos da região (PROT-AML, PECAC) • Promover a competitividade, a inovação e a diferenciação de produtos e marcas de base territorial e transformar a AML num dos polos europeus de tecnologias e atividades de exploração e monitorização dos Oceanos, com destaque para as que permitam conhecer e vir a explorar os recursos biológicos, energéticos e minerais subaquáticos, fazendo convergir para esta área polos de conhecimento existentes (PROT-AML) • Promover a cooperação internacional e nacional entre centros de investigação, e a sua abertura à participação das empresas interessadas, bem como apostar no desenvolvimento de polos que potenciem efeitos de localização e agregação para atracção de empresas de base científica e tecnológica (PROT-AML, Estratégia Regional Lisboa 2020) • Prestar grande atenção à participação nos movimentos de globalização assentes no princípio de modularidade de processos e produtos, como forma de acelerar a sua emergência na economia baseada no conhecimento (Estratégia Regional Lisboa 2020) • Prestar grande atenção às atividades logísticas, seja como forma de defender as atividades assentes no princípio de desintegração vertical, seja como forma de encontrar funções internacionais globais qualificadas no terreno da intermediação (Estratégia Regional Lisboa 2020) • Assumir o património histórico-cultural como vetor decisivo para o aumento da competitividade da AML e para garantir o seu desenvolvimento sustentável e apoiar a inovação, diferenciação e especialização produtiva da economia regional, considerando a sua capacidade competitiva (PROT-AML) • Desenvolver a Rota de Vinhos de Bucelas, Colares e Carcavelos, aproveitando o potencial turístico dos vinhos DOC em sinergia com a gastronomia, património e valores naturais da região de Lisboa, salvaguardando as áreas da produção vitícola do concelho de Cascais (PROT-AML) • Fomentar o Enoturismo através da criação de circuitos/rotas de provas, associados a unidades hoteleiras e de restauração regionais a integrar numa rede regional (PROT-AML) 	<p>(Metas Europeias para Portugal):</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumentar para 2,7-3,3% do PIB da EU o investimento (público e privado) em I&D e inovação
--	--

<ul style="list-style-type: none"> • Estimular o surgimento de redes de valorização, conservação e proteção do património histórico, cultural (material e imaterial) e natural, nomeadamente através de medidas que os integrem na gestão do planeamento territorial regional e municipal, numa perspetiva de coesão territorial e reforço da identidade regional (ENCNB) • Revitalizar os centros históricos através da reabilitação do património edificado, da recuperação das funções residenciais e da revitalização das funções urbanas (PNPOT) • Promover a dinamização funcional dos centros históricos e cívicos da AML através da definição e implementação de uma estratégia integrada que consolide estes espaços como âncoras do desenvolvimento do Turismo Cultural na AML e definir uma estratégia regional para a conservação dos valores patrimoniais classificados da AML (PROT-AML) • Valorizar, em termos de investimento público, os vários domínios do património imaterial, como as tradições e expressões orais, a língua, as artes do espetáculo, as práticas sociais, rituais e eventos festivos, os conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e as aptidões ligadas ao artesanato tradicional e às atividades de manutenção, reparação (PROT-AML) • Promover o conhecimento, a recolha e a documentação de práticas e expressões culturais tradicionais e estabelecer um arquivo multimédia de património imaterial oriundo da AML, permitindo o acesso, o estudo e a divulgação destes conteúdos bem como estimular junto das novas gerações o reconhecimento do sentido de pertença identitária conferido pelo imaginário coletivo, possibilitando a (re)descoberta de valores tradicionais de artes e ofícios e a possibilidade da sua apropriação e reinvenção, bem como a promoção e valorização do seu elevado potencial artístico, turístico e educativo (PROT-AML) • Salvaguardar e valorizar o património arqueológico e o património cultural, arquitetónico, histórico e tradicional da região, e apoiar a animação sociocultural, através da promoção da cultura, dos hábitos e das tradições populares (POPNSC) • Princípio da pertença e do direito à cidade através do desenvolvimento de uma identidade urbana, culturalmente dinâmica, assente na oferta qualificada de espaços e equipamentos coletivos, muito particularmente de educação e formação, permitindo a melhoria da qualidade de vida e a geração de referências patrimoniais, culturais e identitárias regionais que reforcem o sentido de pertença e de coesão (Estratégia Regional de Lisboa 2020) • Promover a paisagem cultural e natural do concelho, na perspetiva do valor económico e promover igualmente a identidade urbana (Estratégia de Sustentabilidade de Cascais) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar iniciativas para valorizar atividades criativas, culturais e desportivas e atrair estratos populacionais mais jovens e qualificados, nomeadamente em áreas de menor densidade e vitalidade demográfica e social (2006-2013) (PNPOT) • Incentivar a mobilidade residencial através da maior eficiência do mercado de arrendamento, da adequação e maior flexibilidade do mercado e das condições de financiamento da aquisição de habitação, e da alteração dos modelos de gestão do parque público habitacional (2006-2010) (PNPOT)⁵⁵ 	

⁵⁵ Tal como publicado no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território aprovado em RCM (nº41/2006) em 27 de Abril 2006, que se mantém em vigor.